UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANNE CATHERINE FERREIRA DOS SANTOS

FACES DA FOME: O RACISMO ALIMENTAR NOS TERRITÓRIOS NEGROS DA CIDADE DE FORTALEZA (CE)

FORTALEZA
2025

ANNE CATHERINE FERREIRA DOS SANTOS

FACES DA FOME: O RACISMO ALIMENTAR NOS TERRITÓRIOS NEGROS DA CIDADE DE FORTALEZA (CE)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia. Linha de pesquisa: Natureza, Campo e Cidade no Semiárido. Área de Concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Iara Rafaela Gomes

FORTALEZA
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S233f Santos, Anne Catherine Ferreira dos.
Faces da fome : o racismo alimentar nos territórios negros da cidade de Fortaleza (CE) / Anne Catherine Ferreira dos Santos. – 2025.
158 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2025.
Orientação: Profa. Dra. Iara Rafaela Gomes.

1. Territórios negros. 2. Cozinhas comunitárias. 3. Racismo alimentar. 4. Negros - Fortaleza (CE). 5. Fome. I. Título.

CDD 910

ANNE CATHERINE FERREIRA DOS SANTOS

FACES DA FOME: O RACISMO ALIMENTAR NOS TERRITÓRIOS NEGROS DA CIDADE DE FORTALEZA (CE)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia. Linha de pesquisa: Natureza, Campo e Cidade no Semiárido. Área de Concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental.

Aprovada em: 28/07/2025

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra.Iara Rafaela Gomes (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

_____

Profa. Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusifonia Afro-Brasileira (Unilab)

_____

Prof. Dr. José Raimundo Sousa Ribeiro Junior

Universidade Federal do ABC (UFABC)

Dedico este trabalho a todas que fazem parte da Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim, especialmente as cozinheiras, pela força, resistência e potência com que enfrentam, diariamente, a fome e a luta pelo acesso a uma alimentação digna em Fortaleza.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este trabalho, o sentimento que me percorre é de profunda gratidão e felicidade pelo caminho que trilhei até aqui. Agradeço aos meus ancestrais, aos que vieram antes de mim, aos que lutaram para que pessoas como eu pudessem ir mais longe, agradeço a Deus por fortalecer meu espírito e guiar meus passos para que eu enxergasse o melhor caminho para alcançar meus sonhos. Agradeço à minha mãe, Aglais Ferreira, porque sua força, sua determinação em proporcionar o melhor para nossa família, seus ensinamentos e o seu esforço me trouxeram até aqui. Minha mãe dedicou sua vida a proporcionar para mim e para minha irmã acessos a coisas que ela mesma não teve, minha mãe cunhou em mim o sonho de chegar o mais longe possível que eu puder chegar e fez, e ainda faz, o que é possível para que eu consiga. Minha mãe abriu mão de muita coisa na vida, para que eu não precisasse abrir mão de nada e agora conquistei mais este sonho que só se tornou possível porque tinha ela por mim.

Agradeço à minha Mainha, Gecila Alves, porque junto com a minha mãe, lutou muito para poder proporcionar para mim e a minha irmã uma vida cheia de amor, respeito, felicidade e dignidade. Durante toda a minha vida a Mainha foi apoio incondicional, ela apoiou cada sonho que eu tive na vida desde ser uma sereia, aos 6 anos, até a vida adulta construindo uma carreira acadêmica. Ela vibrou cada conquista ao meu lado e chorou cada decepção e é uma honra gigantesca a ter na minha vida.

Agradeço à minha irmã, Anne Caroline. Nós construímos juntas uma relação que se baseia em ouvir uma a outra e estar presente sempre que possível. Ela esteve ao meu lado em cada fase importante da minha vida. Foi a Carol quem me incentivou a tentar o vestibular para Geografia e quem me levou para fazer a matrícula na faculdade, vivemos algumas aventuras juntas nos meus primeiros anos de graduação.

Agradeço também ao meu cunhado, Ednardo, que, com sua gentileza e apoio silencioso, sempre torceu pelos meus estudos. Sua presença é acolhedora e constante, e ele junto com minha irmã fazem parte da base afetiva que me sustenta. Ele e Carol me proporcionaram uma das maiores alegrias da minha vida: ser tia do Cadu e da Chloe. O Cadu é doce, amável, carinhoso e extremamente divertido, além de ser uma delícia de abraçar. A Chloe é uma bebezinha cheirosa e linda que completou nossas vidas. Minha família me enche de amor, carinho, esperança, apoio e sonhos. Cada luta que travo na vida é também por eles, para que possam se orgulhar de mim.

Agradeço ao Wladson, meu padrinho, por ter sido tão presente na minha vida, por ter assumido um papel tão importante e se fazer presente para mim durante toda a minha infância.O

Wladson ia todos os dias para a minha casa me ensinar as tarefas da escola e me ensinar a ler, o Wladson alimentou meu vício por livros, se importou com cada detalhe da minha vida escolar e me incentivou a lutar muito pelos meus sonhos. Agradeço à toda a minha família, pois o amor deles por mim me trouxe aqui.

Fui abençoada na vida com a dádiva de ter bons amigos, os melhores possíveis e eu não poderia deixar de agradecer a eles por todo o carinho e apoio que me deram ao longo da vida e ao longo dessa jornada. Agradeço ao meu grupinho extraordinário da faculdade, o João Marcos, Borges, Léon, Leticia, Bianca, Clarice e Lucas (in memória), por todas as aventuras e histórias que compartilhamos juntos ao longo desses quase 10 anos que nós conhecemos. Agradeço em especial a Clarice, por ter me apoiado tanto ao longo do mestrado, principalmente nessa reta final, pois ela me arrastou para todas as festas e rolês possíveis para que eu lembrasse de ter uma vida e relaxasse.

Agradeço à Amanda Maria, minha quase irmã, a Amanda e eu nos conhecemos a vida toda e crescemos juntas, dividimos tudo, estivemos em cada fase da vida uma da outra e sempre estivemos na torcida uma pela outra. Ela vibrou tanto quando eu passei no mestrado e eu vibrei tanto quando ela passou na faculdade. Uma das melhores coisas da vida é ter com quem compartilhar e o melhor e o pior dela e isso eu sempre tive.

Agradeço ao Vinícius Luna, a amizade com o Vinícius é um presente inestimável que a vida me deu. Todos os meus amigos me apoiaram muito no mestrado, da forma que podiam, mas especialmente o Vini, e eu não tenho palavras para agradecer tudo que ele fez e todo o apoio que ele me deu para que eu conseguisse chegar ao final disto. A nossa amizade sempre se baseou em apoio incondicional, em ser presentes na vida um do outro mesmo que distantes, em ajudar a qualquer hora do dia ou da noite, em ligações imensas, risadas, fofocas e cervejas. E principalmente sempre está disposto a atravessar o estado inteiro um pelo outro. Eu o amo com toda minha alma, não conseguiria chegar até aqui sem ele.

Agradeço ao Natanael Junior, um dos meus melhores amigos e a pessoa que esteve mais presente comigo em cada surto de ansiedade que tive por conta do mestrado. Alguém com quem dividi tudo da minha vida nos últimos 6 anos, agradeço cada abraço, cada ligação, cada "vai dar tudo certo", cada merenda que preparou para mim quando eu esquecia de comer escrevendo e estudando. Sou muito feliz por ter tido a oportunidade de viver com ele.

Agradeço aos amigos que o mestrado me deu e me reaproximou, Eula, Mar, Talisson, Douglas, Álida, Eudes e o Kaio com eles essa jornada na pós-graduação foi menos solitária e muito mais divertida. Agradeço cada conversa, cada abraço, cada ligação, cada meme compartilhado nas redes sociais, cerveja e conversas marcantes que tivemos e principalmente

o apoio que oferecemos uns aos outros ao longo desse caminho.

Agradeço aos amigos que fiz ao longo do caminho na Geografia, a Lidia, Yandra, Moacir e tantos outros que foram pessoas que me acompanharam nessa jornada da pós-graduação oferecendo amizade, carinho e principalmente risadas. Agradeço aos lugares que a Geografia me levou em cada evento e viagem de campo que fui, aos amigos que fiz nesses lugares e que morro de saudade constantemente porque moram longe, mas ocupam um espaço significativo no meu coração, Victoria Oliveira, David Santos, Jeffeson Carvalho, Taína Lemos e tantos outros. Sou imensamente grata pelo destino que uniu nossas vidas.

Agradeço, com todo o meu afeto, à minha psicóloga, Rina, a quem confiei, e confio, tudo da minha vida nos últimos anos. Foi ela quem me encorajou a tentar o mestrado e me ofereceu apoio incondicional ao longo de todo o processo. Sem o nosso caminho terapêutico, tantas conquistas não teriam sido possíveis. Sou imensamente grata por tudo que construímos juntas. Agradeço ao Departamento de Geografia, ao Programa de Pós- Graduação, aos Professores desta casa. Em especial professores que foram fundamentais para que eu me tornasse quem sou hoje, Amaro Alencar, Levi Furtado e Edivani Barbosa, me orientaram na graduação e continuam como grandes amigos que fiz na minha vida, me ensinaram a trabalhar com autonomia e seus ensinamentos me acompanham até hoje. Agradeço à minha orientadora de mestrado, Iara Rafaela, por embarcar nessa jornada comigo e pela confiança depositada em mim. Agradeço a Capes, pois o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agradeço aos professores que compõem minha banca, é uma felicidade imensa poder contar com pessoas que agregaram tanto ao meu trabalho com suas contribuições neste processo. Agradeço muitíssimo a Professora Vera Rodrigues e ao Curso Mulheres Negras Resistem, as ideias iniciais dessa pesquisa surgiram em 2021 com as sementes que foram plantadas naqueles sábados da pandemia com tanta esperança. Agradeço muitíssimo ao Professor José Raimundo, que é alguém que admiro muito, agradeço por cada ensinamento e cada troca fosse nas conversas ou no grupo de trabalho.

Em especial agradeço a Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim, por abrirem espaço para mim e minha pesquisa. Agradeço às lideranças e as pessoas que estiveram presentes nas atividades que participei. Sou imensamente grata por ter sido acolhida nesse território e por ter tido acesso a tantos saberes, forças e afetos. Cada espaço, cada fala, moldou não apenas este trabalho, mas também quem sou como pessoa. E nada disso seria possível se

essas pessoas não tivessem, com tanta generosidade, me dado acesso e aberto espaço para mim. Agradeço, principalmente, o esforço coletivo e o trabalho cotidiano que realizam no enfrentamento à fome. Essa é sem dúvida, uma das estratégias mais reais e potentes de transformação que já testemunhei.

A todos com quem troquei durante estes dois anos de mestrado, deixo o meu mais profundo agradecimento. Os agradecimentos são uma parte fundamental deste trabalho, pois carregam a lembrança das trocas, conversas e apoios recebidos ao longo desta caminhada. Vencer é sempre um ato coletivo, e esta conquista, embora represente um esforço individual, só foi possível graças à presença e ao apoio de muitos que estiveram ao meu lado.

Por fim, agradeço a mim mesma. À menina que fui, que sonhou por tanto tempo com a mulher que estou me tornando. Agradeço por não ter desistido de mim, por ter acreditado na minha força, na minha ancestralidade e no meu processo. Alguns sonhos, para pessoas como eu, não são distantes por si só. Eles são negados. E a luta parte do princípio de compreender que não precisam ser. Que podemos seguir firmes para que deixem de parecer inalcançáveis. Pessoas como eu têm direitos e têm espaços. Agradeço profundamente às que vieram antes, por abrirem caminho. E agradeço, com esperança, às que virão depois, por seguirem sonhando.

22 de junho ...

Saí triste porque não tinha nada em casa para comer. Olhei o céu. Graças a Deus não vai chover. Hoje é segunda-feira. Tem muitos papéis nas ruas. No ponto do bonde, me separei da Vera. Ela disse: - Faz comida, que eu vou chegar com fome. A frase comida ficou eclodindo dentro do meu cérebro. Parece que meu pensamento repetia: Comida! Comida! Comida! Dizem que o Brasil já foi bom. Mas eu não sou da época do Brasil bom. Hoje fui me olhar no espelho. Fiquei horrorizada. O meu rosto é quase igual ao de minha saudosa mãe. E estou sem dente. Magra. Pudera! O medo de morrer de fome! (Carolina Maria de Jesus, 2013, p.175.)

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo investigar as estratégias da população negra no enfrentamento ao racismo alimentar, explorando a dinâmica da fome nos territórios negros de Fortaleza e contribuindo para o debate sobre segurança alimentar, desigualdade social e justiça social. A pesquisa aborda a fome como um fenômeno social complexo, que afeta desproporcionalmente a população negra, sobretudo em contextos urbanos. O estudo refuta a ideia de que a fome seja meramente uma questão de escassez de alimentos, destacando sua intrínseca ligação com fatores estruturais, como racismo, pobreza e políticas públicas inadequadas. Uma parte fundamental da investigação é a discussão sobre o conceito de territórios negros, analisando como o racismo, como uma relação de poder, molda esses espaços, junto com a identidade e os marcadores culturais. A pesquisa argumenta que, embora o território seja uma categoria central na Geografia, as relações raciais ainda não são adequadamente consideradas no discurso hegemônico geográfico contemporâneo no Brasil. Utilizando a interseccionalidade como perspectiva teórica-metodológica, a pesquisa busca oferecer uma análise mais profunda das desigualdades que afetam o acesso à alimentação, evidenciando a interconexão entre urbanização, segregação urbana e racismo. O presente trabalho está sendo realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Palavras-chaves: fome; territórios negros; cozinhas comunitárias; racismo alimentar.

RESUMEN

Esta disertación de maestría tiene como objetivo investigar las estrategias de la población negra frente al racismo alimentario, explorando la dinámica del hambre en los territorios negros de Fortaleza y contribuyendo al debate sobre seguridad alimentaria, desigualdad social y justicia social. La investigación aborda el hambre como un fenómeno social complejo que afecta de manera desproporcionada a la población negra, especialmente en contextos urbanos. El estudio refuta la idea de que el hambre sea meramente una cuestión de escasez de alimentos, destacando su conexión intrínseca con factores estructurales como el racismo, la pobreza y las políticas públicas inadecuadas. Una parte fundamental de la investigación es la discusión sobre el concepto de territorios negros, analizando cómo el racismo, como una relación de poder, moldea estos espacios, junto con la identidad y los marcadores culturales. La investigación argumenta que, aunque el territorio es una categoría central en la Geografía, las relaciones raciales aún no son adecuadamente consideradas en el discurso hegemónico geográfico contemporáneo en Brasil. Utilizando la interseccionalidad como perspectiva teórico-metodológica, la investigación busca ofrecer un análisis más profundos de las desigualdades que afectan el acceso a la alimentación, evidenciando la interconexión entre urbanización, segregación urbana y racismo. Este trabajo cuenta con el apoyo de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Nivel Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamiento 001.

Palabras-claves: hambre; territorios negros; cocinas comunitarias; racismo alimentario.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da distribuição da população negra em Fortaleza – Ceará – 2025. 30
Figura 2 - Mapa de localização do Grande Bom Jardim, Fortaleza - Ceará..... 59
Figura 3 - Slogan da rede de cozinhas comunitárias do Grande Bom Jardim..... 110
Figura 4 -Distribuição territorial das cozinhas comunitárias da rede no Grande Bom Jardim - Fortaleza..... 112
Figura 5 - Cozinha Cultural Solidária - Associação Cultural Afoxé Omõrisà Odè 119
Figura 6 - Centro espírita de umbanda Reis Tupinambá..... 122
Figura 7 - Associação Espírita de Umbanda São Miguel..... 125
Figura 8 - Espaço físico da Cozinha Comunitária da Associação Espírita de Umbanda São Miguel 128
Figura 9 - Espaço físico do Terreiro de Umbamda São Miguel..... 131
Figura 10 - Espaço físico e projetos organizados pela Associação Cultural Beneficente Aldeide Viramundo 134
Figura 11 - Centro espírita de Umbanda Pai Jacob e Vira Mundo..... 136
Figura 12 - Ação na Praça do Ferreira..... 140

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Marcadores culturais e simbólicos 47
Quadro 2 - Itens das escalas de medida domiciliar da segurança alimentar norte americana 71
Quadro 3 - Itens da versão preliminar da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) 77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Dados sobre renda per capita no Nordeste..... 107

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

CCBJ	Centro Cultural Grande Bom Jardim
CDVHS	Centro de Defesa da Vida Herbert De Souza
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CUCA	Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EBIA	Escala Brasileira de Segurança Alimentar
FAO	Organização das Nações Unidas Para Agricultura e Alimentação
FMI	Fundo Monetário Internacional
GBJ	Grande Bom Jardim
HFSSM	Household Food Security Survey Module
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-B	Índice de Desenvolvimento Humano por Bairros
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
INAM	Instituto Nacional de Alimentação E Nutrição
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição De Alimentos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNIAM	Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
REDE DLIS	Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim
PESSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
SDHS	Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
SEFAZ	Secretaria da Fazendo do Estado do Ceará
SEFIN	Secretaria Municipal das Finanças de Fortaleza
SEPOOG	Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão
SISVAN	Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional
SUS	Sistema Único de Saúde
USPR	Unidades Sociais Produtoras de Refeição

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 18

2 ABRAM-SE OS CAMINHOS: APRESENTANDO A FORTALEZA NEGRA 23

2.1 Geografia-Histórica negra cearense: Onde estão os negros em Fortaleza? 23

2.2 A construção conceitual dos Territórios Negros: Raça, Espaço e Poder 31

2.2.1 Território, Territorialidades: múltiplas potencialidades..... 32

2.2.2 Territórios negros: construção conceitual e marcadores culturais e simbólicos 41

2.2.3 Territórios negros: construção espacial..... 53

2.3 A história do lugar: apresentando o Grande Bom Jardim como o território estudado 57

3 ECOS DE SOFRIMENTO: A INTERSECÇÃO ENTRE FOME, POBREZA E DESIGUALDADE 61

3.1 Diálogos com Josué de Castro: os setenta e oito anos de Geografia da Fome 62

3.2 Da fome à Insegurança alimentar: definições e formas de mensuração do fenômeno da Fome 65

3.2.1 Medidas de Fome: apresentando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar..... 73

3.3 Histórico das políticas públicas alimentares e o enfrentamento da fome.... 78

3.3.1 Programa Ceará sem Fome e as Unidades Sociais Produtoras de Refeição .. 88

4 A RELAÇÃO DO RACISMO E A FOME: RACISMO ALIMENTAR 92

4.1 Comida e Identidade: o Racismo Alimentar em perspectiva 93

4.2 A cor e o sexo da Fome: a interseccionalidade no Racismo Alimentar..... 102

4.3 Evidenciando as estratégias de enfrentamento a fome da população negra em Fortaleza 108

4.3.1 Rede de cozinhas comunitárias do Grande Bom Jardim..... 109

4.3.1.1 Cozinha Cultura Solidária- Associação Cultural Afoxé Omõrisà Odè..... 117

4.3.1.2 Associação Espírita de Umbanda São Miguel 123

4.3.1.3 Cozinha da Vovó – Associação Cultural e Beneficente Aldeide ViraMundo... 132

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 141

REFERÊNCIAS 146

APÊNDICE A – PERGUNTAS QUE NORTEARAM A ENTREVISTA SEMIABERTA COM ARTICULADOR DAS COZINHAS COMUNITÁRIAS 156

APÊNDICE B – PERGUNTAS QUE NORTEARAM AS ENTREVISTAS COM A COORDENAÇÃO DAS COZINHAS COMUNITÁRIAS E LIDERES RELIGIOSOS..... 157

1. INTRODUÇÃO

A fome no Brasil se apresenta como um problema grave e histórico, causado pela desigualdade social. É fundamental compreender que diferente de outras crises, como as guerras ou catástrofes naturais, a fome é resultado de escolhas políticas e econômicas que concentram a riqueza nas mãos de uma classe dominante. Pode-se comparar a fome a uma espécie de genocídio lento, pois ela mata lentamente e de forma cruel, primordialmente populações mais vulnerabilizadas e marginalizadas (Freitas, 2003).

Ao decorrer deste trabalho se torna evidente que para além de um problema clínico, como por muito tempo foi estudado, a fome é sobretudo um fenômeno social, violento e histórico. Não é um problema individual, como por vezes é caracterizado para tornar a responsabilidade da fome apenas dos famintos ou transformar a responsabilidade de enfrentamento da fome um ato de caridade. Na verdade, é um fenômeno coletivo e estrutural, por isso se apresenta de forma violenta e histórica. Em resumo, a fome é um problema multifacetado e complexo que necessita uma análise crítica das causas e das consequências.

Compreender que a fome e a desigualdade estabelecem uma profunda conexão histórica e etimológica é essencial. Freitas (2003) argumenta que a própria origem da palavra "fome "está intrinsecamente ligada ao surgimento das desigualdades sociais do mundo. Deriva da palavra em latim *fame* e essa de *famulus,* que quer dizer escravos ou servos. Evidenciando assim a relação entre a falta de alimentos e a exploração do trabalho. A fome é compreendida assim como um produto da desigualdade, como evidenciado anteriormente não é um fenômeno natural, mas sim uma consequência da divisão social do trabalho e da concentração de riqueza.

Com o surgimento das classes sociais, um fragmento da população foi privado do acesso aos alimentos, gerando a fome crônica. É fundamental salientar que a fome crônica não é apenas a incapacidade coletiva de garantir a alimentação e nutrição adequada para todos. A fome, portanto, é um sintoma da desigualdade social e da exploração econômica.

Com isso, a geografia é importante para o estudo da alimentação e da fome, ela auxilia a observar, agrupar e classificar, os fenômenos que passam na superfície terrestre, uma vez que considera a relação do homem com a natureza, levando em conta a sua localização, extensão, coordenação e causalidade (Castro, 1937).

Enquanto ciência, ela fornece informações valiosas sobre a produção de alimentos, a distribuição geográfica dos recursos naturais e as condições climáticas que afetam a agricultura, sem contar com as análises possíveis sobre eventos geopolíticos e eventos extremos. Por esse

motivo o estudo sobre alimentação e a fome, através do viés geográfico, é essencial.

Nesta pesquisa, busquei investigar as estratégias da população negra no enfrentamento ao racismo alimentar, tendo como recorte espacial o Grande Bom Jardim que se situa na cidade de Fortaleza, Ceará. Para evidenciar essas estratégias, busquei compreender o conceito de territórios negros e para além disso refleti sobre o conceito de fome e como e porque impacta desproporcionalmente a população negra, analisei as políticas de enfrentamento da fome com o intuito de investigar o que evoluiu e se essas políticas abordam os territórios negros e a população negra e o que se tem feito e investido para mitigação deste fenômeno. Por fim, traçando uma relação entre o racismo e a fome para compreender o conceito de racismo alimentar.

Acredito ser essencial explicar o porquê o Grande Bom Jardim (GBJ) foi escolhido como recorte espacial do estudo, como será evidenciado em uma das seções desta pesquisa o Grande Bom Jardim é um conjunto de bairros que se localiza na região sudoeste de Fortaleza, Ceará. O território é resultado de uma expansão urbana e da ocupação de áreas por famílias de baixa renda que se uniram em busca de melhores condições de vida. Cinco bairros compõem o território do GBJ, sendo eles o Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira. Com o tempo e com muita organização passaram a ser chamados coletivamente de Grande Bom Jardim.

O território se tornou um símbolo de luta por direitos sociais, como moradia, saneamento, acesso à cultura e alimentação. Possuem um longo histórico de movimentos sociais que atuam em diversas áreas como a educação, saúde e a cultura. O que chamou atenção para a viabilidade desse trabalho foi a organização das cozinhas comunitárias, a Rede das Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim é um movimento social que tem se destacado na luta contra a fome em Fortaleza, preparando e distribuindo refeições para famílias em situação de vulnerabilidade. As cozinhas possuem um papel crucial na garantia da segurança alimentar e nutricional da população beneficiada, principalmente em regiões com altos índices de pobreza e desigualdade, para além disso esses espaços promovem a convivência e a troca de conhecimento entre moradores, o que fortalece os laços comunitários.

Entretanto, é fundamental destacar que mesmo com toda a organização social da comunidade, o território continua sendo um território periférico na cidade de Fortaleza, o GBJ é um território complexo e dinâmico, marcado por profundas desigualdades sociais. Com altas taxas de analfabetismo e uma oferta limitada de escolas e creches. A população também enfrenta dificuldades para acessar serviços de saúde, a violência é um tema preocupante no

bairro, o GBJ apresenta altos índices de criminalidade e violência doméstica. Sobre a moradia, uma parcela significativa da população vive em condições precárias de moradia, em casas construídas com materiais de baixa qualidade e sem infraestrutura adequada. É válido destacar a falta de regularização fundiária, pois dificulta o acesso a serviços públicos (CCGBJ, 2025; PNAD, 2023).

Para além disso, é fundamental destacar a distribuição racial da cidade de Fortaleza, em uma pesquisa para o Diário do Nordeste, Custódio (2024), evidenciou que a proporção de pessoas pretas é maior em bairros de Fortaleza com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a pesquisa se baseou nos dados do IBGE (2022). A autora declara que os 2,4 milhões de habitantes de Fortaleza não ocupam a cidade de forma igualitária e isso ocorre por causa de diversos processos influenciados por diversos fatores históricos e culturais. De acordo com a reportagem e a pesquisa, três dos dez bairros com maiores proporções de habitantes pretos estão situados no Grande Bom Jardim, sendo eles a Granja Portugal, Granja Lisboa e Canindezinho. Essas evidências se tornam essenciais para estabelecermos uma relação entre o racismo e o território. E o racismo como uma relação de poder que forma os territórios negros. Ademais, como será evidenciado em uma seção desta pesquisa, os territórios negros são marcados para além das relações de poder e do quantitativo da população negra, mas se evidenciam também através dos marcadores culturais e simbólicos.

Como exemplo disso apresenta-se os terreiros de matrizes africanas. O GBJ é um território com uma rica história e cultura marcada pela forte presença da população negra, compreende-se que essa comunidade desempenha um papel fundamental na construção de identidade do território, por meio de tradições, crenças, manifestações culturais e artísticas. Segundo a Secretária da Proteção Social (2021), os terreiros do Bom jardim e da Granja Lisboa são quilombos de resistência para as religiões afro-brasileiras. Muitos desses terreiros funcionam há mais de trinta anos, demonstrando assim a ancestralidade e a resistência desses espaços.

Esta pesquisa surgiu de inquietações durante o período pandêmico, ao decorrer desses capítulos que serão apresentados, foi possível discutir como durante a pandemia as desigualdades sociais e raciais do país ficaram ainda mais evidentes tendo em vista todo o contexto de isolamento social e crise econômica. A cidade de Fortaleza se tornou notícia nacionalmente após um caso específico tomar conta dos jornais, em 2021 moradores coletaram comida em caminhão de lixo no bairro Cocó, a comida era descartada por um supermercado. Infelizmente essa situação continuou ocorrendo durante a pandemia e após esse período. E isso

acendeu um alerta de que a fome não era um fenômeno que se apresenta apenas em momentos de crise, não é um fenômeno transitório, na verdade é um fenômeno constante que possui múltiplas manifestações (Castro, 2022).

Pensando nesse contexto surgiram algumas questões que posteriormente se transformaram em objetivos específicos desta pesquisa, comecei a questionar o que de fato era a fome, como o racismo atingia as situações alimentares, quais eram as políticas de enfrentamento e combate a fome e como esse fenômeno se espacializa. Para que se pudesse compreender como as populações negras organizam estratégias para o enfrentamento ao racismo alimentar, fugindo da ideia apenas da denúncia de que as populações negras são as mais atingidas pela fome, mas compreendendo o protagonismo frente ao enfrentamento, compreendendo a resistências dessas populações em permanecer.

Para isso foi traçado um plano metodológico, o caminho teórico-metodológico é essencial dentro da construção de uma pesquisa. Na metodologia inclui-se o referencial teórico que serve como base para a pesquisa e os procedimentos técnicos, as etapas descritas seguem por uma organização fundamental para a elaboração de uma pesquisa científica. E que no final culminará no alcance dos objetivos propostos na pesquisa (Marconi; Lakatos, 2003).

A interseccionalidade surge enquanto perspectiva teórica que orienta a metodologia pensando as discussões das desigualdades, tendo em vista que exigem análises contextuais, dessa forma observa-se que para melhor compreensão acerca do acesso a alimentação é necessário compreender que a interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana e pensando o território enquanto categoria de análise, essas relações de poder interseccionais são o que definem e delimitam o território (Souza, 2000; Collins, Bilge, 2020).

A interseccionalidade, enquanto perspectiva teórica, fornece um poderoso ponto de vista para analisar as complexas relações de poder e opressão que moldam as experiências humanas. Ao identificar que as identidades sociais, — raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia, idade, entre outras — a interseccionalidade permite compreender de maneira mais profunda as desigualdades e como elas se manifestam em diversos contextos.

Essa perspectiva teórica entende que essas categorias sociais não são isoladas, mas sim interconectadas e hierarquizadas, formando um sistema de opressão que se sobrepõem e se reforçam mutuamente. As relações de poder interseccionais permeiam todos os aspectos da vida social, influenciando desde as experiências individuais até as estruturas sociais mais amplas

(Collins; Bilge, 2020). Ao aplicar essa perspectiva teórica como metodologia nesta pesquisa busquei identificar as múltiplas formas de opressão que estavam agindo para a imposição do fenômeno da fome, compreendendo que essas opressões não agem de maneira isolada, na verdade combinadas produzem uma experiência de opressão, que nesse caso é a fome, de maneira única. Busquei, para além disso, analisar as relações de poder com a interseccionalidade é possível examinar como essas relações se manifestam em diferentes níveis da sociedade, principalmente de maneira estrutural.

Ademais, a interseccionalidade permite desnaturalizar as desigualdades questionando as normas sociais e as hierarquias que legitimam essas hierarquias sociais. Além de promover a justiça social, ao compreender as desigualdades, a interseccionalidades contribui para entender o desenvolvimento das estratégias de enfrentamento ao racismo alimentar. No entanto, é fundamental compreender que há limitações e desafios ao usar a interseccionalidade como ferramenta metodológica, esse é um conceito complexo que exige um esforço contínuo de aprendizagem e compreensão. Para além disso, a coleta de dados que permitam uma análise interseccional pode ser complicada e desafiadora, pois os dados existentes muitas vezes não são desagregados por múltiplas categorias sociais.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, fez-se necessário determinar métodos e etapas para que isso fosse realizado. Em concordância com Marconi e Lakatos (2003), se faz compreensível que o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo- conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Inicialmente realizei uma pesquisa documental e bibliográfica em três línguas diferentes, português, inglês e espanhol. Utilizando fontes acadêmicas confiáveis para mapear os principais debates sobre o tema. Em seguida, foi realizada a coleta dos dados estatísticos e cartográficos em diferentes escalas (nacionais, estaduais e municipais), isso foi necessário pois há certa dificuldade em encontrar dados precisos sobre a fome em Fortaleza, foi preciso ampliar a busca para renda, mercado de trabalho, situações de moradia, para que fosse possível a compreensão do fenômeno.

Além disso, a produção de dados primários por meio do delineamento das cozinhas comunitárias que fazem parte da Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim. E entrevistas semiestruturadas com a liderança de cozinhas comunitárias vinculadas a terreiros de religiões de matrizes africanas que fazem parte da Rede, com o articulador da Rede de Cozinhas e houve participação e observação nas reuniões de organização entre abril e julho de 2025. Os dados foram organizados e tratados, os dados cartográficos foram tratados com apoio do

QGIS, para a produção de mapas. Por fim, a sistematização das informações coletadas foram fundamentais para a redação do texto final desta pesquisa.

Por fim, destaco que a estrutura desta pesquisa está dividida em quatro capítulos, além das considerações finais. Ao longo deste trabalho, são aprofundadas as discussões apresentadas na introdução, estabelecendo a relação entre fome, territórios negros e as estratégias de enfrentamento ao fenômeno construídas por esses sujeitos. Com isso, busquei, não apenas compreender os processos históricos e estruturais que produzem a fome e que faz com que esse fenômeno afete de maneira desproporcional populações racializadas, mas também reconhecer e valorizar as ações protagonizadas pela população negra como formas palpáveis e vigorosas de resistência. Com isso, podendo oferecer uma contribuição significativa que evidencia a centralidade dessas estratégias no enfrentamento à fome e na construção de uma justiça alimentar racializada e territorialmente situada.

2. ABRAM-SE OS CAMINHOS: APRESENTANDO A FORTALEZA NEGRA

2.1 Geografia-Histórica negra cearense: Onde estão os negros em Fortaleza?

Como as populações, as cidades possuem memórias que ficam registradas no espaço físico e no espaço imaterial, no entanto nem todos aqueles que fazem parte da construção da história dessas cidades são representados nessas memórias. É comum que a presença de determinados grupos sociais seja apagada com o tempo, intencionalmente ou não, dessa forma se faz necessário o resgate e o registo de todas as formas possíveis. A presença negra no Ceará como um todo, entretanto especificamente em Fortaleza, vem ao longo dos anos sendo invisibilizada.

Deste modo, é crucial dizer que essa formação faz parte de nossa história social e cultural, o que evidencia a necessidade de conhecer a importância e a parte dessa história negra que por vezes não é contada, por conveniência com o discurso que no Ceará, não existe negros, a partir da "democracia racial" trazida por Fernandes (1978) e Damatta (1987) no território cearense que se perpetua no decorrer dos séculos XX e XXI (Ratts, 2004).

É importante destacar, como apresentado por Gomes (2024), que o apagamento do negro cearense é um processo histórico, ideológico e político que por vezes é sustentado por discursos acadêmicos, práticas institucionais e representações culturais que reforçam o apagamento da presença negra no Ceará, o autor discute esse apagamento pensando o contexto das cotas raciais no Ceará. O autor evidencia que o Instituto histórico do Ceará fundado em 1887, foi um dos

principais responsáveis dessa narrativa, pois contava a história oficial do estado sem preocupações com a trajetória e os rumos dos negros (Gomes, 2024).

Ainda neste texto, o autor apresenta intelectuais como Parsifal Barroso e Djacir Menezes como autores que contribuíram efetivamente para essa exclusão. Barroso, por exemplo, afirmava que o Ceará era fruto apenas da mistura apenas do branco e indígena. “O Ceará é constituído por apenas duas combinações étnicas básicas, o português e o índio, considerando a contribuição africana sem impotência.” (Barroso, 1969 *apud* Gomes, 2024).

Neste ponto, traço um paralelo entre com a obra de Kabengele Munanga (1999), onde o autor tece uma crítica à ideologia da mestiçagem no Brasil, desmascarando seu uso como uma ferramenta estratégica de apagamento da identidade negra em nome de uma suposta “identidade nacional”. Assim como Munanga denuncia o uso da mestiçagem para impedir a consolidação da identidade negra nacional, Gomes (2024), mostra como a ideia do cearense “branco e índio” foi utilizada para negar a existência do negro cearense. O que impossibilitou políticas de reparação, como por exemplo as cotas raciais.

Outro ponto de encontro das duas obras que vale a pena trazer à discussão é a ambiguidade da categoria “pardo” e a sua função ideológica. Munanga, apresenta a categoria “pardo”, como uma invenção política para obscurecer o pertencimento racial. Ele observa que muitos pardos são negros de pele clara, mas a classificação oficial ajuda a mascarar a existência do racismo e dificulta a organização política dos negros. No texto de Gomes (2024), ele apresenta como essa materialização no uso da “mestiçagem cearense” Como justificativa para excluir sujeitos de pele mais clara ao acesso à política de reparação. Na categoria pardo- índio-branco impede que negros sejam reconhecidos como tal pelo Estado.

Estas duas obras são extremamente importantes para entendermos a ambiguidade do termo “pardo”, pois enquanto o produto da ideologia da mestiçagem, atua como uma barreira à afirmação da identidade negra cearense, sobretudo em Fortaleza. No caso de Fortaleza essa ambiguidade do termo é bastante problemática, como demonstra Gomes (2024), o Ceará construiu uma identidade regional baseada em uma simbólica branca e indígena negando sistematicamente a presença e a contribuição da população negra para a construção econômica, política, cultural e social do estado. A elevada taxa de pessoas que se identificaram como pardas é resultado direto dessa construção histórica, muito sujeitos negros, sejam de pele escura ou de pele clara, mesmo que não se reconheçam ou não sejam reconhecidos como negros acabam aderindo a essa categoria intermediária como forma de escapar da estigmatização racial.

Em outro trabalho de Arilson Gomes, que utilizamos aqui para embasar a crítica ao apagamento da população negra cearense, o autor analisa as relações raciais no Ceará e o raid

dos jangadeiros negros em época de Lei Afonso Arinos (1951- 1958), apresentando como os impressos cearenses, os jornais, da década de 1950 abordaram a identidade dos jangadeiros que participaram dos *raids*, sendo os raids uma expedição organizada por jangadeiros do Ceará que navegaram longas distâncias pelo litoral brasileiro com objetivos políticos, sociais e midiáticos utilizados para denunciar as condições de trabalho, a ausência de direitos e o abandono por parte do Estado.

Neste trabalho o autor destaca que embora as características fenotípicas dos jangadeiros fossem visivelmente negras, a imprensa desempenhou um papel ao identificá-los como *caboclos*, corroborando assim com a narrativa do Ceará como um estado sem racismo e sem a presença negra significativa. Gomes (2024) evidencia como o termo caboclos foi utilizado como uma maneira de neutralizar a identidade negra e criar uma identidade cearense idealizada, baseada apenas na mistura entre indígenas e portugueses, como foi citado anteriormente.

É interessante que o autor cunha o termo "racismo à cearense" como uma forma específica de negação do racismo. Semelhante ao "racismo à brasileira" de Roberto DaMatta, mesmo em casos como os dos jangadeiros em que a população negra era visível e atuante. (DaMatta, 1987 apud Gomes, 2024). Toda essa discussão estabelecida aqui é fundamental para compreendermos que ao privilegiar a combinação branco-indígena e negar a presença negra, esse discurso sobre a mestiçagem no Ceará, opera como uma estratégia de apagamento, não apenas simbólico, mas também político. Apesar das dificuldades é importante colocar caminhos de ruptura com essa ambiguidade, superara-la necessita da valorização das experiências negras locais, da defesa da heteroidentificação como um critério de reparação e sobretudo fortalecimento de uma consciência coletiva afrodescendente, antirracista e territorializada.

Contudo, se torna fundamental estudar o processo de construção dos territórios racializados, tanto para compreender a gênesis, como para o processo de cidadania. Santos (2020), evidencia que a cultura e a cidadania formam um par relativo onde se incorporam também a territorialidade que contribui para o processo das práticas sociais e ainda corrobora com a consciência de pertencer a um determinado grupo social. Para Costa (2023), saber onde estão os marcadores é fundamental, pois é uma forma de resistência cultural e práticas de antepassados. E marcadores pensados aqui, como nos propõe Petit (2016, p. 667)

> [..] marcas daquilo que nos conecta, desde membros da nossa linhagem, práticas religiosas e espirituais, artísticas, de saúde, culinárias, arquiteturas, presentes no cotidiano e na memória familiar e coletiva de todos os brasileiros, independentemente de sua cor de pele.

Pensando o contexto da capital cearense, Ratts (2016), destaca que as cidades brasileiras

que passaram pela virada do século XIX para o século XX e que abrigaram populações negras e indígenas trazem monumentos e nomes de ruas e bairros que remetem à espacialidade colonial. De Norte a Sul no país, as cidades sofreram com a modernização de vias públicas e do próprio espaço urbano das cidades, o que por vezes custou a remoção das populações pobres e racializadas dos espaços. Esse é o caso de Fortaleza. Costa (2014), evidencia que em 1875, Herbster elaborou a "planta topográfica da cidade de Fortaleza e Subúrbios" influenciada pelo urbanismo do barão Haussmann, reformador de Paris (1853-1870).

> "Nela, Herbster projetou uma sequência de "ruas largas", limitando o núcleo urbano da cidade e que receberiam os nomes de Boulevard do Imperador (Avenida do Imperador), Boulevard da Conceição (Avenida D. Manuel) e Boulevard do Livramento (Avenida Duque de Caxias). O plano, de traçado expansionista, levava o sistema xadrez muito além da parte construída, estendendo a cidade para leste, até a Rua da Aldeota (hoje Nogueira Acioli);
> para sul, até a rua dos Coelhos (Domingos Olímpio), e para oeste até as Praças Gustavo Barroso e Paula Pessoa. O alinhamento de algumas ruas exigiu a eliminação de alguns arruados." (Ratts, 2016).

Observando o que foi apresentado pela autora, o quadro central da cidade que se complementa com as praias e as principais avenidas traz referências ao Império e a Igreja. (Ratts, 2016). É justamente neste quadro que se apresentam os símbolos do que Oriá (2003; 2000) chama de "ideário monárquico". Ratts (2016), destaca que é nesta área que se situam alguns edifícios e monumentos relativos à questão da escravidão e da luta pela abolição. O autor destaca certos locais da cidade como testemunhas de um passado marcado pela desigualdade e pelas lutas por justiça. São apresentados, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos que era o centro de uma irmandade composta por pessoas negras, o que demonstra a importância da religião como espaço de resistência e construção de identidade para essa população.

Ainda apresenta o Museu do Ceará pois abriga um acervo sobre a história do estado, juntamente com materiais que tratam da história dos povos indígenas e dos processos de escravização e abolição, tornando um espaço fundamental para a compreensão do passado. O Passeio Público (antiga Praça dos Mártires) é um local enigmático pois apesar de hoje estabelecer uma relação de lazer, carrega marcas de um passado violento. Em 1839, escravizados do barco Laura II foram chicoteados e/ou executados após uma revolta. E o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura: A escolha do nome "Dragão do Mar" faz referência às greves de jangadeiros de 1881, que são consideradas um marco crucial na luta abolicionista. (Gomes e Almeida, 2010 *apud* Ratts, 2016).

Esse resgate que o autor faz demonstra que a história de Fortaleza está intrinsecamente ligada à história da escravidão no Brasil. Mesmo que por vezes a classe dominante da cidade

tente mascarar isso. Os monumentos e espaços públicos mencionados são para além de construções, na verdade são marcadores símbolos de lutas, resistências e memórias coletivas.

É crucial destacar que se trata de “rastros” históricos e geográficos, pois é a história de grupos que vem sendo historicamente excluídos, atendendo a demandas da classe dominante que demarca um território onde ali exercem relações de poder e também de conflitualidades e conflitos no espaço geográfico urbano. Ademais é importante mencionar que os lugares mencionados na citação, são tombados por órgãos federais e/ou estaduais, no entanto são exceções ao patrimônio nacional que apenas recentemente passou a incluir a diferença étnica e racial.

Ao pensar o contexto cearense, especificamente em Fortaleza, como já citado anteriormente é fundamental destacar esse discurso que apaga os territórios negros da cidade e do estado, negando a participação das populações racializadas na formação cultural do estado. Santos e Cunha Júnior (2010) destacam que ao detalhar os aspectos da cultura do estado do Ceará encontramos diversas formas de presença de africanidades e afrodescendências. E que essas presenças podem ser demonstradas de diferentes maneiras dentro da cultura material e imaterial presentes no patrimônio cearense.

Os autores destacam exemplos ligados a toponímia, como já evidenciado anteriormente neste texto, no entanto trazem outros exemplos como os nomes das localidades de Mulungu e Mombaça que são designações de origem Bantu encontradas na atualidade do Quênia. Além disso, o texto ainda destaca as diversas festas populares tradicionais no estado do Ceará que são de origem africana tais como o reisado e a congada. Ademais outras representações culturais como o Afoxé, que tanto é uma representação cultural quanto uma representação religiosa tendo em vista as religiões de matrizes africanas, que os grupos se apresentam atualmente no carnaval de Fortaleza.

É necessário questionar a dificuldade em reconhecer e contar a importância da população negra e indígena na formação econômica, social e cultural do estado do Ceará, segundo Santos e Cunha Júnior (2010), a dificuldade sobre essa abordagem das culturas africanas do estado é vista como um problema ideológico, inserindo nas relações sociais entre a população subalternizada sinalizada como afrodescendente e a população dominante referida como euro descendente.

Os autores reforçam que há uma ideologia de negação da existência de população afrodescendente no Ceará marcada pela afirmação persistente de no estado não há negros. Dessa forma, a identificação e o tratamento das culturas afrodescendentes na cultura do estado do Ceará é um problema tanto para os sistemas de educação como para as questões políticas da

identidade da população afrodescendente do estado do Ceará, além de ser um empecilho para o reconhecimento dos territórios negros.

Faz-se necessário evidenciar que essa afirmação de que "não há negros no Ceará" surge baseada em um discurso de que não havia produção açucareira no estado. Cunha Junior (2007), afirma que se baseia em dois pontos, nesta da não produção açucareira do estado e no fato de que no Ceará se aboliu o sistema escravista quatro anos antes da assinatura da lei Áurea e que com isso teriam ido embora todos os negros. No texto de Santos e Cunha Júnior (2010), os autores destacam:

> "A associação do escravismo com a produção açucareira, e deste com a existência de população negra nas regiões tem sido motivo de um erro conceitual na história brasileira. Num exame amplo do escravismo no Brasil vemos que em muitos estados a atividade econômica escravista esteve ligada a outras culturas que não a da cana, como a do cacau, algodão e coco (sobretudo a fibra de coco). Ou então as atividades da pesca, da navegação, das atividades urbanas e a mineração. Exemplos importantes muito bem estudados são da economia da carne de charque no Rio Grande do Sul (Corsetti, 1983; Gutierez, 2001) e da mineração nos estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Mato Grosso (Guimaraes, 1996; Paiva, 1999; Moura, 2007; Santos e Cunha Junior, 2010).

Esta constatação que os autores fazem é fundamental para evidenciar que o sistema escravista estava ligado a diversas formas de atividades econômicas da época. Evidenciando que a cultura, a economia, a formação social do Nordeste apesar de passar pelas mesmas transformações que as cidades e estados sudestinos e sulistas, possuem peculiaridades próprias. É válido frisar que na região nordeste o sertão era local de atividades como a pecuária do gado e que essa atividade demandava uma mão de obra escravizada gigantesca. E neste ponto traço um paralelo ao entender que as cidades e estados nordestinos, mesmo apresentando uma formação social, política, econômica e cultural nacional e que se assemelha as cidades e estados sudestinos e sulistas, possuem características específicas da região e que o estudo sobre as populações e os territórios racializados demandam uma atenção a essas especificidades.

Trazendo essas discussões para um contexto mais atual e evidenciando que apesar de avanços significativos no reconhecimento da produção da população racializada no estado do Ceará, ainda há dificuldades neste reconhecimento. E apesar de ter ao logo do texto evidenciado o estado do Ceará, a cidade de Fortaleza se insere como epicentro dessa discussão tendo em vista sua importância como capital do estado e que negou e continua negando a presença da população e dos territórios negros.

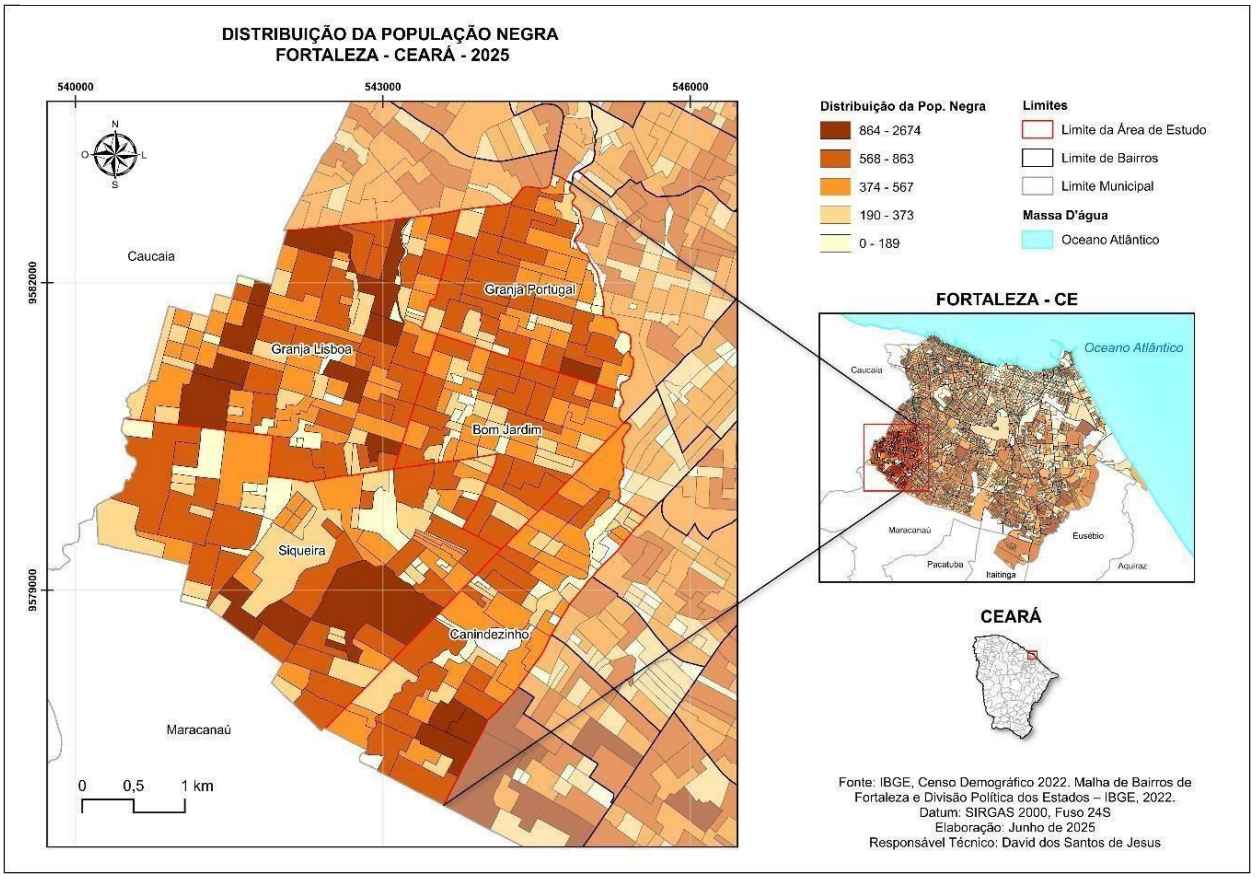
Quando se pergunta "Onde estão os negros em Fortaleza?" é de suma importância destacar a dissertação de Ariadne Rios "Ser Negro e Negra em Fortaleza", a autora se utiliza os dados do Censo Demográfico (2010) e da Pesquisa Nacional por Amostragem em Domicílios Contínua

disponíveis na época da pesquisa para evidenciar que a cor da cidade de Fortaleza é negra, pois há a presença negra, há pessoas que se autodeclaram negras, existem e pertencem a esta cidade. Segundo o levantamento feito pela autora, mais da metade da população fortalezense é negra (pretos e pardos), e os maiores contingentes se concentram nas Secretarias Executivas Regionais (SER) III e V, destaco que o Grande Bom Jardim se localiza na SER V. Faz-se necessário destacar que atualmente já possuímos alguns dados do Censo Demográfico de 2022 referente a dados sobre população e raça. De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, o número de pessoas que se declaram pretas no Ceará cresceu 51,7%, em relação ao último censo. Os percentuais indicam que a população autodeclarada preta na cidade é de 7%, a autodeclarada parda é de 60% e a que se declara branca é de 32,7%. (IBGE,2023).

Com base nos dados divulgados, reafirmo o que foi destacado por Oliveira (2019), a cor da cidade de Fortaleza é negra, compreendendo pretos e pardos, por isso anteriormente tracei a discussão sobre a mestiçagem no Brasil, sobretudo no Ceará. Esse foi um processo político de branqueamento e apagamento. A categoria "pardo" foi utilizada como máscara ideológica, evitando o uso da palavra negro, para naturalizar o silenciamento e o apagamento, esse espaço "intermediário e ambíguo", enfraquece a identificação e mobilização da população negra. Mas, é importante frisar que essa agregação não resolve a questão política da identidade negra no Ceará, se ela não for acompanhada de uma consciência racial coletiva. (Munanga, 1999; Gomes, 2024; Oliveira, 2019).

Tendo como base toda a discussão estabelecida durante esta seção sobre o apagamento da população negra em Fortaleza e a dificuldade de autoidentificação enquanto uma população negra, torna-se fundamental reafirmar que a cidade de Fortaleza, é composta, em sua maioria, pela população negra, considerando a junção de autodeclarados pretos e pardos. Com base nos dados do Censo Demográfico, a partir do setor censitário, foi produzido o mapa a seguir, que espacializa a distribuição da população negra em Fortaleza, com destaque ao território estudado, o Grande Bom Jardim. Dois pontos podem ser observados a partir desse mapa, primeira delas destacar que a população negra se encontra em sua maioria em bairros longe do Centro e zonas turísticas da cidade, o que evidencia a expulsão dessa população para áreas precarizadas. E segundo, é evidenciar como esses territórios periféricos e historicamente marginalizados, são marcados pela expressiva presença negra.

Figura 1 – Mapa da distribuição da população negra em Fortaleza – Ceará – 2025.



Fonte: Distribuição da população negra de Fortaleza, com destaque a área estudada, por setor censitário, segundo o Censo de 2022, sobreposta a delimitação de bairros de Fortaleza.
Elaboração: Jesus e Santos (2025), com base em dados do IBGE (2022).

Dito isso, Oliveira (2019) destaca que com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos bairros da cidade de Fortaleza de acordo com o "Relatório do Desenvolvimento Humano por bairro em Fortaleza (2014), é importante ressaltar como afirma Paixão (2003) que o IDH é um relevante instrumento de mensuração das desigualdades raciais do país, tendo em vista que levam em consideração dados como renda, educação e saúde. Oliveira destaca:

> "Ser negra (o) em Fortaleza é um dilema, é um desafio. Através dos dados, estamos sim presentes na cidade, porém, como dizem os entrevistados, muitas vezes em situações subalternas, com poucas políticas públicas, sem qualidade de vida; ou seja, muitas das vezes a população negra está marginalizada. Tudo isso mostra toda reexistência e resistência que a população negra fortalezense tem para se posicionar frente ao discurso mistificador sobre a sua inexistência não só no município, mas em todo Estado cearense. Relacionando esse "não existir da população negra cearense e fortalezense"; mais do que isso, sobre a população negra, nas palavras de Saldanha (2018, p. 250): "vamos buscando um caminhar que vai tecendo outras recordações... por tempos em que nós, mulheres, não tentemos apenas caminhar, mas que o caminho esteja aberto para chegarmos aonde realmente desejamos estar" (Oliveira, 2019).

Abrindo os caminhos na escrita deste trabalho esta etapa tem como propósito evidenciar a participação da população negra na formação social, econômica, política e cultural do estado do Ceará e na cidade de Fortaleza. Demonstrando que há a presença negra na história, nos espaços, nas ruas e nos territórios desta cidade, que há pessoas se autodeclarando negros e negras e pertencendo e resistindo em Fortaleza. No entanto, como evidenciado por Oliveira (2019), precisamos conhecer mais sobre os territórios em que essa população racializada se insere na cidade, observando também as vulnerabilidades e as potencialidades que a população negra enfrenta em seus territórios.

2.2 A construção conceitual dos Territórios Negros: Raça, Espaço e Poder

O território é uma das categorias de análise fundamentais da Geografia, à medida que as relações raciais são fundamentais para o entendimento das dinâmicas sociais brasileiras. Nogueira (2018), aponta que apesar disto a raça não é tratada como um conceito analítico do discurso hegemônico geográfico contemporâneo no Brasil, muito menos como variável estruturante das desigualdades socioespaciais do país. A autora ainda destaca que é possível perceber que, apesar da existência de contribuições de geógrafos como Renato Emerson dos Santos e Alex Ratts, a discussão conceitual acerca dos territórios negros está focalizada em outras ciências humanas, especialmente na antropologia. Já a formação espacial dos territórios negros não pode ser pensada de maneira dissociada de outros processos de urbanização, como a segregação urbana, e as relações raciais inerentes às dinâmicas sociais.

Ao propor compreender o racismo alimentar inerente aos territórios negros em Fortaleza, se faz necessário discorrer sobre o que se entende como territórios negros de maneira conceitual, mas também a partir dos processos urbanos que o constituem. De antemão, é fundamental salientar que a ideologia racial brasileira pressupõe que vivemos numa nação miscigenada, que crer na superação do mito da democracia racial e evidencia a mistura étnica do povo brasileiro com indígenas, negros e europeus. Ao longo do tempo, esse discurso foi empecilho para aprofundar a discussão das relações raciais em nossa sociedade.

No entanto, é fundamental salientar que apesar dos avanços referentes à questão racial no Brasil nas últimas décadas, essa categoria ainda não é considerada estruturante da sociedade, sobretudo na Geografia. Nogueira (2018), evidencia que a Geografia brasileira, fundamentada no materialismo dialético marxista, tende a não discutir outros pontos além da classe social como fator da desigualdade socioespacial, naturalizando as desigualdades raciais e a forma como os mecanismos que as mantêm na sociedade. É válido ressaltar que a própria classificação

e criação das classes sociais perpassa uma lógica racial tendo em vista a colonialidade em que o sistema capitalista está inserido. É fundamental salientar que todas as correntes do pensamento geográfico não tratam a raça como uma categoria analítica importante para a compreensão dos conceitos geográficos.

Com isso, se faz necessária a inserção do conceito da raça como uma variável desta desigualdade, considerando como destaca Milton Santos que cada indivíduo "vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território" (SANTOS, 1987). Dito isso, relacionando ideias Porto-Gonçalves discorre sobre as diferentes configurações espaciais resultantes do racismo presentes nas relações da sociedade, o autor destaca "lugares e espaços com as marcas dessa distinção social: no caso brasileiro, a população negra é francamente majoritária nos presídios e absolutamente minoritária nas universidades" (PORTO- GONÇALVES, 2003). Os territórios são frequentemente instituídos e destituídos de valores e seus habitantes também são, a raça entra aqui como um fator que define quais territórios serão valorizados e quais serão estigmatizados.

O racismo é compreendido aqui como uma relação de poder estruturante para a formação socioterritorial das cidades. E essa compreensão é fundamental para o entendimento da construção conceitual dos territórios negros. O território como conceito geográfico possui múltiplas definições, no entanto a compreensão dos territórios negros passa por compreender a relação entre raça, espaço, poder e identidade.

2.2.1 Território, Territorialidades: múltiplas potencialidades

Ao estudar o conceito de território é fundamental compreender que há uma distinção entre os conceitos de espaço e território. Para Raffestin (2011), o espaço é o que precede o território, pode ser colocado como um campo de possibilidades sobre o qual um ou mais atores irão projetar suas intenções, constituindo um programa, seja um projeto ou uma ação, caracterizado por um conjunto de intenções a serem realizadas. Um projeto pressupõe a definição de objetivos a serem alcançados, os quais demandam a execução de ações para serem realizados. Neste contexto, o autor destaca que o território se forma a partir do espaço, sendo resultado de uma ação realizada por um ator que implementa um programa.

Importante ressaltar que a apropriação do espaço pode ocorrer de forma concreta ou abstrata, e isso implica o controle sobre determinado espaço. Mesmo atos aparentemente

simples, como produzir uma representação espacial, como mapas ou desenhos, nomear ou marcar espaços em um mapa ou mesmo quando ocorre o oposto, quando se exclui ou se apaga, constituem poderosas formas de criar territórios. Pois dão visibilidade ou retiram a importância de certos lugares e isso pode ser compreendido como uma forma de poder, pois decide o que será destacado e o que será ignorado. No entanto, essas ações podem ser cruéis pois refletem uma imposição de controle sobre o espaço e seus significados (Raffestin, 2011; Vieira, 2017).

Entretanto, como argumenta Sack (2011), meramente demarcar algo no espaço ou em um mapa não é suficiente para criar um território. O território só se forma quando os limites traçados são usados para delinear, influenciar ou controlar o acesso, às atividades e os comportamentos das pessoas naquele espaço. Desta forma, a ideia de território está conectada não apenas à demarcação física, mas também ao exercício do poder sobre as dinâmicas que ocorrem dentro destes limites. Com isso, Vieira destaca

> Sobre o espaço recai um conjunto de relações de poder que acaba por moldá-lo, mesmo que parcialmente, segundo os seus interesses. O resultado dessas relações de poder se expressa na forma de territórios, passíveis de serem observados e cartografados. Mas Raffestin adverte que a única coisa que não é imediatamente possível mostrar é o sistema de axiomas dessas relações de poder (2011, p. 130). Os nexos, as ligações, as relações que sustentam o poder não são imediatamente apreensíveis, visíveis (Vieira, 2017).

Esta ideia apresentada pela autora aponta que a maior parte das pessoas não percebem que o espaço pode ser utilizado como uma ferramenta de poder. As ações que acontecem no espaço, como as construções, demarcações ou a maneira como os lugares são organizados, são vistos apenas como naturais e não como partes de um plano maior ou intencional. Isso significa que, ao utilizar o espaço de certas formas, grupos ou indivíduos podem exercer influência e controle, muitas vezes sem que os outros notem que há um objetivo estratégico por trás dessas ações.

Quando a autora destaca esse “trunfo”, ela se refere ao fato de que a maioria das pessoas não compreendem essas intervenções no espaço como movimentos conscientes de poder. Por exemplo, reorganizar uma cidade, renomear as ruas, decidir onde equipamentos de lazer e cultura são construídos, quais bairros receberam determinadas políticas públicas, todas essas decisões podem parecer administrativas, no entanto podem servir a interesses específicos de controle social ou econômico. Dessa maneira, como essas ações sempre são compreendidas como normais, os aspectos estratégicos dessas intervenções são mascarados e elas passam despercebidas como manobras de poder.

Traçando um paralelo a esta discussão, é interessante pontuar que para Souza (2013), o território é um espaço delimitado e definido por e a partir das relações de poder. Essa é uma definição muito difundida atualmente na geografia e por isso é tão necessário rever e reavaliar os estudos acerca do território e para além disto há a necessidade de pensar o território e as relações de poder que limitam além da classe social. Raffestin (2011), discorre em sua obra como o poder é uma palavra complexa "rebelde" e ambígua, que se faz presente em todas as maneiras de relações humanas. O autor compreende o poder como multidimensional, ou seja, que se manifesta em diversas formas e em diferentes níveis e intercalar, o que implica que o poder atua em várias escalas.

É crucial pontuar, que o autor se opõe à ideia de um projeto de mundialíssimo homogeneizador, que busca uniformizar as relações e as culturas em todo o mundo. Este tipo de discurso tem o poder de esconder e reforçar desigualdades, como as raciais. O autor objetiva que os mecanismos de reprodução das desigualdades raciais têm como propósito a manutenção da dominação de um grupo sobre o outro, por meio da inferiorização de determinadas raças e etnias. Desse modo, o racismo é uma forma de exercício de poder (Nogueira, 2018).

A abordagem positivista tende a tratar o racismo como uma manifestação de irracionalidade ou ignorância. Este tipo de discurso evita reconhecer e discutir a relação historicamente construída entre raça e poder. Ao abordar o racismo apenas como um comportamento desviado ou uma falha moral individual, e colocar como algo do passado ou apenas de grupos extremistas, perde-se de vista o papel estruturante e contínuo que molda a sociedade. Se faz pertinente compreender o racismo como um componente central do poder na sociedade, e não como uma anomalia ou um erro isolado. Reconhecer o racismo dessa maneira permite uma compreensão mais profunda dos mecanismos de dominação e exclusão racial, auxiliando a desenvolver estratégias mais eficientes para combatê-lo. O racismo, portanto, é compreendido como um elemento organizador das estruturas sociais e essa compreensão amplia o entendimento necessário para desmantelar suas bases (Araújo; Meneses; Maeso, 2010; Nogueira, 2018).

Segundo Raffestin (2011), as "imagens" territoriais refletem as relações de produção e de poder que as constituem. Estas imagens são o resultado da ação de diferentes atores, desde o Estado até o indivíduo, todos envolvidos na "produção" do território. O autor denomina esses atores de "sintagmáticos", pois atuam em conjunto na criação e transformação do espaço geográfico, o influenciando de diversas maneiras, em momentos e lugares distintos. A construção do território é, portanto, um processo dinâmico e coletivo, no qual todos participam em diferentes níveis. À medida que se cria o território, elabora-se estratégias que

frequentemente entram em conflito com as estratégias de outros atores, evidenciando assim a complexidade das interações e tensões entre diferentes formas de poder e produção espacial (Vieira, 2017).

Desta maneira, Vieira (2017), destaca que haveria os territórios estatais e funcionais que se diferenciam dos territórios culturais, carregados de simbolismo e frutos de apropriação pela densidade de experiências a qual remetem. Para Haesbaert (2008), o território como "espaço-tempo vivido", destaca que ele é múltiplo, diverso e complexo. O autor explica que o território não pode ser visto de forma simplista e unidimensional, pois se manifesta em diversas formas e níveis, desde a dominação político-econômica mais concreta até as apropriações mais subjetivas, culturais ou simbólicas. De outro modo, o território pode ser entendido tanto como uma área de controle e poder, quanto como um espaço de significado cultural e identitário.

O autor ainda propõe um *"continuum"* entre essas formas de apropriação do território, identificando que elas não são separadas rigidamente. Entretanto, existe uma ampla variedade de manifestações territoriais que combinam, de formas diversas, relação de poder, atores e estratégias. Isso significa que o território é construído por múltiplas forças, que podem envolver tanto o controle econômico e político quanto aspectos subjetivos e culturais. Por fim, entre estes polos, as territorialidades manifestam-se de formas dinâmicas e interconectadas, com diferentes forças e indivíduos atuando conjuntamente e, em muitas situações de formas sobrepostas. Isto ressalta a complexidade envolvida na análise dos territórios que são sugestionados por uma diversidade de práticas e interações sociais (Vieira, 2017).

Dessa forma é pertinente ressaltar que todo território contém uma demarcação é uma definição de uso ou prática. (Heidrich, 2008 *apud* Vieria, 2017). Desta maneira, todo território é diretamente um resultado do poder, e, apesar das diferentes configurações que o poder pode assumir, é ele que define a territorialidade. Neste momento, talvez seja interessante traçar uma relação entre a definição de Souza (2013), que já foi apresentada anteriormente, onde o autor define o território por e a partir das relações de poder e a metáfora que o mesmo autor faz sobre o território enquanto um "campo de forças", no sentido que um campo de forças é gerado por energias: promovem atração ou repulsão. Quando não há essas intenções ou energias, o espaço permanece neutro, e só se transforma em território quando estas dinâmicas de poder entram em ação (Vieira, 2017).

O entendimento acerca do conceito de território perpassa por muitas nuances como o espaço social, a desterritorialização e a territorialidade, entretanto todos esses conceitos se relacionam com o poder. O espaço social está disperso de forma difusa por toda a sociedade e, por isto, pode ser tratado de maneira genérica. O território, por sua vez, deve ser compreendido a partir

dos sujeitos que exercem poder efetivamente, ou seja, aqueles que controlam e moldam esses espaços influenciando os processos sociais que ocorrem nele.

A compreensão é que as relações sociais são, em natureza, relações de poder. Essas relações de poder variam em intensidade e forma, podem abranger formas explícitas e violentas até manifestações mais abstratas e simbólicas. Neste momento é interessante reafirmar que o racismo é uma relação poder que exerce influência sobre as relações sociais, sobre os espaços e territórios. Em suma, para compreender o território e os processos que o envolvem é fundamental identificar quem exerce o poder, como esse poder se manifesta e como molda o espaço e as relações sociais (Haesbaert, 2008).

Deste modo, de acordo com Haesbaert (2008), todo território é simultaneamente e necessariamente, funcional e simbólico em diferentes combinações. Pois se exerce domínio sobre o espaço tanto para realizar "funções" quanto para produzir "significados". O território é funcional pois ele cumpre diferentes papéis práticos e estratégicos para a sociedade. Não deve ser compreendido apenas como um espaço físico, mas também um recurso estratégico que garante tanto segurança quanto acesso a elementos essenciais para o funcionamento de sociedades e economias, de acordo com suas necessidades e sistemas.

Neste entendimento do território como recurso é importante destacar que para Raffestin (2011) coloca que o território não é apenas uma matéria física, e sim, uma relação dinâmica que adquire diversas propriedades à medida que satisfaz as necessidades humanas. Em concordância com essa ideia, o território surge como um meio para atingir fins específicos, no entanto sua função e significância mudam ao longo do tempo, dependendo das técnicas e das necessidades humanas em evolução. Ou seja, isso significa dizer que o território não é algo fixo ou permanente, mas sim algo que se transforma conforme as exigências históricas e sociais.

Para Santos (2000) é necessário distinguir o território em dois aspectos: como recurso de "atores hegemônicos", ou seja, aqueles que detém o poder e como abrigo para os "atores hegemonizados", aqueles que são dominados. Essa diferenciação que o autor faz é interessante pois reflete as diferentes maneiras de uso e controle do território. Os "atores hegemônicos" veem o território como um recurso funcional e mercantil, em outros termos como algo que pode ser explorado para obtenção de lucros e benefícios estratégicos. Por outro lado, os grupos dominados valorizam como um espaço de sobrevivência e proteção, algo primordial para garantir suas necessidades diárias. Entretanto, o autor sugere que são modos distintos de produzir o território como recurso. Em concordância Haesbaert (2008) destaca:

> Para os "hegemonizados" o território adquire muitas vezes tamanha força que combina com intensidades iguais funcionalidade ("recurso") e identidade ("símbolo"). Assim, para eles, literalmente, retomando Bonnemaison e Cambrèzy (1996), "perder seu

> território é desaparecer". O território, neste caso, "não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. É interessante como estas dimensões aparecem geminadas, sem nenhuma lógica a priori para indicar a preponderância de uma sobre a outra: muitas vezes, por exemplo, é entre aqueles que estão mais destituídos de seus recursos materiais que aparecem formas as mais radicais de apego às identidades territoriais (Haesbaert, 2008).

O território, neste caso, adquire um significado profundo, combinando a função com a identidade. Para essas populações, o território não é apenas um espaço físico que fornece recursos, mas algo necessário para a sua própria existência. A perda do território, significa não apenas a perda de uma área física, mas desaparecer em termos identitários, culturais e sociais. Essa ideia expressa na frase "o território não diz respeito apenas a função ou ao ter, mas ao ser" demonstra que para determinados grupos sociais, primordialmente grupos racializados, o território está intrinsecamente ligado à sua essência e modo de ser no mundo. Em suma, quando se fala do território para esses "atores hegemonizados", o território assume uma dupla significância: é um recurso essencial para a sobrevivência e um símbolo de identidade.

Em relação à territorialidade, o aspecto mais importante a ser considerado é a relação com o "outro". Territorialidade envolve o controle ou a influência sobre um espaço, no entanto essa relação não acontece de forma isolada, ela se dá em interação com outros grupos, pessoas ou forças que compartilham e disputam esse espaço. O "outro" é fundamental no contexto da territorialidade, pois é em relação a essa alteridade que se define os limites, as fronteiras e as formas de controle sobre o território. A territorialidade é construída não apenas a partir de um grupo ou um sujeito dominante, mas através de interações com aqueles que ocupam ou reivindicam o mesmo espaço. Essas relações moldam como o território é controlado, vivido e compreendido (Raffestin, 2011).

No entendimento de Haesbaert (2008), é fundamental primeiramente diferenciar os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas e instituições. Para o autor o controle social sobre a territorialidade varia conforme a sociedade, cultura, grupo e até mesmo entre indivíduos. Cada contexto define o modo como o espaço é controlado e utilizado, dependendo dos interesses, objetivos e formas de organização. Quando se trata de uma "área geográfica" ou "território", o foco não está apenas no espaço físico, mas no que ele permite alcançar.

A territorialidade incorpora um valor político e para além disto também diz respeito às relações econômicas e culturais. De acordo com Sack (1986 *apud* Haesbaert, 2008), a territorialidade enquanto um componente do poder, não serve apenas para estabelecer e manter a ordem, mas também atua como uma estratégia para moldar o contexto geográfico no qual

experimentamos o mundo e o dotamos de significado. Vieira (2017) destaca:

> Tanto Sack (2011) quanto Raffestin (2011) destacam como características da territorialidade: i. manifesta-se em todas as escalas espaciais (da nano escala, a começar pelo próprio corpo, à macro escala estatal); ii) está relacionada a um contexto sócio-histórico e espaço-temporal; iii) sendo, portanto, dinâmica, visto que os elementos que compõem as territorialidades são suscetíveis a variações (Vieira, 2017).

A autora destaca que a territorialidade varia de acordo com a função e o uso que se pretende para o espaço. Ela destaca o uso de um determinado espaço em diferentes ocasiões como no carnaval e em uma procissão religiosa, e destaca que durante a festa carnavalesca, muitas vezes é feito uso de ações não territoriais, como reclamar do barulho, para destacar que aquele tipo de uso não é bem-visto e que durante uma procissão religiosa, de cunho cristão principalmente, mesmo também produzindo barulho, não é rechaçado, pois aquele é um tipo de uso aceito. Desse modo, a partir disso compreendemos que a territorialidade está diretamente associada aos sentidos e significados que se deseja ou se rejeita para determinados espaços.

Deste modo, nota-se que se cria categorias para o uso interno daquele espaço, categorias como cor da pele, gênero, idade, função, classe social, religiosidade, entre outras. Onde definem-se aqueles que terão livre acesso, os que terão acesso parcial ou condicionado, quando só pode acessar na condição de trabalhador, ou a restrição total ao território. Os elementos que estruturam estas categorias não são fixos, podem mudar e ser combinados para atender as intenções para o território em dado momento. Isso pode ser observado tendo como exemplo a forma como jovens, negros, que se vestem de acordo com a cultura periférica são vistos em determinados territórios que tendem a achar que são produzidos para um determinado grupo social, como museus, restaurantes ou shoppings. É interessante destacar que essas mesmas categorias (jovens e negros), se associados a uma condição trabalho nesses espaços não seria entendida como estranha (Vieira, 2017).

É necessário elucidar, as múltiplas facetas e dimensões que a territorialidade pode assumir, Vieira (2017) faz uma relação com o carnaval entorno do Centro de Porto Alegre, como um grupo se posicionava contra a continuidade da histórica presença do carnaval nesta área central, sob a alegação de barulho e aglomerações que perturbava os moradores das proximidades. Tentando traçar um paralelo com a cidade de Fortaleza, destaco que os bailes de reggae, que ocorrem há décadas nas periferias da capital, seguem sendo espaços culturais marginalizados e por muitas vezes associados à criminalização e a desvalorização social. Entretanto, quando essas mesmas expressões culturais chegam a regiões centrais e turísticas da cidade, ganham notoriedade e passam a ser apropriadas, como entretenimento, mas esvaziadas

de seu caráter político.

Nesta pesquisa, apresento o Reggae como um importante marcador cultural e simbólico da identidade negra fortalezense, tendo em vista que carrega consigo uma estética e um senso político forjado em territórios periféricos da cidade. O Reggae e a capital cearense têm uma história interessante, o ritmo chegou a Fortaleza através de ondas curtas de emissoras internacionais, o som simples, melódico e dançante se popularizou com gravações em baixa qualidade inicialmente e depois colecionadores começaram a importar discos e estudar sobre o ritmo. No entanto, o ritmo tomou conta da cidade com a criação de espaço oficial para shows de reggae, o Canto das Tribos. Mesmo depois do encerramento das atividades do clube, outros clubes de reggae foram criados e isso popularizou o ritmo na capital. É interessante pontuar que o reggae é um ritmo, marcado pela presença cultural negra, tendo em vista a origem jamaicana. O Reggae denuncia condições de vida precárias, as lutas e a busca por igualdade, apesar da opressão social e política (Pereira, 2022).

A popularização do ritmo entre jovens periféricos e negros na capital cearense é evidenciada pela ocorrência dos reggaes nas praças, há muitos projetos culturais espalhados pelas periferias da cidade que realizam os reggaes nas praças, os mais conhecidos são o Resistência Roots, o MesseRoots e o Reggae do CUCA (Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte) do Jangurussu e a também os clubes de reggae que se encontram mais na zona turística da cidade. É interessante colocar que apesar da popularização do ritmo, o local onde ele sofre com represálias é sempre nos bailes que ocorrem nas praças nas periferias, sem contar a falta de incentivo governamental para que essas manifestações culturais ocorram.

Em sua dissertação, Pereira (2022), discorre sobre o genocídio racial e social dos jovens negros em Fortaleza, a autora destaca que para fugir de estigmas sociais os jovens periféricos utilizam-se da ocupação dos espaços públicos proporcionando espaços seguros de convivência e sociabilidade é uma forma de não se aprisionar a estigma de “lugar violento”, criando dessa forma, contextos de existências e reexistências. Para além disso, outra forma que a autora aponta são a criação de características do bairro que sejam distintas dos estigmas negativos, o que ocorre através de produções artísticas e culturais produzidas pelos moradores. Como saraus, bailes de reggae, batalhas de Slam, batalhas de MCs, grupos de poesias e entre outros.

A autora ainda evidencia um ocorrido no tradicional Reggae do CUCA Jangurussu, quando o baile foi encerrado pela guarda municipal e a polícia militar de forma truculenta. Solicitando documentação, mesmo que o evento estivesse acontecendo nas imediações de um aparelho cultural da prefeitura e com revista da polícia de jovens que estavam presentes no evento. E esse não é um caso isolado, por vezes os eventos nas praças são encerrados de forma

truculenta, com apreensão de aparelhos e confusões.

Entretanto quando o reggae acontece em áreas turísticas da cidade como nos clubes na Praia de Iracema ou no Dragão do Mar, mas principalmente quando o público que frequenta esses bailes, têm características diferentes do público que frequenta na Praça do Beira Rio, no bairro Vila Velha em Fortaleza, por exemplo, esses mesmos ritmos não são marginalizados. Quando a praça onde acontece o reggae é utilizada para uma manifestação religiosa, cristã principalmente, não é reprimida de forma violenta e grotesca.

Portanto, ao destacar o reggae nessa pesquisa, busquei reconhecer e valorizar um movimento importante que pode ser compreendido como marcadores culturais e simbólicos de identidades negras na capital cearense, pois reafirma sua potência como instrumento de pertencimento, identidade e resistência negra em Fortaleza.

Nestes casos, o controle do território está relacionado a tentativa de inibir uma prática, um tipo de uso. A rejeição a uma prática cultural que também é uma prática espacial, ou seja, envolve a ocupação e o uso de determinado espaço físico durante a festa. A rejeição a essa prática associada para além da simples ocupação do espaço nestes momentos, está ligada às representações simbólicas que essa ocupação atribui ao espaço. Em outros termos, não se trata apenas de um conflito sobre o uso físico do espaço, mas também uma disputa simbólica sobre o significado e a identidade do espaço.

Essa rejeição pode estar associada com questões de poder, preconceito ou controle social, uma vez que determinados grupos ou autoridades podem não querer que certos valores, tradições ou identidades estejam associadas a um espaço físico. Desta forma é importante compreender que a ocupação do espaço durante uma prática cultural não pode ser compreendida apenas como um ato físico, mas também como um ato simbólico que redefine o sentido daquele espaço, e são justamente essas transformações simbólicas que encontram resistências. Em conformidade, destaca Vieira (2017):

> A conflitualidade entre estes usos, ou seja, entre as múltiplas territorialidades (Haesbaert, 2008) pode resultar na desterritorialização de uma ou mais práticas. Para além do processo de segregação urbana, de perda de território físico, a desterritorialização é entendida como um processo decorrente da perda de vínculos simbólicos com o espaço. Seus efeitos podem levar ao enfraquecimento de laços de pertencimento e consequente perda de referenciais espaciais e culturais por parte dos grupos desterritorializados. A inibição de uma territorialidade, mesmo que não haja deslocamento do grupo para fora da área restringida, poderá resultar, no decorrer de algumas gerações, no esquecimento da prática cultural vinculada àquele espaço. Acarreta, desta forma, prejuízo à memória coletiva do grupo e do local (Vieira, 2017).

Observa-se que a conflitualidade entre estes diferentes usos de um mesmo espaço, ou seja, entre diversas territorialidades. Quando ocorre essa disputa, isso pode levar a

desterritorialização de uma ou mais práticas. E este processo vai além da perda física de um território, ela se refere também à perda de vínculos simbólicos com o espaço. Quando o baile fica com a fama de sempre terminar em confusão, logo os frequentadores ficam com medo de ir e o projeto que leva o reggae acaba. Quando um grupo perde a conexão simbólica com um território, os laços de pertencimento podem enfraquecer, resultando na perda de referenciais culturais e espaciais. Em síntese, é importante destacar que apesar de não tratarmos sobre o acesso a alimentação, ou a fome nesta seção, o objetivo foi conceituar território e territorialidades, evidenciando as múltiplas potencialidades inerentes a estes conceitos. Tais noções servem como fundamento para a construção do conceito de territórios negros, empregados no âmbito desta pesquisa.

2.2.2 Territórios negros: construção conceitual e marcadores culturais e simbólicos

Era necessário apresentar toda a construção conceitual do conceito de território e os demais processos para traçar a discussão acerca da construção conceitual e espacial dos territórios negros. A intenção é delinear o entendimento da noção de território negro empregada nesta pesquisa, caminhando com essa construção conceitual e espacial. Como já evidenciado anteriormente, o conceito de raça não é tratado como um conceito analítico na geografia contemporânea brasileira e muito menos como variável estrutural da desigualdade socioespacial na sociedade do país. Todavia, a produção acerca dos territórios negros permanece nas ciências humanas, sobretudo na geografia.

Fundamental destacar que a intenção desta pesquisa não tem como intuito fazer um "recorte" que dissocie a presença negra da identidade nacional, tendo em vista que a população negra constitui a maioria no Brasil, conforme demonstrado pelo Censo Demográfico de 2022. Dessa forma, o país como um todo pode ser entendido como um território negro. Nesta seção, a intenção é compreender como as relações raciais se manifestam na formação socioespacial, além de contribuir com a construção conceitual deste conceito.

O paradoxo contemporâneo brasileiro apontado por Garcia (2009), evidencia que se reconhece a existência do racismo, no entanto há uma negação da existência de mecanismos sociais que perpetuam as desigualdades raciais. Este paradoxo apresentado pelo autor reflete uma contradição: as pessoas reconhecem que o racismo existe, mas muitas vezes ignoram ou não reconhecem as estruturas e práticas sociais que mantêm as desigualdades entre os grupos

racializados. Osório (2008), em concordância com Garcia, analisou as três ondas teóricas que tratam dos mecanismos de reprodução das desigualdades raciais, evidenciando o papel da academia no debate referente ao racismo.

Esta concepção de onda teórica apresentada pelo autor, refere-se a diferentes fases do pensamento que surgem em torno da desigualdade racial. Osório (2008), ao analisar essas ondas teóricas, o autor auxilia a explicar como as ideias sobre a desigualdade racial e seus mecanismos de reprodução se desenvolvem e interagem. A primeira onda apresentada e analisada pelo autor, defendia a ideia de que o preconceito existente no Brasil era predominantemente de classe, e não de raça. Ou seja, essa visão propunha que a discriminação se baseava mais nas condições econômicas e sociais das pessoas e não em suas características raciais.

Como apresentado pelo autor, os teóricos desta onda acreditavam que a miscigenação, o processo de "branqueamento" da população, promoveria a ascensão social dos pardos e posteriormente a superação das divisões raciais, como ficou evidenciado na obra de Modesto Brocos, "A redenção de Cam". A ascensão de pardos a posições sociais de destaque era vista como prova de que o Brasil era uma sociedade aberta e que não havia preconceito racial significativo, esta presença significava que a mobilidade social seria possível para todos, independentemente da raça, corroborando com o mito da democracia racial.

Na segunda onda apresentada pelo autor, prevalece a ideia de que o preconceito de classe tem um impacto mais significativo na sociedade do que o preconceito racial. No entanto, essa corrente de pensamento parece ter superado a ideia de "branqueamento racial", ainda se sente grande influência da Geografia Crítica. Ratts (2010), evidencia que as questões raciais possuem pouca relevância nos debates e no ensino de Geografia, tendo em vista que algumas interpretações do marxismo priorizam a classe social como a principal, senão única variável explicativa das desigualdades socioespaciais. Entretanto, essa visão ignora a interseção entre raça e classe e acaba sendo permissiva com o racismo, negligenciando o fato de que o racismo afeta uma grande parte da população brasileira e as estruturas.

E por fim, a terceira onda teórica apresentada pelo autor surge em resposta à ideia de que o racismo no Brasil seria inexistente ou não teria tamanha importância. Nesta corrente, a raça e a classe social são vistas como intimamente ligadas, podendo permanecer estagnadas ao longo do tempo, a menos que haja intervenções concretas para mudar essa realidade.

O autor apresenta Carlos Hasenbalg e Nelson V. Silva como importantes teóricos desta onda, estes autores foram responsáveis por afirmar que as práticas racistas que reproduzem a desigualdade racial não são meramente resquícios do passado escravocrata brasileiro, elas estão

funcionalmente relacionadas aos benefícios simbólicos e materiais que a população branca obtém ao desqualificar grupos racializados. Ou seja, o racismo não é acidental ou residual, mas faz parte de uma estrutura que mantém a superioridade dos brancos em termos de recursos e status social (Hasenbalg; Silva, 1988 *apud* Osório, 2008).

Primordial pontuar que nesta pesquisa se alinha com esta concepção apresentada na terceira onda por Osório, onde se percebe o racismo não apenas como herança do passado colonial, mas como um fator estruturante da sociedade de classes. Assim, embora a classe social tenha um papel fundamental na forma como a população negra é distribuída geograficamente, ou seja, onde vivem e quais espaços ocupam, isso não é suficiente para explicar completamente essa distribuição. No entanto, para compreender por que a população negra permanece nesses territórios ao longo do tempo, é fundamental considerar o fator racial.

A raça apresenta-se como um elemento crucial para compreender a permanência da população negra em certos espaços, espaços marginalizados e periféricos primordialmente, pois o racismo estrutural restringe tanto o acesso a melhores condições de vida quanto às oportunidades de mobilidade social e espacial. Deste modo, as pesquisas sobre desigualdades precisam se apresentar de forma interseccional.

Ao discutir a construção conceitual e espacial de territórios negros nesta pesquisa, objetiva-se contribuir para a construção de um tipo de ciência que rompe com as formas tradicionais e eurocêntricas, sem desvalorizá-las, de produção de conhecimento. Essa abordagem, no entanto, busca uma ruptura epistemológica com a dominação colonial, onde reconhece que o colonialismo ainda persiste através da colonialidade, que instiga não apenas as estruturas e instituições sociais, mas também as mentalidades, imaginários e formas de produção do conhecimento (Almeida; Silva, 2015 *apud* Nogueira, 2018).

Nogueira (2018), chama a atenção para um aspecto interessante do Pensamento Decolonial, considera-se que as relações raciais são um fator estruturante da sociedade moderna, compreendendo a noção de raça como uma das principais manifestações da colonialidade. Ademais, vê a América Latina como um espaço geopolítico central para refletir sobre as formas de organização do mundo, rompendo com a lógica de uma crítica eurocentrada, algo ainda muito presente na Geografia contemporânea brasileira.

Ao abordar o Pensamento Decolonial, se faz extremamente necessário compreender que a modernidade ocidental é inseparável da colonialidade, que os efeitos do colonialismo persistem até a atualidade em forma de racismo, exploração, epistemicídio e marginalização. Autores como Aníbal Quijano (2005), Frantz Fanon (2008) e Catherine Walsh (2013), nos permite traçar uma discussão sobre a decolonialidade e como ela se encaixa nas discussões

desta pesquisa. Ao compreender a desumanização do negro e a colonialidade do ser, Fanon (2008), diz que a colonialidade opera também na subjetividade. Ao conceituar a colonialidade do poder Quijano (2005), mostra como a raça e o eurocentrismo moldam o capitalismo e o mundo moderno e Walsh (2013) traz luz a práticas pedagógicas insurgentes, sobretudo na América Latina, propondo pedagogias decoloniais como estratégias de resistência.

Ambos os autores propõem que a libertação da colonialidade não é apenas uma questão política ou econômica, mas é sobretudo uma liberdade epistêmica, ontológica e territorial. Desse modo, ao pensar os territórios negros podemos compreendê-los para além de espaços geográficos, mas como lugares de produção de vida, saberes e identidade frente a desumanização colonial. O pensamento decolonial, articulado por esses autores, permite compreender que os territórios negros, o fenômeno da fome e as estratégias de enfrentamento não devem ser compreendidas apenas como questões sociais ou econômicas, mas como questões de poder, saber e existência.

Como muito evidenciado ao longo do trabalho, a fome não é apenas a ausência de comida, mas é uma lógica que nega o direito à vida negra. E essas estratégias de enfrentamento, como no caso do estudado nesta pesquisa, a Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim, são anteriormente práticas de reexistência decolonial, rompe com o mundo que nos foi imposto e inventa outros futuros possíveis (Quijano, 2005; Fanon, 2008; Walsh, 2013).

É imprescindível reconhecer a importância dos avanços obtidos no campo acadêmico por outras perspectivas teóricas, tanto que foi utilizado autores clássicos de diferentes perspectivas para construir o embasamento teórico desta pesquisa, porém com uma leitura voltada especificamente para os objetivos da pesquisa, onde a raça é uma categoria analítica fundamental. Desse modo, ao iniciar esta seção, apresentei sobre o conceito de território e os seus demais processos, tendo em vista que é um conceito essencial para os estudos Geográficos, para aprofundar as discussões acerca da construção conceitual e espacial dos Territórios Negros. A discussão acerca deste conceito propriamente dito perpassa diversas áreas do conhecimento.

Diretamente da sociologia, Benedito (2013), aponta de forma enfática que entre os estudiosos do território urbano não há um consenso quanto a definição de “território negro”, a autora explica que a presença negra por si só não define território negro, em seu texto a autora evidencia “não há um só bairro ou distrito na cidade onde a presença negra ou afrodescendente seja 100% [da população].”, a presença racial se manifesta de maneira forte através de marcadores culturais e simbólicos. Estes marcadores são reforçados por organizações sociais, culturais e políticas que promovem uma memória coletiva e uma identidade negra e

afrodescendente ao longo do tempo.

Ademais, este processo histórico é influenciado tanto por carências sociais, como a falta de um recurso ou de oportunidade, quanto por lutas e articulações em defesa da comunidade. Dessa maneira, se apresenta o que a autora chama de "microterritórios étnicos e raciais", onde ganham relevância, se transformando em espaços de resistência e construção identitária. Em suma, o que se destaca é que o território negro não é caracterizado pela concentração física da população negra, mas pela criação de identidades e memórias coletivas através de símbolos culturais e luta.

Nogueira (2018), apresenta que este é um aspecto relevante à discussão primordialmente no caso brasileiro, pois ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos ou na África do sul, onde a segregação racial resultou de políticas de Estado, no Brasil ela surge do racismo enraizado na sociedade. Desse modo, territórios exclusivamente habitados por negros são raros, tendo em vista que diversos outros fatores, como a segregação social e os presença de outros sujeitos racializados, também influem a organização do espaço.

Desse modo, são outros elementos que caracterizam os territórios negros, "marcadores culturais e simbólicos" apresentados por Benedito (2013). Estes marcadores referem-se a elementos que refletem a presença e resistência da cultura e identidade negra em diferentes esferas sociais, políticas, religiosas e culturais. Nogueira (2018) aponta que podem ser organizações sociais como as ONGs do Movimento negro; culturais como escolas de samba, grupos de capoeira, bailes de música negra; religiosas, como as irmandades negras e terreiros de religiões de matrizes africanas; políticas, que vão desde da atuação em partidos políticos como posições de poder dentro desses territórios ocupadas por pessoas negras, como líderes religiosos, políticos, moradores antigos ou de maior prestígio social, comerciantes, professoras, benzedeiras e parteiras.

É fundamental traçar um paralelo neste ponto, a maioria dos estudos que se debruçaram sobre os territórios negros apresentam cidades sulistas e sudestinas, e é necessário destacar que estes marcadores podem ser diferentes em cidades de outras regiões tendo em vista a cultura desses territórios. Apesar de que muitas dessas manifestações culturais e religiosas se apresentem em todo o território nacional, a especificidades que se destacam em cidades sulistas e sudestinas da mesma forma que outras especificidades se manifestam em cidades nortistas e nordestinas.

À vista disso, ao apresentar o território negro em Fortaleza, uma cidade nordestina, os mesmos e outros marcadores culturais e simbólicos podem ser levados em consideração,

mantendo as organizações sociais, principalmente as geridas para atender mazelas sociais que atinge primordialmente a população negra; culturais. como samba, mas também o reggae nas praças, o forró e os bailes de música negra, como o funk e o brega funk; religiosas como os terreiros de matrizes africanas e organizações religiosas geridas por pessoas negras; políticas através de movimentos comunitários, resistência popular e também através de candidaturas políticas e para além disso os sujeitos que ocupam posições significativas nos territórios como os líderes comunitários, moradores antigos e diversos outros **(Quadro 1).**

Quadro 1 - Marcadores culturais e simbólicos

Fonte: Elaborado pela autora.

Corroborando com o explicitado anteriormente, Arruti (2016), aborda o conceito de "territórios negros" ao referir-se às comunidades quilombolas rurais. Para o autor, o termo vai além do espaço físico, analisa-se o papel das "memórias rituais", ou seja, as práticas culturais, religiosas e sociais que essas comunidades perpetuam ao longo do tempo e que se tornam parte fundamental da identidade coletiva. Estas "memórias rituais" apresentadas, são símbolos carregados de significados que representam a história e o pertencimento dos grupos, como se fossem uma memória viva que define quem são os membros daquela comunidade.

Essas memórias rituais propostas pelo autor, incluem celebrações culturais, práticas religiosas, o próprio modo de organizar o espaço e costumes que são passados de geração em geração, o que fortalece o vínculo da comunidade com o território e cria um sentimento coletivo de identidade. É importante pontuar que para o autor, esses fatores constroem o território além disso o sustentam, pois são fundamentais para a sobrevivência cultural e social dos ocupantes.

A antropóloga Maria de Lourdes Bandeira, em seu trabalho desenvolvido sobre a Vila Bela, no Mato Grosso, descreve a cidade como um "espaço negro", isto é, um território caracterizado por uma forte presença e identidade afrodescendente. Segundo a autora, esse espaço étnico era reconhecido e legitimado por brancos e negros. Esse reconhecimento mútuo sugere que a territorialidade negra não era um espaço simplesmente imposto ou isolado, mas sim um território acordado e validado socialmente, onde se refletem as dinâmicas e relações de poder. Para além disso, a autora ressalta que a territorialidade negra não se baseia apenas em apropriações individuais, mas na identidade coletiva do grupo. De outro modo, o pertencimento ao território e o reconhecimento de sua importância são experiências compartilhadas pelos membros da comunidade, ampliando os laços sociais e culturais entre eles (Bandeira, 1988 *apud* Nogueira, 2018).

Em vista disso, os territórios negros são construídos tanto pela interação com grupos externos quanto pelas relações internas e coletivas que se desenvolvem entre os próprios ocupantes do espaço. Isso ressalta a importância da coletividade e da experiência compartilhada na construção e manutenção desses territórios como espaços significativos e de resistência cultural.

Tratando sobre especialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. Santos (2012), explora como a segregação racial se manifesta no espaço urbano, auxiliando a identificar elementos que podem ser compreendidos como marcadores desses territórios. Neste trabalho o autor menciona como exemplo, lugares como clubes, escolas de samba e batalhas de rap, que como abordado anteriormente, são espaços culturais e sociais marcados pela presença e expressão da cultura negra, reforçando identidades e práticas coletivas em contextos urbanos. Para além disso, o autor discorre sobre a "toponímia da resistência" que é o uso de nomes e referências ligadas à cultura e história afro-brasileira para nomear locais urbanos. Esse fenômeno reflete a presença e a resistência da população negra em determinados espaços.

Colaborando com a discussão conceitual de territórios negros, a antropóloga Ilka Boaventura Leite afirma:

> Apesar da tendência de se intitularem 'territórios negros', quando pensados na sua dimensão política, a partir da ótica da RESISTÊNCIA, ou seja, como forma de defesa organizada numa situação de conflito, de tensão étnica e social e principalmente como suporte sob o qual se assentam atitudes coletivas de enfrentamento, a noção genérica de território negro não esclarece a complexidade

> das formas de apropriação do espaço por estes grupos (Leite, 1990).

É fundamental observar que a autora enfatiza o termo “resistência” para evidenciar que os territórios negros não se formam como resultado de um isolamento voluntário ou aleatório, mas sim como uma resposta ativa e necessária ao racismo. Dessa forma, os territórios negros funcionam como uma “forma de defesa”, criando espaços onde as comunidades negras podem se proteger, se organizar e afirmar suas identidades frente às diversidades sociais e ao racismo estrutural. No entanto, é importante ressaltar que por vezes esses territórios negros se formam por conta da segregação racial imposta pelo racismo e que isso corrobora para que sejam espaços em que relações de poder, como o racismo, implicam em condições de vida difíceis (Nogueira, 2018).

Desse modo, Leite (1990), propõe classificar os territórios negros em dois grupos, para explicitar a complexidade das estratégias de resistência desse grupo racial: os territórios de ocupação residencial, que podem ser caracterizados como espaços fixos e demarcados geograficamente, onde a ocupação é mais estável e pode ou não ser formalmente documentada. Esses territórios são constituídos por comunidades que desenvolvem estratégias coletivas para sobreviver, como criação de redes de apoio e cooperação baseadas em normas e códigos de convivência específicos. E os territórios de ocupação interacional que são postos como espaços de encontro e troca social que nem sempre têm uma localização fixa. Visto que, são definidos pela interação social e pelos símbolos culturais que os caracterizam, como locais de manifestações culturais, artísticas ou eventos que reforçam a identidade negra.

A caracterização de Leite sobre os territórios de ocupação interacional está alinhada com o que Souza (2011) chama de territórios cíclicos, onde o território se desloca ou se transforma durante um curto período, como por exemplo, as praças que recebem os bailes de reggae em Fortaleza. Nesse contexto, o território ganha significância e legitimidade por meio da presença e das ações dos sujeitos que o ocupam, que, ao se apoderarem do espaço e serem reconhecidos por seus pares, demonstram as relações de poder e das dinâmicas sociais que existem na cidade. Dessa forma, o espaço só se torna um território com um significado particular quando essas interações e apropriações acontecem, mesmo que de forma temporária.

Sob outra perspectiva, os territórios de ocupação residencial, que são fixos e sustentados por códigos específicos de convivência e sociabilidade, compartilham similaridades com conceitos como marcadores culturais e memórias rituais. Esses códigos refletem as práticas diárias e culturais das pessoas que vivem nesses territórios, formando uma identidade coletiva e ampliando a coesão social da comunidade. Desse modo, o cotidiano e os rituais dessas

comunidades, sejam em espaços fixos ou cíclicos, são maneiras de expressar e preservar a identidade e a memória coletiva, garantindo a continuidade cultural e a resistência frente às pressões externas.

Ao analisar o pensamento da antropóloga Lélia Gonzalez e da historiadora Beatriz Nascimento, o geógrafo Alex Ratts, realiza uma distinção necessária entre dois conceitos; o "Lugar de negro" e o "Lugar negro". O autor apresenta o Lugar de negro como resultado da segregação racial e espacial, isso significa dizer, que são espaços onde as pessoas negras são colocadas por imposição, de forma a mantê-las em locais socialmente desvalorizados e marginalizados. Esse processo reflete a estrutura racista da sociedade brasileira, onde historicamente, tem destinado às populações negras áreas de menos prestígio e com menos oportunidades.

No entanto, sobre o "Lugar negro" é resultado da ocupação e reconhecimento dos negros em determinados espaços, ou seja, são locais que adquirem significado e importância a partir da presença e identidade negra. Essa diferenciação que o autor faz é crucial porque, enquanto o Lugar de negro reforça o estigma e a marginalização, o Lugar negro valoriza e reconhece a presença e a cultura negra, combatendo a naturalização da desigualdade (Ratts, 2012).

Neste texto, o autor debate com texto "Racismo e sexismo na cultura Brasileira" de Lélia Gonzalez de 1983, que, no entanto, li em seu livro "Por um feminismo afro latino americano" que junta um punhado de outros escritos da autora que são importantíssimos para ler a interseccionalidade a mulher negra na américa latina. Neste texto Gonzalez (1983), apresenta indicadores da desigualdade racial e indica o lugar social e espacial da população negra brasileira, para isso a autora volta à ideia de lugar natural de Aristóteles, com a variável racial, para pensar os lugares naturalizados de negros e brancos.

> As condições de existência material desta população negra remetem a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados. Os diferentes modos de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do "lugar natural" de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados (Gonzalez, 1983).

A autora prossegue destacando que o lugar natural do grupo branco são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo, enquanto o lugar

natural do negro é o oposto, da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões e conjuntos "habitacionais". Neste momento, Gonzalez passa a noção de lugar social para o espaço espacial. Ratts (2012), discorrendo sobre essa mesma citação fala da categoria de lugar, numa abordagem geográfica crítica, indicando o espaço (em várias escalas) em que se observa a identificação e o reconhecimento do indivíduo com o local, que o autor coloca, que pode ser a rua, a praça, o bairro, a pequena cidade.

É interessante observar essa relação traçada pelos autores pois é crucial fazer essa relação entre espaço e raça, mais especificamente entre os lugares e o racismo. O racismo influencia diretamente a forma como os lugares são vividos, percebidos e significados pelas pessoas negras. Dessa forma, o lugar não é apenas o espaço físico em si, mas um espaço carregado de sentidos, experiências e afetos, profundamente atravessados por questões raciais. É importante compreender que o racismo atua na constituição dos lugares, pois é no espaço que o corpo negro existe, é visto, sente, e atribui significados, além de ser permanentemente perpassado por olhares e estruturas discriminatórias. Ou seja, significa que os lugares carregam estruturas racistas, que definem como as pessoas negras experienciam os espaços (Cirqueira, 2010 *apud* Ratts, 2012).

Além do que já foi destacado até este momento é importante ressaltar que o pensamento de Lélia Gonzalez ainda estabelece uma reflexão acerca da intersecção de raça, gênero e espaço. E isso é muito importante para a perspectiva teórica da interseccionalidade deste trabalho. No trabalho apresentado acima, Gonzalez (1983), se debruça sobre a figura da mucama do período escravista nas imagens da "mãe preta" e da doméstica, relativas ao espaço privado, e da mulata, destinada ao espaço público.

Esta reflexão que Gonzalez faz sobre como o corpo da mulher negra é historicamente representado e ressignificado dentro da sociedade brasileira, tendo em vista, toda a herança colonial e escravista, Gonzalez aponta que o corpo da mulher negra é marcado por representações históricas que não são apenas simbólicas, pois elas têm consequências espaciais concretas, como foi descrito acima. A interseccionalidade, enquanto perspectiva teórica, nos ajuda a compreender que as opressões não agem de maneira separada, racismo, sexismo, classe e outras dimensões se interligam e se reforçam. Tanto o trabalho de Ratts, quanto o de Gonzalez nos ajuda a compreender que no Brasil, essa interseção marca quem ocupa quais espaços, como e com quais direitos.

As imagens apresentadas pela autora da "doméstica" e da "mulata" delimita o lugar que as mulheres negras poderiam ocupar. Ou seja, na precarização de seus espaços de lazer, moradia, de trabalho e de existência mesmo. Com a leitura dos textos, se torna evidente que o

acesso aos espaços urbanos é desigual para a população negra, destinadas á territórios periféricos, precários e distantes do centro, onde por vezes a realidade é a dificuldade de acesso a políticas públicas que são direitos básicos fundamentais, como a saúde, educação e alimentação. Dessa forma, pode-se compreender que a construção dos territórios é também uma construção de exclusão, onde os corpos racializados são expulsos para zonas de escassez e invisibilidade (Gonzalez, 1983; Ratts, 2012).

Destas reflexões apresentadas nos textos, acredito ser fundamental relacionar como a construção dos territórios se relaciona com a escassez e com a fome, quando pensamos a fome a partir de uma perspectiva teórica interseccional, compreendemos que não é apenas um fenômeno econômico ou clínico, que, no entanto, se apresenta como um fenômeno territorial, racial e de gênero. As mulheres negras são frequentemente responsáveis pela alimentação das famílias, responsáveis por gerir os alimentos disponíveis para a família, e estão nas bases das redes de cuidado e sobrevivência das comunidades e ainda assim são as mais afetadas pela fome.

Territórios negros, como o Grande Bom Jardim, apresentam desigualdades estruturais que podem se materializar através da falta de políticas públicas voltadas para a educação, moradia, saúde e alimentação. No entanto, para além das faltas, os territórios negros são também lugares de muita resistência e produção de vida, por isso nessa pesquisa investigamos as estratégias de enfrentamento a fome da população negra. Lélia Gonzalez aponta que mulheres negras constroem territórios afetivos e políticos que são essenciais na luta contra a fome.

Nesta discussão o Ratts (2012), traz a luz, as compreensões de Beatriz Nascimento sobre o termo quilombo e como esse conceito se modificou e adquiriu novas roupagens ao longo dos anos, o conceito de quilombo traçado pela autora tem raízes profundas na história africana e brasileira. Para ela, no século XVI, o Kilombo africano, especificamente em Angola, era compreendido como uma instituição militar, onde era composta por jovens de diferentes etnias e que passavam por rituais de iniciação. No Brasil, no século XVII, a autora destacou o Quilombo de Palmares, considerado um fenômeno paralelo aos quilombos em Angola. Palmares incorporava elementos culturais, políticos e militares do quilombo africano.

Seguindo nesta conversa com os escritos da autora, Ratts (2012), ainda destaca que posteriormente nos séculos XIX e no início do século XX, o termo quilombo assume um novo papel, agora simbólico e ideológico. Pois incorpora a luta do movimento abolicionista, servindo como símbolo de resistência negra. E por fim, em um contexto mais contemporâneo, na década de 1970, o quilombo ressurge com força no contexto de reorganização do movimento negro.

Buscando reavivar a identidade nacional considerando a participação crucial da população negra na história do Brasil. Essas reflexões de Beatriz Nascimento, são fundamentais para compreender o quilombo também como uma busca por um espaço próprio, relacionado aos territórios negros e culturais. Como por exemplo os bailes, terreiros. Essa visão amplia o sentido do termo quilombo para além da fuga, mas como autonomia, pertencimento e resistência (Ratts, 2012).

O autor ainda acrescenta ao debate sobre os territórios negros que esses espaços são apropriados e qualificados por grupos negros, mesmo que não sejam exclusivos. Isso significa dizer que um território negro é aquele onde a identidade negra se faz presente e significativa, seja por meio da apropriação do espaço pelas pessoas que se identificam enquanto negras, seja pela presença de marcadores culturais e simbólicos que refletem essa identidade.

Desse modo, os territórios negros não são definidos apenas pela presença de pessoas negras, mas pelos processos de identificação e a apropriação simbólica e cultural do espaço. Eles se caracterizam como espaços de resistência à colonialidade, onde a identidade negra é afirmada e sustentada. Logo, é possível falar em territórios negros mesmo em contextos em que a população negra é majoritária, como no Brasil. A questão não é a formação de guetos ou segregação em "espaços brancos", mas sim a afirmação de uma identidade e a resistência cultural em espaços onde essa identidade é reconhecida e valorizada.

Em resumo, os territórios negros são construídos e significados a partir das relações de poder e de identidade racial. Não apenas pela quantidade de pessoas negras que vivem nesses espaços, mas pelo sentimento de pertencimento e resistência cultural que essas comunidades constroem e preservam nestes espaços.

2.2.3 Territórios negros: construção espacial

Dando continuidade a construção do conceito de territórios negros, é fundamental salientar que a formação dos territórios negros está intrinsecamente associada aos outros processos de urbanização, como a segregação racial, que se estabelece como a representação espacial do racismo. O racismo se manifesta de diversas maneiras na sociedade, justamente por ser uma estrutura fundamental do capitalismo, por isso, a segregação racial também assume formas diversas, dependendo do contexto social e histórico de cada lugar.

A urbanista Raquel Rolnik, apresenta o exemplo dos Estados Unidos, onde a segregação racial é frequentemente mais evidente e "explícita". Isso se deve, em parte, ao histórico de leis

segregacionistas que vigoraram até a década de 1960, e que impuseram de maneira oficial separação racial em diferentes aspectos da vida urbana, como habitação, educação e transporte. E mesmo após a abolição dessas leis, a segregação racial continuou a existir por meio da formação dos guetos, espaços urbanos onde a população negra foi concentrada, muitas vezes em condições precárias e marginalizadas. Esses guetos se tornaram símbolos visíveis da discriminação racial e a dominação branca (Rolnik, 2007).

A autora pontua que o gueto estadunidense é um exemplo emblemático dessa segregação, pois retrata a "discriminação racial aberta" é o controle exercido pela sociedade branca sobre populações negras e/ou indígenas. Desse modo, mesmo sem as leis oficiais que legitimam a segregação, o racismo estrutural e as desigualdades persistem, consolidando a exclusão racial no espaço urbano. Ou seja, compreender a formação dos territórios negros requer considerar como o racismo molda o espaço urbano de diferentes formas. Levando em consideração os contextos, em alguns a segregação pode se manifestar de forma mais visível e em outras de forma mais sutis.

Analisando o contexto brasileiros percebe-se que os guetos não existem com tanta abundância, o que por muitas vezes fez com a interpretação da segregação urbana fosse justificada pela diferença de classes sociais pela desigualdade na distribuição espacial da população. Neste ponto, se faz necessário compreender que os processos que marcam a história da sociedade brasileira são diferentes da estadunidense, essa segregação visível e institucionalizada vivida é frequentemente comparada com a situação brasileira para sugerir que, no Brasil, o racismo não teria a mesma dimensão ou impacto.

Entretanto, no contexto brasileiro, a situação é mais complexa. Ao invés de guetos, a pobreza e a desigualdade econômica fazem com que pretos, pardos, brancos pobres compartilhem os mesmos espaços, como vilas e favelas. Rolnik (2007), fala em "promiscuidade racial", pois acontece por causa da opressão econômica que afeta a todos, principalmente a população negra. Dessa forma, esses espaços são caracterizados por uma mistura de raças, no entanto isso não elimina as desigualdades raciais. Pelo contrário, demonstra que o racismo no Brasil se conecta com as questões econômicas e sociais de maneira distinta, sendo mais difuso e menos evidente do que nos contextos em que os guetos existem (Rolnik, 2007).

Em seus trabalhos, Rolnik (2007) e Nogueira (2018) destacam a escassez de material empírico sobre a presença e a inserção da população negra nas cidades brasileiras, essencialmente no que se refere a uma análise física e territorial. Essa constatação revela uma lacuna importante nos estudos urbanos e raciais no Brasil, essa escassez se torna ainda mais

latente ao pensar cidades fora do eixo Sul-Sudeste e propor uma análise da presença e inserção dos negros em cidades Nordestinas. Ao propor estudar a construção conceitual e espacial dos territórios negros, a intenção é demonstrar que existe um território negro específico nessas cidades, território esse que tem uma história, uma tradição. Ao se analisar os territórios negros, não está apenas apresentando uma história de exclusão, mas também de construção de singularidade e elaboração de uma história em comum (Rolnik, 2007).

Apresentando o contexto brasileiro, é fundamental salientar a dinâmica dos espaços ocupados por negros nas cidades brasileiras durante o período da escravidão e como esses espaços se tornaram fundamentais na formação de comunidades e na preservação cultural afro-brasileira. Durante o Brasil escravocrata, a população negra era dividida em três grupos: escravizados, libertos ou quilombolas. Desse modo, para os escravizados o espaço urbano era definido pela senzala, um ambiente que refletia as regras da hierarquia e controle dos senhores, mas que também se transformou em um espaço de resistência coletiva.

É interessante que durante o texto, Rolnik (2007) retrata esses territórios negros nas cidades brasileiras focando em cidades como São Paulo e Rio de janeiro. E quando se pensa na ocupação dos escravizados durante o período colonial dentro das cidades, a autora coloca como a maior parte desses escravizados eram encarregados do serviço doméstico e habitavam as casas senhoriais, em sobrados no centro da cidade. Ao pensar nesse contexto para as cidades nordestinas, como Fortaleza, por exemplo, é crucial entender a dinâmica econômica da região e sobretudo do estado.

Vale frisar que durante esse período a região como um todo era estigmatizada, salvando poucas capitais, como Salvador, o Ceará era compreendido como uma região extremamente pobre, por conta das secas e de ser um estado que se configura como semiárido. Fortaleza não era uma grande capital e apesar de possuir um centro e a maior parte dos escravizados serem domésticos, a economia do estado era pautada na pecuária extensiva e na agricultura, sobretudo o algodão. O que significa dizer que o espaço da senzala e os arredores que os negros escravizados experenciavam eram reeditados para um projeto de senzala rural, normalmente fora da casa principal, enquanto os urbanos normalmente eram nos subsolos das casas.

Além disso, é interessante observar como aponta Rolnik (2007), a dualidade presente na senzala pois embora tenha sido projetada pelos senhores brancos como um espaço de confinamento e controle dos escravizados, demonstrando aqui como racismo age para segregar espaços destinados aos negros. Este mesmo espaço físico acaba se tornando um território de resistência de costumes e culturas ancestrais e de comunidade. Como arquiteta, a autora evidencia a senzala com uma arquitetura opressiva e vigilante que tinha como objetivo submeter

os escravizados à brutalidade e ao controle, no entanto contraditoriamente foi também nesse ambiente hostil que os negros começaram a criar um senso de solidariedade e de identidade coletiva.

Para além disso, outro ponto focal do território negro, foi o próprio corpo. Manzi e Anjos (2021) destacam a contribuição do feminismo negro na compreensão do corpo negro como um território no qual poderes coloniais impuseram seus regimes brutais de conquista e dominação. No entanto, como o espaço físico da senzala, o corpo também se apresenta como um suporte de resistência e preservação cultural. Os corpos negros escravizados desprovidos de posses materiais e arrancados de suas terras de origens, tinham apenas o próprio corpo como meio de expressão, conexão e celebração comunitária. Esse corpo se torna um instrumento de preservação da memória coletiva, permitindo a transmissão de rituais e tradições culturais. Há outros pontos focais do território negro que são destacados no texto de Rolnik (2007), como os terreiros, a rua, os mercados e os espaços das irmandades negras religiosas. A autora destaca esses pontos dentro de um contexto histórico do Brasil colonial, no entanto é fundamental evidenciar a relação desses pontos tem com o que denominamos aqui como marcadores culturais.

Ao pensar a formação dos territórios negros nas cidades brasileiras, sobretudo Fortaleza, é crucial destacar que as cidades vão se tornando mais exclusivas e mais rígidas. Evidenciando que a estrutura urbana, desde a sua origem, é pensada a partir de uma lógica machista e racista, o que influencia diretamente a organização e o acesso aos espaços. Desse modo, é visível que as dinâmicas urbanas são fortemente marcadas por elementos de raça e gênero, destaco que a segregação urbana não poderia ser compreendida apenas como uma desigualdade socioeconômica, mas também de segregação racial e de gênero. (Santos, 1979; Garcia, 2012). Compreender os processos urbanos a partir dessa perspectiva é fundamental para que a literatura acadêmica não se limite a reproduzir e legitimar desigualdades raciais e de gênero, como comumente ocorre em discursos hegemônicos sobre urbanização. Desse modo, reconhecer e discutir essas dimensões é essencial para transformar as normas que perpetuam essas exclusões nos espaços urbanos. Nogueira (2018), destaca:

> Manuel Castells e Jordi Borja (1997) falam da segregação como consequência das opressões que minorias étnicas sofrem, mas também como resultando de uma reação defensiva e da especificidade cultural desses grupos, visto que dessa forma podem se proteger destas opressões usando da coletividade e afirmação racial como estratégia de resistência. É importante relembrar que, tradicionalmente, na literatura acerca da segregação racial, fala-se constantemente em minorias étnicas, porém, no Brasil observamos uma segregação da maioria da população promovida por um grupo étnico menor, mas com maior poder político e econômico, semelhante ao que foi observado na África do Sul durante o apartheid (Nogueira, 2018).

A formação de territórios negros nas cidades é intrinsecamente influenciada por processos econômicos, institucionais e culturais associados à expansão urbana, como a especulação imobiliária e o déficit habitacional. Esses fatores se alimentam mutuamente, intensificando a segregação urbana, empurrando a população negra e de baixa renda para as periferias. Essas áreas muitas vezes não possuem serviços e bens essenciais, o que aumenta o custo de vida e reforça as desigualdades. Santos (2005), enfatiza que a cidade, em sua materialidade e nas relações sociais que estrutura, contribui ativamente para a produção e reprodução da pobreza. O autor argumenta que não é apenas o modelo socioeconômico vigente que gera desigualdade, mas também a configuração espacial das cidades, que penaliza os moradores das periferias, os tornando ainda mais vulneráveis economicamente.

Para concluir, a distribuição desigual das conquistas sociais, onde a raça é um fator determinante para a exclusão, deve ser combatida. Como foi evidenciado ao longo do texto, para se enfrentar essa realidade, é preciso reconhecer a existência do racismo que permeia as instituições e as estruturas da sociedade brasileira. Enfrentar ativamente esse problema por meio de políticas públicas e ações afirmativas, além da avaliação constante de seus impactos e resultados. Academicamente, as produções desempenham um papel fundamental nesse processo fornecendo dados e informações que fundamentam as ações do Estado. Ao compreender a segregação racial como reflexo espacial das desigualdades raciais, destaco que essas desigualdades podem ser transformadas por meio de mudanças estruturais na sociedade.

2.3 A história do lugar: apresentando o Grande Bom Jardim como o território estudado

Considera-se extremamente necessária após realizada a construção conceitual e espacial dos territórios negros, apresentar o território em que a pesquisa se desenvolve. Aponta-se isso, tendo em vista a compreensão sobre a dinâmica da fome e o racismo alimentar nos territórios negros em Fortaleza, no entanto considerando as principais formas de enfrentamento ao fenômeno da fome. O Grande Bom Jardim apresenta uma dinâmica interessante para ser avaliada e estudada frente a esse fenômeno tendo em vista a presença da Rede de cozinhas comunitárias e o histórico de mobilizações sociais do território.

Apresentando um histórico do Bom Jardim, o mesmo se localiza na região sudoeste de Fortaleza, faz divisa com os bairros Granja Portugal, Granja Lisboa, Siqueira e Canindezinho. Segundo os moradores mais antigos do bairro, o início se deu na década de 1960 quando

chegaram os primeiros moradores, anterior a este momento aquela região era ocupada por uma grande fazenda loteada pelo empresário João Gentil. É interessante observar que com o crescimento da cidade e os processos de urbanização, a oferta de terrenos a preços mais baixos fez com que diversas famílias de diferentes bairros e até outros municípios, adquirirem os lotes, construíssem casas e passassem a residir no bairro. A rua Oscar Araripe é identificada como a primeira via aberta e atualmente é reconhecida como o principal corredor do bairro.

De acordo com o Diagnóstico Sócio Participativo do Grande Bom Jardim (2004), o crescimento populacional se deu através de grupos populacionais que vinham do interior do Estado, sobretudo daqueles atingidos pelo êxodo rural fugidos das grandes estiagens, principalmente durante 1979-1984, o que somado ao não planejamento urbano para um crescimento repentino da cidade e a ausência de políticas públicas que diminuíssem os impactos decorrentes.

Destaca-se que uma parte da organização tem relação com a chegada dos missionários combonianos à área em 1987, trazendo uma visão diferente do modo de ser da Igreja. Tanto religiosos como leigos, assumiram os trabalhos da Igreja Católica na região movidos pela Teologia da Libertação e pelo modelo de Comunidades Eclesiais de Base. O formato de paróquia fora substituído por 'área pastoral', com a opção preferencial pelos mais pobres numa perspectiva de conscientização da realidade de negação de direitos, buscando a transformação dessa realidade por meio da ação política de libertação, inspirada no evangelho e no Concílio Vaticano II. Essa linha pastoral era apoiada pelo então arcebispo Dom Aloísio Lorscheider. (Movimento Saúde Mental, 2024).

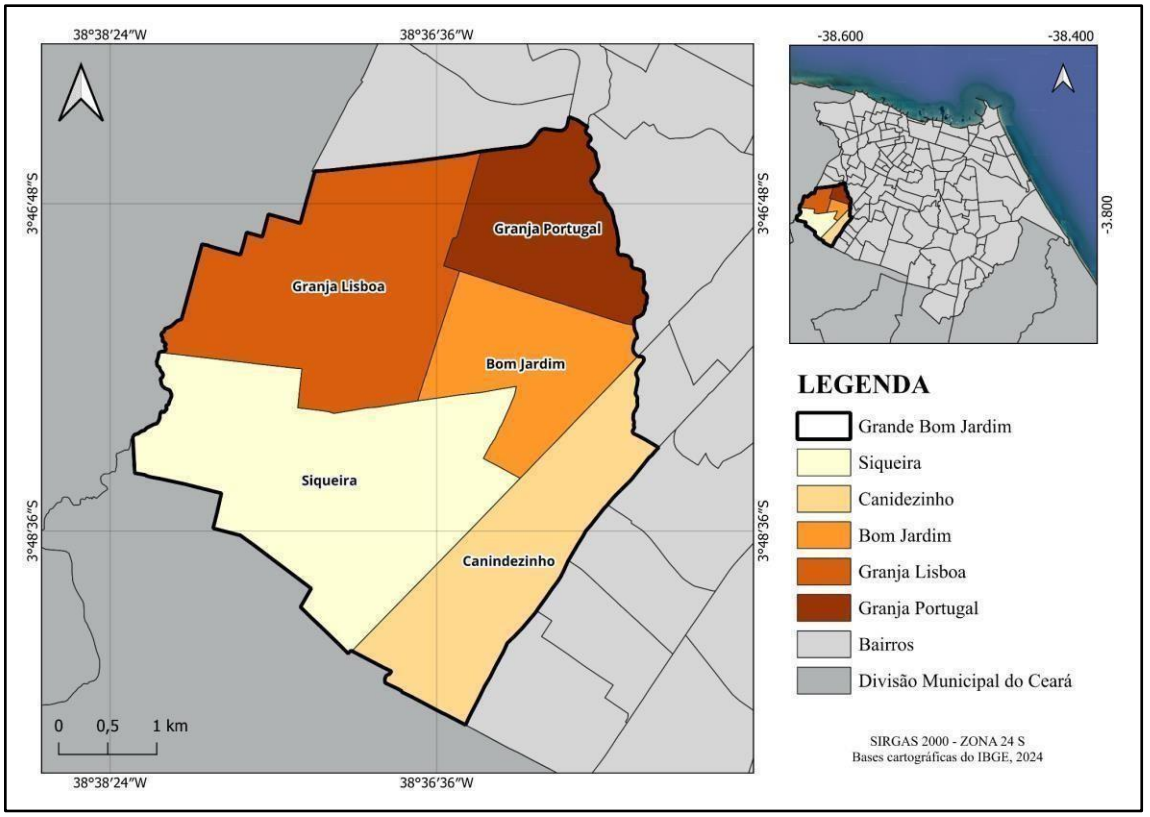
A Igreja Católica desempenhou, de certo modo ainda desempenha, um papel ativo nesse processo de enfrentamento pela comunidade do Bom Jardim para promover um ambiente onde a formação humana seja valorizada e onde as pessoas possam se libertar do preconceito e da negação de direitos. Marcando presença no cotidiano das comunidades, compartilhando suas dificuldades e colaborando para encontrar soluções ao lado dos moradores. Essas ações têm impulsionado lutas sociais ao longo dos anos visando melhores condições de vida, como mobilizações por acesso a terra, água, infraestrutura viária, escolas, equipamentos de saúde e cultura. Um exemplo atual de conquista das lutas sociais no bairro foi a instalação do Centro Cultural Grande Bom Jardim - CCBJ.

Outro ponto que destaca a mobilização social presente no território é a implementação da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), sendo um instrumento de política fundiária, voltado para fomentar a implantação de programas e de projetos de habitação, permitindo assim o reconhecimento de áreas ocupadas, através de processos informais, o que viabiliza a

regulamentação fundiária e urbanística, o que contribui para mitigar o processo de segregação socioterritorial e desigualdade de acesso ao solo urbano, com a participação popular e a luta por moradia digna (Ronilk e Santoro, 2014).

É de suma importância destacar que o Grande Bom Jardim, desde a década de 1980, levando em consideração todo seu histórico de mobilizações sociais e por ser referência social, cultural, econômica e política, foi se consolidando no imaginário como uma região, um território maior do que os limites do próprio bairro, agregando, os bairros: Granja Portugal, Granja Lisboa, Canindezinho e Siqueira. Com a consolidação desse território passou-se a se chamar Grande Bom Jardim (GBJ). Os cinco bairros que compõem o território do Grande Bom Jardim, têm aproximadamente uma população de 225 mil habitantes (IBGE, 2023).

Figura 2- Mapa de localização do Grande Bom Jardim, Fortaleza - Ceará



Fonte: IBGE, 2024. **Elaborado:** Autora (2024).

O Grande Bom Jardim é um território periférico em Fortaleza, abordando o contexto social no qual se insere, os cinco bairros que o compõem estão situados no ranking dos piores IDH-B (Índice de Desenvolvimento Humano- Bairros) da cidade (Anuário do Ceará 2019-2020). Evidenciando condições de vida adversas, pois sua população enfrenta grave vulnerabilidade social, com múltiplas violências e violações de direitos. Ao mesmo tempo, é

fundamental destacar o protagonismo e força política da sociedade civil local, apresentando forte organização social. Um exemplo desse movimento social é a organização da Rede de cozinhas comunitárias que chama a atenção para o enfrentamento da população frente ao fenômeno da fome, tendo inclusive organizado um mapeamento participativo de enfrentamento à fome do Grande Bom Jardim, em colaboração com outras entidades não governamentais e com a universidade.

Como abordado anteriormente no decorrer da pesquisa, o território é marcado por e a partir das relações de poder. O território do Grande Bom Jardim é marcado pelo racismo como uma relação de poder evidente, compreendendo a construção conceitual e espacial dos territórios negros, evidenciando que um território negro não apenas aquele em que há a presença negra, mas há marcadores culturais e simbólicos que evidenciam esse território.

O Grande Bom Jardim abriga cerca de 700 terreiros, abriga projetos sociais de reggae, batalhas de rap/slam, abriga o CCBJ e a rede de cozinhas comunitárias. Outra marca de memória social do território é a presença de um Ponto de memória do Grande Bom Jardim agindo como um museu do território, mantendo uma presença nas redes sociais e promovendo espaços de formação e a presença do Maracatu Nação Bom Jardim, o maracatu é uma expressão cultural afrobrasileira muito forte na cidade de Fortaleza, e os Grupos de afoxé, como exemplo os Filhos de Oyá e Omõrisà Odé, respectivamente dos terreiros de Mãe Taquinha de Oyá, da comunidade do Jatobá, no Siqueira, e do Pai Marcos Amorim T'Odé, na Granja Portugal. Além de diversos outros marcadores culturais e simbólicos que evidenciam a resistência negra presente no território.

3 ECOS DE SOFRIMENTO: A INTERSECÇÃO ENTRE FOME, POBREZA E DESIGUALDADE

No decorrer desta pesquisa, ao debruçar os estudos sobre fome, pobreza e desigualdade na sociedade brasileira, trazendo à luz o debate racial acerca destas temáticas, é essencial destacar a contribuição significativa de Carolina Maria de Jesus sobre o fenômeno da fome, os relatos em seu livro "Quarto de Despejo", onde a fome, como um processo, atinge de maneira desigual um território que pode ser compreendido como um território negro, tendo em vista as descrições feitas. A relação entre estes três fenômenos é intrincada e indissociável, o que demonstra uma interdependência entre eles. Carolina Maria de Jesus destaca:

> Como é horrível levantar de manhã e não ter nada para comer. Pensei até em suicidar-me é por deficiência de alimentação no estômago. E por infelicidade eu amanheci com fome. O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora, aquele que passa fome aprende pensar no próximo (Jesus, 2015).

No trecho destacado a autora demonstra um aspecto social da fome que é o desespero, demonstrando que para além de um fenômeno clínico, a fome é social. Freitas (2003), destaca que a fome crônica e coletiva no Brasil é um fenômeno histórico, com raízes profundas e significados distintos tanto para a sociedade em geral quanto para os indivíduos diretamente afetados. Essa fome é uma manifestação da pobreza e da desigualdade social, no entanto deve ser compreendida de maneira diferente da fome que ocorre em contextos de guerra, campos de concentração ou catástrofes climáticas, que são mais temporais ou específicas.

No contexto brasileiro, a fome não é resultado de uma crise repentina, mas sim de um processo social estruturado que condena populações específicas, desde da infância, a viverem em situação de incerteza e de vulnerabilidade permanente. Isso retrata a persistência de um sistema que sustenta desigualdades e privações, essencialmente para os mais pobres e para a população negra, ocasionando fome de maneira contínua e em larga escala, como uma consequência direta da exclusão e desigualdade social. Freitas (2003), ainda aborda a fome como uma forma de genocídio social, uma realidade em que a morte é antecipada pela falta de recursos materiais e se manifesta no cotidiano de extrema pobreza e violência. Para a autora, nesta perspectiva, a fome é uma expressão radical de exclusão e privação, posicionando aqueles que vivenciam em uma linha entre a vida e a morte.

A autora ainda destaca a dificuldade de descrever, compreender e pesquisar plenamente a fome, essa dificuldade segundo a autora, decorre do fato de que quem não experimenta a fome diretamente muitas vezes não consegue captar a profundidade do sofrimento envolvido, desta

forma destaca-se a importância dos escritos de Carolina Maria de Jesus, pois mesmo com esforços acadêmicos e metodológicos para se aproximar de uma compreensão, existe certa incapacidade de traduzir plenamente essa "perversão social", ou seja, um fenômeno que resulta de processos de exclusão e desigualdade política e econômica impostos por sistemas de dominação. Esses processos tornam a fome uma ferramenta de controle e marginalização, apresentando-se de maneira única em diferentes contextos de desigualdade.

Neste capítulo, apresento a importância das contribuições de Josué de Castro para as pesquisas sobre a fome e para a interpretação do fenômeno. Além de discutir as definições e formas de mensuração da fome, apresentando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Ainda no decorrer deste capítulo, chegamos em uma etapa importante da pesquisa, apresentando o histórico de políticas públicas alimentares e de enfrentamento à fome, dando destaque ao programa estadual Ceará sem fome e a organização social da Rede de cozinhas comunitárias do Grande Bom Jardim. Por fim, traçando uma discussão interseccional, se discute a cor e o sexo da fome para a compreensão de Racismo Alimentar.

3.1 Diálogos com Josué de Castro: os setenta e oito anos de Geografia da Fome

O álbum "Da lama ao Caos" de Nação Zumbi e Chico Science, precursores do movimento manguebeat em Recife homenagearam Josué de Castro em algumas obras, como na música que leva o mesmo nome do álbum em que o grupo diz:

> Ô Josué, eu nunca vi tamanha desgraça Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça Peguei um balaio, fui na feira roubar tomate e cebola Ia passando uma véia, pegou a minha
> cenoura "Aê minha véia, deixa a cenoura aqui Com a barriga vazia não consigo dormir"
> E com o bucho mais cheio comecei a pensar Que eu me organizando posso desorganizar (Chico Science & Nação Zumbi,
> 1994).

Além dessa obra em específico, uma outra chamada "O cidadão do mundo" de 1996, destaca as reflexões sobre o homem-caranguejo, que são essenciais ao movimento manguebeat e que se tornaram uma característica das músicas do grupo, evidencia-se que em partes, essa inspiração veio da obra de Josué. Levando em consideração também a relação do movimento com a cidade de Recife e como a dinâmica socioambiental da cidade é bastante inserida com o manguezal e a tirada de caranguejos.

Josué de Castro, nasceu em Recife no ano de 1908 e faleceu em Paris em 1973. Durante

esses 65 anos de vida, Josué de Castro se tornou um dos mais importantes cientistas brasileiros. Fundamental destacar que ainda nos primeiros anos de vida, teve contato com o objeto de seus trabalhos como cientista e escritor, o problema da fome. E que tratar a fome era para além de tudo, uma causa pessoal. Ele se formou em medicina e filosofia. Foi médico, professor, sociólogo, geógrafo, a fome e a paz eram suas obsessões. Publicou 22 livros que foram traduzidos para 25 idiomas, foi presidente da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), deputado federal e Embaixador do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU), indicado 2 vezes ao Prêmio Nobel da Paz e imensamente premiado nacional e internacionalmente, ganhando o cunho de "Cidadão do mundo".

Efetuou um inquérito que relaciona a produtividade com a alimentação do trabalhador, algo que foi uma das bases para a posterior formulação do salário- mínimo e passou a chefiar uma comissão de estudos das condições de vida dos operários em Recife. A pesquisadora Anna Maria de Castro, filha de Josué de Castro, em seu escrito "Josué de Castro e a descoberta da fome", evidencia que em suas obras o autor mantinha o rigor científico e a verve do romancista desejo guardado em seu íntimo. Josué de Castro sempre admirou os escritores capazes de contar dos homens e das coisas dos homens com uma linguagem universal, melhor do que os cientistas. As contribuições mais significativas de Josué de Castro resumem que a fome é um flagelo fabricado pelos homens sobre outros homens e que, portanto, pode ser superada a compreensão de que a fome na verdade é um problema político.

A obra mais conhecida de Josué de Castro, "Geografia da Fome", foi publicada originalmente em 1946, o Brasil passava pelo processo de redemocratização após a Era Vargas e tentava enfrentar suas fraturas expostas. Apesar de ter sido publicado originalmente há mais de 70 anos, ao longo dos anos, ele recebeu diversas reedições e revisões no Brasil e em outros países. Em edições recentes como a de 2008 e a de 2022, o livro foi revisado e atualizado, o que evidencia sua relevância contínua na literatura acadêmica e sua contribuição ao debate sobre a fome e a desigualdade social no Brasil. Durante a obra, o autor explora como a fome não é apenas uma questão de escassez de alimentos, mas sim um problema social e político profundamente enraizado nas desigualdades econômicas e nas más distribuições de terras e recursos.

O autor destacou que a compreensão da fome é a apreensão das múltiplas manifestações desse fenômeno. Evidencia ser primordial distinguir a fome total, "verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de 'starvation', fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais", da fome parcial ou oculta, "na qual pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros

de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias". Definida em termos nutricionais, como consequência de um regime alimentar insuficiente (em energia ou calorias) e deficitário (em macro e/ou micronutrientes), para o autor a fome também apresenta temporalidades distintas, uma vez que pode se manifestar de maneira permanente (fome endêmica) ou transitória (fome epidêmica) (Castro, 1984 *apud* Ribeiro Junior, 2021).

Argumenta que a fome endêmica no Brasil é consequência de um sistema de exploração colonial e do modelo agrícola voltado para a exploração, que favorece a produção de commodities em vez de alimentos essenciais para a população. A obra mapeia as áreas de fome endêmicas no Brasil, identificando diferentes zonas de fome, essencialmente no Nordeste, e analisa fatores como o latifúndio, a concentração de terras e a falta de políticas públicas de combate à pobreza. Castro, apresenta a fome como uma questão política e que a solução para o problema exige mudanças estruturais, como reforma agrária, políticas de redistribuição de renda e valorização de agricultura local voltada para o consumo.

A abordagem geográfica assumida por Josué de Castro compreende bem as diferenças das regiões brasileiras, isso evidencia-se na tentativa de discutir como a fome atinge a todas as regiões brasileiras, destacando as características físicas e naturais de cada uma dessas regiões e interligando com questões sociais. Ao analisar a situação alimentar dos brasileiros em meados do século XX no Sertão do Nordeste. Em adição, o autor evidenciou a existência de duas áreas de fome endêmica (Amazônia e Zona da Mata do Nordeste), nas quais uma parte expressiva da população sofria de maneira constante com a fome parcial. Chamava atenção com isso para a presença da fome em tempos de aparente normalidade, e não exclusivamente relacionada a eventos naturais ou sociais extraordinários.

Ao escrever "Geografia da Fome", Josué de Castro afirma que a fome não é um fenômeno natural ou inevitável, o fenômeno decorre dos ciclos da natureza, mas resulta das escolhas humanas e da condição econômica das nações. Para além de ser compreendida como uma fatalidade relacionada a condições climáticas ou geográficas, a fome é compreendida por Josué de Castro como uma construção social, produto das estruturas de poder e das políticas econômicas que priorizam o lucro e a exportação sobre o bem-estar da população. Inicialmente, as afirmações de Castro foram incompreendidas, pois sua abordagem sempre foi inovadora e desafiou o entendimento convencional e ofereceu uma análise geopolítica que inspirou importantes avanços em estudos científicos e políticas públicas.

Contudo, foi inevitável não traçar nesta pesquisa uma celebração aos 78 anos da publicação desta obra, tendo em vista, que é uma obra fundamental na análise das causas da fome, abordando-a como um fenômeno social e político, em vez de um problema natural.

Evidenciando a fome como um reflexo das desigualdades estruturais, corroborando com a ideia de que o racismo é uma desigualdade estrutural que influencia no fenômeno da fome, como abordado nessa pesquisa. A obra oferece uma base teórica para compreender o fenômeno da fome, sendo amplamente citada por pesquisadores e organizações que trabalham em políticas de combate à fome e em defesa da justiça social até os dias atuais.

3.2 Da fome à Insegurança alimentar: definições e formas de mensuração do fenômeno da Fome

A fome é um fenômeno social complexo que não se resume meramente a escassez de alimentos, na verdade possui uma intrínseca relação com fatores estruturais, como o racismo, a pobreza e políticas públicas inadequadas. Como evidenciado por Castro (2022), a fome não é um fenômeno natural ou inevitável, apesar de ser intensificado muitas vezes por ciclos naturais, resulta primordialmente das escolhas humanas e da condição econômica das nações. Ou seja, é um fenômeno social e político.

Nesta seção do trabalho converso bastante com a obra de alguns autores sobre a compreensão do conceito de fome, com Castro (2022), Ribeiro Júnior (2021), Harvey (2008), Keppel e Segall-Corrêa (2011) e Radimer (1990;1992) e Wehler (1992).

Como apresentado por Ribeiro Júnior (2021), a fome é um fenômeno de difícil compreensão e definição, pois como evidenciado anteriormente é para além da falta do alimento e envolve aspectos biológicos e sociais que variam conforme a perspectiva. A fome pode ser compreendida como uma condição biológica de privação de alimentar, mas também como uma construção social resultado das desigualdades estruturais e econômicas. Desse modo, independente sob o aspecto o fenômeno é analisado, seja pelas ciências naturais que analisam o impacto fisiológico ou das ciências humanas que observam contextos históricos, políticos e sociais, a definição de fome é complexa e ganha nuances distintas.

Ademais, fome é um conceito político que em cada definição implica em um posicionamento teórico e político. Ao definir fome, assume-se uma postura sobre causas e responsabilidades, o que por vezes gera debates sobre como medir e interpretar sua extensão e intensidade. Isto também se reflete nas políticas públicas e nas ações de combate à fome, que necessitam ser embasadas em dados claros e abrangentes.

As contribuições de Josué de Castro foram fundamentais para a compreensão do fenômeno da fome, sendo a apreensão das múltiplas manifestações, uma das mais interessantes. Me aproximei dessa definição por compreender que para a apreensão do fenômeno como um todo, em toda sua extensão e intensidade, as definições de Josué buscaram para além do olhar

clínico do fenômeno, o compreendendo como social. E para a análise dos objetivos que busquei compreender nesta pesquisa, como a dinâmica do racismo alimentar, essa compreensão social do fenômeno me é essencial.

Em “Geografia da Fome”, publicado originalmente em 1946, Castro indica ser necessário diferenciar a fome total e a fome parcial ou oculta. A fome total é caracterizada pela falta total dos alimentos, em geral limitados a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais. A fome parcial ou oculta por outro lado é caracterizada pela falta permanente de determinados elementos nutritivos. Acontece que grupos inteiros de populações morrem lentamente de fome mesmo alimentando- se todos os dias, isso ocorre pela falta de alimentos saudáveis (Castro, 2022).

Em termos nutricionais e clínicos, a fome se apresenta como uma condição ou um momento em que a alimentação não fornece ao organismo a energia e nutrientes suficientes para realizar suas funções necessárias. Desse modo se apresenta dois quadros dentro dessa condição: a insuficiência de energia e o déficit de nutriente. A insuficiência de energia é o quadro onde a alimentação não fornece calorias suficientes para suprir as necessidades básicas do corpo, o que por vezes ocasiona o cansaço extremo, dificuldades de concentração e em situações mais graves, a perda de peso e o enfraquecimento de funções vitais. E o quadro de déficit de nutrientes apresenta uma alimentação que não é saudável, na verdade é uma dieta deficiente em macronutrientes (carboidratos, proteínas e gorduras) e micronutriente (vitaminas e minerais), durante esse processo de falta desses componentes na alimentação surgem condições como a anemia, baixa imunidade, se essa for uma condição que perdura ao longo do tempo apresenta quadros de problemas de desenvolvimento em crianças e comprometimento da saúde em geral.

A fome pode se apresentar em temporalidades distintas, como apresentado por Castro (2022), o fenômeno da fome pode se manifestar de maneira permanente (fome endêmica) ou transitória (fome epidêmica). Josué de Castro propôs uma compreensão inovadora sobre o fenômeno, abordando-o como um processo dinâmico que varia tanto em intensidade como em temporalidade. O autor sugere que a fome não é um estado estático, mas sim uma condição com diferentes níveis de gravidade e formas de manifestação ao longo do tempo, por isso o autor propõe essa diferenciação entre fome “parcial” e “total”.

Essa perspectiva apresentada permite compreender a fome como um problema dinâmico e variável, em que a condição da pessoa pode piorar se a escassez persistir ou se intensificar e que sofre com a influência de fatores sociais, econômicos e ambientais. Essa visão ampliou a compreensão da fome, permitindo enxergá-la como um fenômeno progressivo e complexo. A

fome se apresenta como um problema estrutural e precisa de intervenções estruturais para ser combatida. Ademais, Ribeiro Júnior (2021) pontua:

> Ao analisar a situação alimentar dos brasileiros em meados do século XX com este aparato conceitual, Josué de Castro explicitou que o fenômeno não era restrito aos já reconhecidos surtos de fome total, que se sucediam desde pelo menos o fim do século XIX no Sertão do Nordeste. Em adição, o autor evidenciou a existência de duas áreas de fome endêmica (Amazônia e Zona da Mata do Nordeste), nas quais uma parte expressiva da população sofria de maneira constante com a fome parcial. Chamava atenção com isso para a presença da fome em tempos de aparente normalidade, e não exclusivamente relacionada a eventos naturais ou sociais extraordinários (Ribeiro Júnior, 2021).

Esse conceito de "fome em tempos de aparente normalidade" trouxe à tona uma compreensão inovadora: mesmo em períodos sem grandes crises ou desastres, existiam populações vivendo em condições crônicas de subnutrição. Ao desassociar a fome exclusivamente de desastres naturais ou de grandes crises sociais, Castro salientou que o problema estava enraizado nas condições socioeconômicas das regiões brasileiras e na falta de acesso equitativo a alimentos e recursos, o que transformou a fome endêmica uma questão estrutural e não episódica.

Com as crises de fome que se intensificaram em várias regiões, excepcionalmente na África e na Ásia, desde os anos 1950. A criação de uma medida para quantificar a fome foi motivada pela preocupação internacional crescente. A Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Alimentação, realizada em 1974, refletiu a importância de resolver ou ao menos gerenciar essas crises, que perturbam a ordem geopolítica e afetam as potências capitalistas, como os Estados Unidos. A primeira medida de fome adotada em uma escala internacional, surgiu neste contexto, tratava-se do indicador de Prevalência de Desnutrição, elaborado por Pandurang Sukhtame e realizado pela FAO para medir a fome no mundo. Essa medida era voltada para quantificar os casos mais graves de desnutrição, esse indicador específico quantifica a fome crônica ao avaliar o consumo energético da população de cada país durante um período de 12 meses, comparando com as necessidades mínimas de energia. Desse modo, essa medida funciona calculando a proporção de indivíduos que, ao longo do ano, não atingem a ingestão calórica mínima necessária, traduzindo a fome de uma ideia abstrata para dados concretos e úteis na formulação de políticas de combate à fome (Phillips, 1981 *apud* Ribeiro Júnior, 2021).

Ainda conversando sobre o texto de Ribeiro Junior (2021), ao avaliar esse indicador, destaca que há limitações na maneira como o indicador de Prevalência de Desnutrição nesta

forma de definir e mensurar a fome. Primeiramente, ele foca exclusivamente na ingestão de calorias, ignorando a qualidade dos alimentos e a presença de nutrientes essenciais. Além disso, a avaliação é feita com base em um estilo de vida sedentário, o que desconsidera a necessidade calórica elevada de pessoas em situação de pobreza para exercerem trabalhos físicos intensos. E a temporalidade, também se apresenta como uma limitação, tendo em vista que a FAO adota o período de referência de um ano para definir a desnutrição, o que pode ocultar a ocorrência de episódios intermitentes de fome, que não se prolongam por muito tempo, mas que também afetam gravemente a saúde (Ribeiro Junior, 2021 *apud* Lappé *et al* ,2013)

Com essas características identificadas no texto, podemos compreender o indicador eficaz para identificar casos graves e prolongados de desnutrição, ou fome total. No entanto, o tornam inadequado para capturar a fome em toda sua complexidade e extensão. Ou seja, se utilizado isoladamente, o indicador pode acabar subestimando a fome, ao não captar a fome parcial ou casos de privação alimentar de curta duração, como os que foram sugeridos por Josué de Castro.

Nos anos de 1980, o avanço da fome nos Estados Unidos explicitou os limites do indicador de Prevalência de Desnutrição. Levando em consideração o contexto histórico e político dos Estados Unidos e de vários países desenvolvidos do pós- guerras, haviam reduzido de maneira significativa os casos graves de fome e pobreza extrema até os anos 1980, refletindo o impacto das políticas de assistência social. Entretanto com a virada do neoliberalismo sob o governo de Ronald Reagan, houve um retrocesso em várias dessas conquistas, A ideologia neoliberal defendida pelo governo de Reagan enfatizava a redução do papel do Estado na economia e promoveu políticas que incluíam cortes em programas de bem estar social, desregulamentação do mercado de trabalho e diminuição dos investimentos em serviços públicos (Harvey, 2008).

Traçando um paralelo de compreensão com os escritos de Harvey (2008) e Ribeiro Junior (2021), sobre o momento vivido no contexto norte americano e o contexto histórico e político vivido no Brasil durante o contexto pandêmico, evidenciando a fome como um fenômeno social, essas mudanças significativas contra as políticas de assistência social e as leis trabalhistas, tiveram e ainda possuem um efeito negativo sobre a classe trabalhadora e os mais vulneráveis, aumentando a desigualdade e a insegurança econômica. A redução de benefícios sociais e a flexibilização das leis trabalhistas fragilizam o emprego estável e o acesso a recursos essenciais, o que eleva o número de pessoas em situação de pobreza. E por conseguinte, as disparidades socioeconômicas se aprofundam, trazendo de volta condições de insegurança alimentar e ampliando a desigualdade no país, sobretudo entre aqueles que dependem dos

programas sociais para garantir o acesso básico a alimentos e moradia.

Ao analisar estes estudos pude compreender que essas leituras convergem com os estudos atuais sobre o racismo alimentar, pois demonstra que o neoliberalismo e o racismo operam em conjunto na produção e reprodução da fome. Como afirma Ribeiro Junior (2021), "em um mundo caracterizado pela opressão e dominação racial, que não se extinguiram com os processos de abolição da escravatura, não são as oportunidades que determinam se uma pessoa conseguirá ou não empregar sua força de trabalho. Pelo contrário, as oportunidades de empregar a força de trabalho (e em que condições ela será empregada) são determinadas por sua raça ou cor da pele.", resultando em maior risco de fome entre pretos e pardos.

Desse modo, as contribuições de Harvey (2008) são cruciais para compreender como as estruturas do capitalismo neoliberal não apenas agravam a fome, mas racionalizam, o que gera um cenário em que a fome é um instrumento de exclusão social e racial. Em particular, para pensar a fome como meio de controle e dominação em territórios negros. Isso corrobora com a compreensão do racismo alimentar como uma das expressões mais cruéis da reprodução social capitalista.

Ainda sobre o contexto histórico estadunidense, este foi um cenário significativo para o aumento da assistência alimentar privada, as doações de alimentos e as evidências sobre o avanço de outras formas de fome no epicentro do capitalismo mundial. Entretanto, até aquele momento não havia indicadores possíveis para medir o aumento do fenômeno da fome de formas mais severas e não tinha uma definição concreta da fome.

Dentro desse contexto, segundo Kepple e Segall-Corrêa (2011), tiveram início os projetos colaborativos entre organizações não governamentais e instituições acadêmicas e entidades governamentais dos Estados Unidos, com o objetivo de definir novos indicadores para mensuração da fome. Dois projetos de pesquisa se destacam para a criação deste indicador, a pesquisa desenvolvida por Kathy Radimer, na Universidade de Cornell e Cherly Wehler, que integrava o Projeto Comunitário de Identificação da Fome Infantil, alguns anos depois ambos os projetos foram fundamentais para o desenvolvimento da Escala de Segurança Alimentar e Domiciliar dos Estados Unidos. A pesquisa coordenada por Radimer tem uma conotação muito interessante de ser destacada, o fenômeno da fome foi estudado, usando inicialmente uma abordagem qualitativa, partindo da perspectiva de mulheres que o tinham vivenciado ou quase vivenciado a fome para, em seguida, serem criados os indicadores quantitativos, estes baseados, portanto, na compreensão enraizada nos relatos de experiências de vida (Kepple e Segall- Corrêa, 2011).

Ribeiro Júnior (2021), destaca que diferentemente da maior parte das pesquisas sobre a

fome realizadas até o momento, os pesquisadores não procuravam definir a fome em termos clínicos e nutricionais, mas a partir de relatos de mulheres que haviam experienciado (ou quase experienciado) esse fenômeno. O autor ainda destaca que após a realização e análise de entrevistas semiestruturadas, concluiu-se que socialmente a definição da fome não se restringe à situação em que não há qualquer alimento disponível para o consumo, mas se refere a um conjunto de experiências que indicam tanto a sua presença como intensidade. Com isso, o autor coloca que se elabora o que ele entende ser uma definição socialmente reconhecida de fome, em que compreende o fenômeno para além das definições clínicas mais agudas.

Deste modo, com base nas falas e nas experiências das mulheres entrevistadas que tinham experienciado a fome, Radimer *et al*. (1992), identifica componentes e níveis da fome. Observaram que a fome se revela como um fenômeno com aspectos tanto físicos, quanto psicológicos e sociais. Para cada nível, domiciliar ou individual, identificou-se os componentes relacionados à quantidade e à qualidade da alimentação, além de um componente psicológico que inclui a preocupação e sensação de privação. Destaca-se que, como Josué de Castro, essa pesquisa compreende a fome como um processo (Ribeiro Júnior, 2021).

Após essa etapa qualitativa da pesquisa, iniciou-se a etapa de criação de indicadores quantitativos da fome, a equipe passou a desenvolver um instrumento capaz de mensurar fome, esse instrumento foi um questionário que se propunha a identificar diferentes experiências que indicariam tanto a presença como a intensidade de situações de fome em um domicílio, e assim foi-se criada uma Escala de Fome que permite mensurar o fenômeno de forma direta em toda sua extensão. De acordo com esse método de avaliação, quando os indivíduos começam a sentir as sensações físicas e psíquicas resultantes da privação de alimentos, de forma contínua ou intermitente, estão experienciando a fome, mesmo que não seja possível detectá-la por meio de medidas clínicas. (Radimer *et al*., 1992).

Sobre o segundo projeto desenvolvido por Wehler, contribuiu de forma significativa para o conteúdo do instrumento final, para a produção do questionário. Segundo Kepple e Segall-Corrêa (2011), visando fazer uma pesquisa nacional, cujo objetivo era o de chamar a atenção para o número crescente de pessoas à procura de assistência alimentar emergencial– naquela época, um indicativo da situação crescente de fome daquele país. O instrumento desenvolvido pelo projeto, como o de Cornell/Radimer, procura avaliar aspectos da fome no âmbito do domicílio, entre adultos e crianças, e é composto por perguntas sobre a falta de dinheiro para a compra de alimentos, a suficiência de alimentos em termos de quantidade e variedade e refeições diminuídas ou excluídas (puladas). As autoras destacam ainda que enquanto as categorias de respostas dos indicadores Cornell/Radimer eram “nunca; quase

nunca; às vezes; quase sempre; sempre", os indicadores do projeto desenvolvido por Wehler, originalmente avaliaram a periodicidade da fome, por meio de uma estimativa do entrevistado sobre o número de meses por ano e número de dias por mês que passava pela situação apresentada por cada pergunta.

Ribeiro Júnior (2021), aponta que merece destaque o fato de que Wehler *et al*. (1992) ter proposto uma diferenciação entre domicílios em "risco de fome" e domicílios que propriamente experienciam o fenômeno. Essa compreensão entre esses dois momentos que compõem o mesmo processo é muito importante para não tomarmos a preocupação, ansiedade e medo provocados pela perspectiva de que faltarão alimentos como fome em si. No entanto, é fundamental compreender que não se pode desconsiderar que já nesse momento ocorre uma relativa diminuição na qualidade da alimentação, e que para muitas pessoas viver essa angústia de que faltará comida, pode remeter a episódios de fome anteriores. E é preciso compreender a gravidade dessa situação.

Os trabalhos de Radimer (1990; 1992) e Wehler (1992) foram fundamentais para fomentar o desenvolvimento de um instrumento de medida com 18 items, o *Household Food Security Survey Module – HFSSM*, esse instrumento compõe uma escala que para além de mensurar a magnitude do problema da fome na população, identifica diferentes graus de acesso aos alimentos: desde do estado em que há plena segurança alimentar, pois estão saciados em quantidade e qualidade de alimentos, até situações onde o acesso a alimentos vai sendo progressivamente limitado. Outro ponto que merece ser destacado é a temporalidade, todas as perguntas se questionam sobre a alimentação de acordo com os últimos 12 meses, essa é uma diferença interessante entre as escalas brasileiras e a escala norte americana.

Para Radimer e Olson (1992), essa progressão de estados de fome se reflete na realidade de muitas pessoas. Primeiramente, há a ansiedade, a preocupação ou o medo sobre se será possível conseguir alimentos suficientes em um futuro próximo. Em seguida, para manter uma quantidade adequada de alimentos, a qualidade dessa alimentação acaba sendo sacrificada, fazendo escolhas como comprar ultraprocessados ao invés de frango ou carne por conta do preço. E por fim, o acesso a alimentos básicos é ainda mais afetado, prejudicando diretamente a saúde e o bem- estar da família (Segall-Corrêa e Marin-Leon, 2009).

Quadro 2 - Itens das escalas de medida domiciliar da segurança alimentar norte americana

HFSSM (USA)	TRADUÇÃO DA HFSSM (USA)
We worried whether our food would run out before we got money to buy more. Was that often, sometimes, or never true for you in the last 12 months?	Nós ficamos preocupados se nossa comida acabaria antes de conseguirmos dinheiro para comprar mais. Isso aconteceu com frequência, às vezes ou nunca nos últimos 12 meses?
The food that we bought just didn't have money to get more. Was that often. Sometimes, or never true for you in the last 12 months?	A comida que compramos simplesmente não tinha dinheiro para comprar mais. Isso aconteceu com frequência, às vezes ou nunca nos últimos 12 meses?
We couldn't afford to eat balanced meals. Was that often, sometimes, or never true for in the last 12 months?	Não podíamos pagar para comer refeições balanceadas. Isso aconteceu com frequência, às vezes ou nunca nos últimos 12 meses?
In the last 12 months, did you or Other adults in the household ever cut the size of you meals or skip meals because there wasn't enough money for food? (yes/not)	Nos últimos 12 meses, você ou outros adultos da casa já reduziram o tamanho de suas refeições ou pularam refeições por falta de dinheiro para comida? (sim/não)
In the last 12 months, did you ever eat less than you felt you should because there wasn't enough money for food? (yes/no)	Nos últimos 12 meses, você já comeu menos do que achava que deveria por falta de dinheiro para comida? (sim/não)
In the last 12 months, were you ever hungry, but didn't eat because you couldn't afford enough food? (yes/no)	Nos últimos 12 meses, você já ficou com fome, mas não comeu porque não podia pagar comida suficiente? (sim/não)
In the last 12 months, did you lose weight because you didn't have enough money for food? (yes/no)	Nos últimos 12 meses, você perdeu peso por falta de dinheiro para comida? (sim/não)
The children were not eating enough because we just couldn't afford enough food. Was that often, sometimes, or never true for you in the last 12 months?	As crianças não estavam comendo o suficiente porque simplesmente não podíamos pagar comida suficiente. Isso aconteceu com frequência, às vezes ou nunca nos últimos 12 meses
In the last 12 months, did you ever cut size any of the children 's meals because there wasn't enough money for food?	Nos últimos 12 meses, você já reduziu o tamanho das refeições das crianças por falta de dinheiro para comida?
In the last 12 months, were the children ever hungry but you just couldn't afford more food?	Nos últimos 12 meses, as crianças já ficaram com fome, mas você simplesmente não podia pagar mais comida?
In the last 12 months, did any of the children ever skip a meal because there wasn't enough money for food?	Nos últimos 12 meses, alguma das crianças já pulou alguma refeição por falta de dinheiro para comida?
In the last 12 months, did any of the children ever not eat for whole day because there wasn't enough money for food?	Nos últimos 12 meses, alguma das crianças já ficou o dia todo sem comer por falta de dinheiro para comida?

Fonte: Segall-Corrêa e Marin-Leon, 2009. **Elaboração**: Autora (2024).

Neste ponto, traço uma discussão sobre a mudança dos termos "fome" para o termo "insegurança alimentar", já nesses indicadores apresentados anteriormente eram avaliados domicílios em situação de insegurança alimentar. É sempre necessário reafirmarmos a conotação política que o termo "fome" carrega consigo. O termo "fome" perde destaque para o

termo “insegurança alimentar” no mesmo período em que o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos designou um grupo de trabalho para elaborar uma “medida nacional de insegurança alimentar e fome”. (Bickel et al., 2000).

Em resumo, este contexto sobre as medidas de fome no mundo, a criação da Escala de Segurança Alimentar Domiciliar dos Estados Unidos, foi um ponto importante para a consolidação do termo (in)segurança alimentar, por vezes em detrimento do conceito de fome, Campbell (1991), afirma que o fenômeno que anteriormente era definido como fome nos anos 1980, [estava sendo] discutido como segurança ou insegurança alimentar, no início dos anos 1990. A autora ainda admite que a expressão insegurança alimentar não possui a mesma conotação de uma experiência dolorosa com a qual todo mundo tem pelo menos uma familiaridade momentânea. Para a autora, a fome deveria ser compreendida como uma possibilidade, embora não necessária, da insegurança alimentar.

3.2.1 Medidas de Fome: apresentando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

O *Household Food Security Survey Module* (HFSSM), como escala de medida estadunidense para a fome, desempenhou um papel importantíssimo para a criação e a adaptação de sua escala para outros países em desenvolvimento, pensando inclusive na validação para as realidades locais. A utilização desse modelo permitiu avançar das estimativas indiretas da fome, para o dimensionamento direto das deficiências quantitativas e qualitativas do acesso ao alimento (Segall-Corrêa; Marin- Leon, 2009). Pensando no contexto brasileiro apresenta-se a EBIA- Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

Em 2003, um grupo de pesquisadores se reuniu na Unicamp para discutir as limitações dos indicadores tradicionais na mensuração da fome e examinar as vantagens fornecidas pelo HFSSM. Neste processo, analisaram a relevância política e a viabilidade técnica de adaptar e aplicar esse instrumento no contexto brasileiro, considerando as características sociais particulares e econômicas do país.

Um ponto interessante a ser observado é o contexto histórico-político em que o Brasil estava inserido no ano de 2003. A EBIA surge dentro do contexto do Programa Fome Zero, como uma ferramenta para analisar o impacto das políticas do programa. E para compreender a implementação e a efetivação do programa é necessário compreender que o Brasil estava serestabelecendo democraticamente após longos anos em um período ditatorial. Esse programa surge no primeiro mandato do governo Lula (2003-2006).

Ao tratarmos sobre o primeiro Governo Lula, considera-se essencial compreender quem era essa figura política naquele contexto social e político no Brasil. A vida política de Lula inicia-se quando concorre à presidência do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista em 1975, posteriormente já no Partido dos Trabalhadores fundou a CUT (Central Única dos Trabalhadores), foi o deputado federal mais votado do país em 1986. Lula já havia concorrido à Presidência da República duas outras vezes antes, em 1989 sendo derrotado para Fernando Collor de Mello e perdeu novamente em 1994 para Fernando Henrique Cardoso, sobre esse período histórico, político e social do Brasil é importante destacarmos que haviam diversos embates políticos sobre como manter o modelo econômico do Brasil funcionando, a população tinha medo da ideia comunista, mas vinha aterrorizados pela perda de direitos sociais e políticos experienciadas durante a Ditadura Militar.

É fundamental destacarmos, como aponta Ortiz e Camargo (2016), Lula não era a figura favorita para ocupar o cargo de Presidente da República pelos conservadores de direita, pois seu discurso flertava com um projeto socialista, no entanto em 2002 assinou uma "Carta aos Brasileiros" em que se comprometia a respeitas os contratos assinados pelo Brasil em relação a outros países, empresas e institutos internacionais. Além disso, Lula era uma figura que representava a face esquecida da população brasileira, um migrante nordestino no Sudeste, sindicalista e ex-operário, sem curso superior, acreditavam que ele não teria a competência necessária para comandar o país. No entanto, logo no começo do primeiro mandato, Lula declarou que o Brasil precisa de um planejamento estratégico, de um Projeto Nacional de Desenvolvimento e colocou como prioridade do governo as necessidades dos mais pobres, que demandam emprego, educação, saúde, moradia e alimentação.

O que se destaca como o legado mais marcante do primeiro mandato do Governo Lula, foi a ênfase nas políticas de inclusão social e redistribuição de renda, caracterizando-o como um governo de "Novo Desenvolvimentismo". Tais políticas sistemáticas de combate à pobreza e desigualdade social, juntamente com o estímulo ao consumo de massa, impulsionou um crescimento econômico substancial. Esse foi um legado importante desse primeiro mandato, um crescimento econômico consistente, um controle da inflação, redução do déficit público, distribuição de renda e uma consolidação da democracia com participação social.

Nesse contexto foi implantado o Programa Fome Zero que resumidamente foi um programa lançado em 2003 com o objetivo de combater a fome no Brasil, tendo como objetivo integrar políticas estruturais e emergenciais para alimentar famílias em extrema miséria, sobretudo no Nordeste. Para isso o programa incluiu a formulação da Política Nacional de

Segurança Alimentar pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), a criação do Cartão Alimentação que permitia às famílias comprarem alimentos diretamente e a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que comprava alimentos diretamente da agricultura familiar.

Neste contexto, como pontua Segall-Corrêa e Marin-Leon (2009), identificou- se a partir da reunião de pesquisadores para analisar as desvantagens dos indicadores tradicionais e as vantagens para a mensuração do fenômeno da segurança alimentar pelo *HFSSM,* que a academia poderia fornecer uma contribuição relevante no sentidos de incorporar às políticas do Fome Zero, que era recém-lançado, indicadores diretos de quantificação da população sujeita a diferentes graus de insegurança alimentar, apropriados, também para o acompanhamento e avaliação de suas ações e estratégias. É interessante abordar a construção da EBIA, pois ela evidencia a relevância das pesquisas acadêmicas para as políticas públicas do país.

Sobre os métodos para o desenvolvimento da EBIA, Segall-Corrêa e Marin- Leon (2009), apresentou que no Brasil a investigação inicialmente contou com métodos qualitativos, seguidos de pré-testes em inquéritos populacionais quantitativos. Para o desenvolvimento da escala contou com a participação de seis instituições de pesquisa: Universidade Estadual de Campinas UNICAMP (coordenação), Universidade de Brasília-UNB, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT e Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA, e da Universidade de Connecticut - UCCON-USA. O que é muito benéfico para compreender o papel que a acadêmica desempenha na formulação e no reforço a políticas públicas através das pesquisas científicas.

Retornando aos métodos, a fase qualitativa do estudo consistiu em uma avaliação por um grupo de especialistas em nutrição e gestão pública de programas sociais do que havia sido proposto para adequação à realidade local da escala traduzida para o português. Para essa adequação necessária o grupo adicionou ajustes como: redução do período de análise de 12 para 3 meses, reformulação de itens para formato de questionário, inclusão de indicadores de renda, escolaridade e consumo alimentar para validação externa, redução de 18 para 15 itens e a mudança a forma de referência da frequência de cada item da escala.

Posteriormente foram organizados 11 grupos focais espalhados em cidades e áreas rurais de quatro regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste), esses grupos eram compostos por 10 a 12 participantes das comunidades e possuíam como objetivo discutir a experiência dos moradores com a insegurança alimentar e a fome. Estas discussões iniciaram com uma abordagem sobre a segurança alimentar e as experiências de vida, seguidas pela análise dos conteúdos centrais da escala e a adequação da linguagem para cada local. Os

pesquisadores destacaram o alto grau de compreensão e a complexidade das reflexões dos participantes sobre os temas discutidos (Segall-Corrêa e Marin- Leon, 2009).

Quadro 3 - Itens da versão preliminar da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)

Versão preliminar- EBIA
Nos últimos 3 meses, a Sra. teve a preocupação de que a comida na sua casa acabasse antes que Sra.tivesse condição de comprar mais comida?
Nos últimos 3 meses, a comida acabou antes que a Sra. tivesse dinheiro para comprar mais?
Nos últimos 3 meses, a Sra. ficou sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
Nos últimos 3 meses, a Sra.ou algum adulto em sua casa diminuiu, alguma vez, a quantidade de alimentos nas refeições ou pulou refeições, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?
Nos últimos 3 meses, a Sra. alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro o suficiente para comprar comida?
Nos últimos 3 meses, a Sra. alguma vez sentiu fome mas não comeu porque não podia comprar comida suficiente?
Nos últimos 3 meses, a Sra. perdeu peso porque não tinha dinheiro suficiente para comprar comida?
Nos últimos 3 meses, a Sra. ou qualquer outro adulto em sua casa ficou, alguma vez, um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não havia dinheiro para comprar a comida?
Nos últimos 3 meses, a Sra. teve que se arranjar com apenas alguns alimentos para alimentar os moradores com menos de 18 anos, porque o dinheiro acabou?
Nos últimos 3 meses, a Sra. não pode oferecer a algum morador com menos de 18 anos, uma alimentação saudável e variada, porque não tinha dinheiro?
Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos não comeu em quantidade suficiente, porque não havia dinheiro para comprar a comida?
Nos últimos 3 meses, a Sra., alguma vez, diminuiu a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?
Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos teve fome, mas a Sra. simplesmente não podia comprar mais comida?
Nos últimos 3 meses, alguma vez algum morador com menos de 18 anos deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?
Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos ficou sem comer por um dia inteiro, porque não havia dinheiro para comprar comida?

Fonte: Segall-Corrêa e Marin-Leon (2009). **Elaboração:** Autora.

A segunda etapa da EBIA, como foi apontada anteriormente, quantitativa, envolveu a realização de inquéritos em amostras intencionais da população urbana das 4 macrorregiões do Brasil. Tinham como objetivo aplicar uma escala em contextos de diversidade sociocultural, especialmente alimentar, para obter validade externa e preditiva dos itens. Ainda de acordo com Segall-Corrêa e Marin-Leon (2009), foram selecionados cerca de 200 domicílios em cada área, totalizando mais de 1800 domicílios. A amostra abrange diferentes estratos sociais (classe média, média baixa, pobre e muito pobre), permitindo avaliar a capacidade da escala de medir de forma eficaz a insegurança alimentar em diferentes realidades.

Com isso, sobre os usos da EBIA é importante registrarmos que a validação da escala possibilitou contemplar as características específicas e diversas do território brasileiro. Destacando que a EBIA é um instrumento de medida de alta validade interna e externa, levando em consideração todos os métodos aplicados para a sua construção. Em todas as etapas aqui descritas houve acompanhamento de avaliadores externos que se reuniram em oficinas de trabalho. Sobre a estrutura da EBIA com 15 perguntas, apresentadas no quadro 2, destaca-se que agrupando pode-se estimar as prevalências de segurança alimentar e classificar os domicílios em níveis: Segurança Alimentar, em Insegurança Alimentar Leve, Moderada ou Grave. É importante ressaltar que as classificações e a forma como a escala é aplicada muda em domicílios com crianças e em domicílios com apenas adultos, em domicílios com crianças são aplicadas apenas 8 dos 15 itens.

Por fim, destacando a aplicação e os usos da EBIA, compreendendo que a escala tem sido amplamente utilizada no Brasil, tanto com propósitos acadêmicos como para a formação de políticas públicas que possuem como intuito o combate às desigualdades sociais, como também é utilizada como um indicador para validar principalmente as políticas de combate à fome.

3.3 Histórico das políticas públicas alimentares e o enfrentamento da fome

A fome é uma das manifestações mais sérias e evidentes da crise mundial. Quando os sistemas tradicionais de segurança alimentar falham ou são desestruturados, a fome se torna indissociável da pobreza. Isso ocorre porque, sem essas práticas locais, como a agricultura familiar, as pessoas necessitam de mais mercado aberto para adquirir alimentos, mas não possuem dinheiro suficiente para comprar esses alimentos. Desse modo, a fome é essencialmente a falta de dinheiro e o aumento de desigualdades. Outro ponto que agrava as

situações alimentares é a produção de alimentos em todo o mundo, que é regulada pelo mercado global que incentiva a produção em função dos lucros, independente das necessidades das populações menos favorecidas (Hangle, 1976 *apud* Jonsson,1981).

Para analisar as políticas públicas de combate à fome no Brasil, apresentando um breve histórico dessas políticas, faço um recorte iniciado no ano de 1930, onde neste período Josué de Castro realizou o "Inquérito sobre as condições de Vida das Classes Operárias" no Recife, onde revelou a dimensão social da fome e das doenças. Os resultados deste estudo foram amplamente divulgados nacionalmente e serviram como base para o estabelecimento da cesta básica de referência e para a regulamentação da lei do salário-mínimo em 1936. É fundamental compreender essa relação da fome e da pobreza, pois muitas vezes as políticas de fome iniciam-se como políticas de transferência de renda, políticas de regulamentação de salários-mínimos, pontos que são cruciais para dar dignidade ao trabalhador. No Livro "Geografia da Fome" (1946), Castro mapeou a situação alimentar brasileira e como já evidenciado anteriormente foi traduzido em mais de 20 idiomas.

Em 1940, houve a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e no ano de 1945, a criação da Comissão Nacional de Alimentação, as ações executadas pelo SAPS tinham como objetivo garantir condições favoráveis e higiênicas à alimentação dos assegurados dos institutos, caixas de aposentadorias e pensões, até o ano de 1967 esse órgão foi responsável pelas ações de alimentação e nutrição, promovendo a instalação de restaurantes populares, a criação de postos destinados à comercialização de gêneros básicos a preço de custo, atividades de educação nutricional e a realização de pesquisas de campo. Enquanto a Comissão Nacional de Alimentação durante sua vigência (1945-1972), foi regulamentada como órgão responsável por assistir o governo na formulação da política nacional de alimentação, evidenciando o Primeiro Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (1953), que foi considerado um projeto pioneiro do planejamento nutricional brasileiro.

Neste momento é interessante fazer uma leitura do contexto histórico mundial em relação às políticas sobre a alimentação e a fome. Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 foram criados organismos internacionais, como a Organização para a Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO), é importante compreender que havia divergências entre as organizações internacionais, enquanto a FAO concebia o acesso à alimentação adequada como um direito, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, os quais concebiam que a segurança alimentar seria alcançada através de mecanismos de mercado. E para além disso em 1948 foi criada a Organização Mundial da Saúde e a Declaração Universal dos Direitos Humanos incorporou o direito à alimentação no artigo XXV. Onde colocava que

toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure, assim como sua família, saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, assistência médica e os serviços sociais necessários (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).

Retornando ao contexto brasileiro, em 1954 houve a criação do Programa Nacional de Merenda Escolar, que contou com o apoio de organizações internacionais como o Fundo Internacional de Socorro à infância e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento internacional, por meio de doações e a preços mais baixos, de excedentes agrícolas estadunidenses e leite em pó desnatado. Em 1955, a Campanha Merenda Escolar foi efetivamente instituída com a vinculação do Programa Nacional de Merenda Escolar ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), postulando-se como uma política de educação. No ano seguinte, 1956, foi alterada para Campanha Nacional de Merenda Escolar.

Foram criadas comissões de alimentos, armazenagem e financiamento de produção durante os anos de 1962 e 1963. A Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), para participar da execução de planos e programas de abastecimento elaborados pelo governo, relativos à comercialização de gêneros alimentícios e para agir como elemento regulador do mercado. Em 1962 ainda, também foi criada a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunb) que durante o Plano Cruzado (1985-1990) alcançaria popularidade com a fiscalização dos preços. Em 1963, foi criada a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem), para executar para executar planos e programas de abastecimento elaborados pelo governo federal, relativos ao armazenamento de produtos agropecuários e de pesca, além de desempenhar o papel de elemento regulador do mercado ou servir de forma complementar, áreas ainda não suficientemente atendidas por empresas e comerciais privadas.

Levando em consideração o contexto político que se instaurou em 1964, fiz um apanhado de algumas leis que foram aprovadas nesse período que de alguma forma impactam as políticas de enfrentamento à fome. Iniciado em 1964 com a aprovação da Lei 4.504, o Estatuto da Terra, regula os direitos e obrigações relativos aos bens imóveis rurais, para fins de execução da reforma agrária e promoção de política Agrícola. Em 1965 a Lei 4.829 institucionaliza o Crédito Rural e o Decreto 55.891 regulamenta seções do Estatuto da Terra que se referem à reforma agrária e à Política Agrícola.

Em 1966, Decreto-Lei 79 institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários. Em 1967, Decreto-Lei 167 regulamenta os Títulos de Crédito Rural. E neste ano, temos um marco histórico que é a extinção do Serviço de Alimentação da Previdência Social (Saps). E em 1968 a Lei 5.537 cria

o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (Indep) com a finalidade de captar recursos e canalizá-los para projetos de ensino e pesquisa, inclusive em alimentação escolar.

É basilar compreender que há uma relação complexa destes decretos e leis com o combate à fome. Pois, se por um lado, ocorreu o aumento da produção agrícola contribuindo para a disponibilidade de alimentos, por outro, a concentração de terras e recursos em grandes produtores perpetuam desigualdades sociais e regionais. As populações rurais mais desfavorecidas e sem acesso à terra, estavam em dificuldade para adquirir alimentos ou produzir alimentos. Ou seja, apesar de que essas políticas de "reforma agrária" evidenciaram uma pequena ruptura no contexto da ditadura militar, não alteraram de maneira significativa a estrutura fundiária concentrada, que é uma das principais raízes da fome no Brasil.

Dando continuidade com contexto histórico, no ano de 1972 houve a extinção da Comissão Nacional de alimentação e no lugar foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAM), esse órgão foi incumbido de formular a política de alimentação e nutrição e propor ações de combate à fome por meio do I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN). A lei 5.851 autoriza o Executivo a instituir a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura. No entanto, esse primeiro PRONAN foi suspenso em 1974 devido algumas irregularidades na operacionalização das ações propostas. Ainda em 1974, aconteceu a realização do Estudo Nacional de Despesas Familiares (ENDEF), com o intuito de avaliar as condições de vida e a situação nutricional da população. Esse estudo foi concluído em 1975.

Resumindo as informações, entre os anos de 1976 a 1981, foram instituídas as seguintes políticas públicas, o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), que tinha como objetivo atender as demandas básicas de alimentação e saúde dos trabalhadores. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), este possui uma relevância muito significativa no combate à fome, o PNAE promove a alimentação saudável para os alunos das escolas públicas, na época em que foi instituído os alimentos industrializados estavam muito presentes na alimentação oferecida nas escolas e nos hábitos alimentares da população. A criação do Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (PNIAM), que institui ações de promoção da amamentação, proteção legal e apoio ao aleitamento materno. E isso é muito importante para combater a desnutrição de recém-nascidos. Todos esses programas foram cruciais para promover uma ampla compreensão do fenômeno da fome, entendendo que para ser combatido precisa ser enfrentado em diversas frentes.

Durante os anos de 1985-1987, destaca-se o Lançamento do Plano Subsídios para a

Ação Imediata contra a Fome e o Desemprego, que corrobora com a tese de que há uma relaçãointrínseca entre a fome e a pobreza. A VIII Conferência Nacional de Saúde debateu critérios para a formulação de um Sistema Nacional de Saúde e definiu a diretriz da universalização da saúde. No mesmo ano, ocorreu a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição. Realização da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), que foi repetida em 1995, 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018, com o objetivo de traçar o perfil das condições de vida da população a partir da análise de seus orçamentos domésticos. Esses marcos que evidenciam uma preocupação com o orçamento das famílias evidencia a ideia de que a fome e a pobreza possuem uma relação profunda e que o combate à fome, passa pelo combate às desigualdades sociais.

O fim dos anos 80 e o início dos anos 90 é marcado por um intenso movimento de criação de políticas públicas e a aprovação de leis que visavam uma segurança social, tendo em vista o processo de redemocratização. Em 88, se estabelece a nova Constituição, onde determinou no capítulo de seguridade social, um pilar sólido de sustentação para a área social. Buscou garantir direitos básicos e universais de cidadania, inscritos em um conjunto integrado de ações destinadas a assegurar o direito à saúde, à previdência e à assistência social. Definiu também as bases legais para o Sistema Único de Saúde (SUS), além dos princípios e diretrizes de universalidade, descentralização, integralidade da atenção, resolutividade, humanização do atendimento e participação social.

Em 1990 ocorre a aprovação de legislação que regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS), a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080) e a Lei 8.142. E a criação do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). No ano de 1991 acontece a criação do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs), com prioridade de implantação em áreas rurais e periurbanas nas regiões Norte e Nordeste do país, para o enfrentamento da epidemia de cólera e outras formas de diarreia. Em 1993, ocorre a aprovação da Lei 8.629 que regulamenta os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. A Criação do Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA). E também um marco muito importante nas políticas alimentares, a criação do I Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), formado por representantes do governo e da sociedade civil, para assessorar a formulação de propostas e a implementação de ações em busca de soluções para o problema da fome e da miséria no país.

Neste momento acredito ser prudente fazer uma síntese dos acontecimentos nos anos seguintes, entre 1993 e 2002, para compreender os programas que são propostos e que muitos ainda estão em vigor no primeiro mandato do Governo Lula. Entre os anos de 1993 e 2002, o

Brasil enfrentou avanços significativos nas políticas de combate à fome, validando programas e iniciativas que visavam a mitigação dos impactos da pobreza extrema. Em 1993, após a criação do Consea, o Plano de Combate à Fome e à Miséria foi pactuado, articulando a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) e o governo federal. Esse marco destacou a relevância do enfrentamento da fome como uma prioridade nacional. No decurso deste período, outras iniciativas fundamentais também surgiram, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que tinha como objetivo garantir a produção e a geração de renda no meio rural, e a criação do Programa Nacional de Renda Mínima - Bolsa Alimentação que tinha como foco de beneficiários famílias em situação de vulnerabilidade.

O contexto político deste período foi definido pela transição democrática, como evidenciado anteriormente, e por diversas crises econômicas, como a instabilidade financeira do final da década de 1990. Entretanto, é primordial destacar que apesar dos avanços, houve retrocessos, como a extinção do Consea em 1995, que culminou no enfraquecimento da articulação de política de combate à fome. Entretanto, foram implementadas medidas como o Programa Saúde Familiar (PSF), a regulamentação de alimentos fortificados e a criação de uma estrutura robusta para distribuição de merenda escolar. Essas ações evidenciam a conexão entre saúde, alimentação e educação, demonstrando o esforço em integrar áreas estratégicas no combate à fome.

Com início em 2002, se observa um aumento no que se refere às políticas públicas de combate e enfrentamento à fome. Esse período é desencadeado em decorrência do contexto histórico, político e social que se apresentava no Brasil neste momento, marcado pelo primeiro mandato do Governo Lula, como apresentado anteriormente, segundo Barbosa (2010), o presidente Lula assumiu o governo federal com grande apoio da população, mas em um contexto de incerteza e desconfiança por parte de grandes investidores financeiros. A campanha do primeiro mandato tinha o Programa Fome Zero como um dos carros chefes. Erradicar a fome e a pobreza extrema em um país que é um grande exportador agrícola e uma das maiores economias globais não é apenas uma necessidade, mas uma obrigação do Estado Brasileiro, para além de uma política de Governo e sim uma política de Estado.

Entre 2002 e 2005 ocorreram profundas mudanças no enfrentamento da pobreza e na promoção da inclusão social. Este período foi marcado pela implementação de políticas públicas que buscavam combater a fome e a desigualdade, articulando ações externas para a redistribuição de renda e a segurança alimentar. Com destaque para o programa Fome Zero, esse programa é um conjunto de ações que envolvem cinco áreas de atuação sendo elas:

segurança alimentar e nutricional, renda e cidadania, programas complementares estruturais, ações emergenciais e educação cidadã. Nesse contexto, é criado o Programa Cartão Alimentação. A Lei 10.699 criou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que opera promovendo o acesso a alimentos saudáveis e incentivando a agricultura familiar. E ocorre também a recriação do Consea, retomando o espaço para a participação da sociedade civil e da elaboração de propostas para a segurança alimentar e nutricional na agenda do governo federal. Um dos grandes marcos desse período é a criação do Bolsa Família, sobre ele é importante salientar que o Programa não foi uma criação do zero, ela foi inspirada em diversos projetos que foram bem sucedidos em escalas menores e em programas federais que já vinham sendo implementados anteriormente, como o "Bolsa Escola" e o "Bolsa

Alimentação", durante o primeiro mandato do Governo Lula, foram realizados estudos de viabilização de uma Política de Transferência de Renda, com o intuito de enfrentar a questão da fome, além de ser incorporado ao Plano Fome Zero, que foi uma pauta muito importante levantada neste primeiro mandato. Desse modo, o Programa unificou os programas sociais pré-existentes: Bolsa Escola, Alimentação, Programa Nacional de Acesso à Alimentação, Auxílio Gás e Cadastramento Único do Governo Federal. O objetivo dessa unificação foi garantir maior agilidade na liberação do dinheiro, reduzir a burocracia e melhorar o controle dos recursos.

Essa unificação foi sancionada pela Lei nº 10.836/2004, com três eixos: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares, o órgão responsável pela organização e fiscalização era Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Entre os anos de 2006 e 2009, o segundo mandato do Governo Lula, foi marcado por certa consolidação da estabilidade econômica e crescimento sustentado pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), segundo Ortiz e Camargo (2016), o que possibilitou investimento público em infraestrutura, aprimorando-se as Parcerias Público-Privadas, o que proporcionou novo padrão de desenvolvimento. Houve, no período, redução da relação da dívida pública, PIB e inflação com devido controle, sem apelar para processos de privatização do patrimônio público ou criação de novos tributos. Isso se refletiu nas políticas públicas, pesquisas e marcos históricos que foram implementados nesse período que tinham como foco a saúde, alimentação e nutrição. Como a publicação do Guia Alimentar para a população brasileira publicado pelo Ministério da Saúde, a criação da Política Nacional de Atenção Básica, onde considerou a Estratégia de Saúde da Família (ESF) modelo para a reorientação da atenção básica. O Decreto 5.996 cria o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar

(PGPAF). A criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

A LOSAN é importantíssima pois ela estabelece princípios, diretrizes e objetivos desse sistema, por meio do qual o Estado, com a participação da sociedade civil, iria propor as políticas públicas relativas à Segurança Alimentar e Nutricional. O SISAN teve como o objetivo assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e destinou- se a aproximar a produção, abastecimento, comercialização e consumo de alimentos, considerando também suas interrelações.

É fundamental observar que esses avanços no âmbito político foram pensados visando o impacto a longo prazo que alcançariam. Esses avanços não só impactaram diretamente a qualidade de vida de milhões de brasileiros, mas também fortaleceram a presença do Brasil no cenário internacional como um líder em políticas de combate à fome. Essas políticas de segurança alimentar e nutricional, unidas a ações externas para a redução da pobreza e da inclusão social delimitou um novo ciclo no desenvolvimento do Brasil, possibilitando novas conquistas que já seriam sentidas no Governo Dilma, e criando um alicerce para que se pudesse pensar soluções para os desafios estruturais da sociedade brasileira.

O primeiro mandato do Governo Dilma é marcado pela aprovação da Emenda Constitucional n° 64, em 2010, onde colocou o direito à alimentação na constituição, juntamente com os demais direitos sociais. E pela saída do Brasil do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura da ONU (FAO/ONU), condição alcançada quando menos de 5% da população está em situação de insegurança alimentar grave. Também pelo lançamento do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT), esse plano visava a prevenção e controle das doenças crônicas, promovendo hábitos saudáveis. Regulamentou a compra de alimentos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), garantindo a aquisição de produtos da agricultura familiar.

Neste ponto do histórico das políticas de combate e enfrentamento à fome é importante destacarmos que todos os programas, leis, decretos, todas as participações do Brasil em Conferências Mundiais sobre a alimentação e Segurança alimentar , foram cruciais para conseguir esse feito de saída do Mapa da Fome da ONU, no entanto é importante explicar que isso não significava que não existia mais em situação de fome no país, apenas indicava que não havia mais um número extremamente significativo de desnutridos e ou morrendo de fome. Como citado anteriormente, essas ações foram pensadas a longo prazo, pensadas para dar resultados a longo prazo para problemas estruturais da sociedade brasileira, no entanto

praticamente todas eram compreendidas como políticas de governo, ou seja, poderiam ser mudadas ou extintas caso um novo governante quisesse, os próximos anos de governo apresentados nesse histórico exemplificam muito bem isso.

Em 2015 iniciava o segundo governo Dilma, onde ocorreu a realização da V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com o tema "Comida de verdade no campo e na cidade, por direitos e soberania alimentar". Demonstrando o interesse em continuar com a implementação de políticas e programas que visassem a segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar. No entanto, a presidenta não chegou a terminar o mandato, tendo sido vítima de um golpe de Estado em 2016. Neste mesmo ano foi aprovada a PEC 241, que ficou popularmente conhecida como PEC do Teto de Gastos, onde impôs um teto de gastos públicos pelos próximos vinte anos. A PEC teve efeitos significativos nas políticas sociais, com isso nas políticas de combate à fome. Como o intuito da medida era impor um teto ao crescimento dos gastos públicos, isso gerou restrições nos orçamentos destinados a programas sociais essenciais para a população mais vulnerável, como o Bolsa Família.

O que se observou como problemático nesta medida é que embora tenha sido defendida como necessária para garantir a estabilidade fiscal do país, colocou em risco e gerou consequências negativas para as políticas sociais, a economia e o bem- estar social da população menos favorecida. Pois, ela limita a capacidade do Estado de responder às necessidades sociais urgentes, agrava as desigualdades e compromete o enfrentamento de problemas estruturais como a fome e a pobreza. E isso é observado com o retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU em 2018.

No contexto mais atual desse histórico é fundamental salientar o avanço da extrema direita no Governo Federal brasileiro com a eleição do Bolsonaro, um dos marcos do início do governo Bolsonaro foi a extinção do CONSEA, pela Medida Provisória 870, com enfraquecimento da coordenação da agenda nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Em 2020, o mundo enfrenta a pandemia da Covid-19, que por si só instaura uma crise econômica devido o afastamento social e por consequência disso uma pandemia de fome no mundo. A política pública proposta pelo Governo Federal naquele momento foi o Auxílio Emergencial criado pela Lei 13.982, com o objetivo de mitigar os impactos econômicos causados pela pandemia de covid-19 no Brasil. Inicialmente, conta com repasse de seiscentos reais, por três meses, a trabalhadores informais e de baixa renda. Em 2021, o benefício é prorrogado para mais quatro parcelas com valores reduzidos.

Outra marca significativa do Governo Bolsonaro foi a extinção do Programa Bolsa Família, após dezoito anos de existência pela Medida Provisória 1061/2021, e a criação do seu

substituto, o Programa Auxílio Brasil. A MP também extingue o PAA e o substitui pelo Alimenta Brasil. A justificativa apresentada para a extinção do Bolsa Família foi que o programa era burocrático e que não obteve o impacto necessário, além de que o gasto com a manutenção do programa era exorbitante. No entanto, salienta-se que na verdade o seu encerramento tem mais a ver com questões políticas, do que com o impacto que o programa teve. Destaca-se nestes dezoito anos o programa foi responsável por um impacto muito significativo para reduzir a pobreza, a mortalidade infantil e no combate a fome entre a população mais empobrecida, isso foi possível pois os condicionantes do programa estabeleciam uma relação direta com saúde e a educação, fazendo com que fosse realizado pré-natal e as crianças fossem vacinadas e estivessem na escola com presença regular.

Com a nova eleição e o terceiro mandato do governo Lula, iniciou-se a discussão para a recriação do programa bolsa família. Em março de 2023 é assinada a Medida provisória que restabelece o bolsa família. Além dos R$600 que já fazem parte da atual formulação do programa, que hoje é chamado de Auxílio Brasil, as famílias beneficiárias podem receber R$150 para cada criança de até 6 anos e um adicional de R$50 para cada integrante de 7 a 18 anos e gestantes.

O histórico apresentado nesta seção do trabalho contém informações que foram adquiridas após uma extensa pesquisa bibliográfica sobre as políticas públicas de combate e enfrentamento à fome. Durante o mestrado fiz uma disciplina chamada “Segurança Alimentar e Nutricional” no programa de pós-graduação em gastronomia na Universidade Federal do Ceará, onde a turma discutiu diversas dessas leis implementadas, políticas e programas compreendendo sua significância para o combate à fome. Muitas dessas informações também podem ser encontradas em uma linha do tempo apresentada no livro “Da fome à fome: Diálogos com Josué de Castro” de Tereza Campelo e Ana Paula Bortoletto. Com isso foi possível compreender que essas políticas públicas desempenharam um papel fundamental para o enfrentamento do problema estrutural que é a fome, no entanto, esse problema não foi completamente superado. O que se propõe é que compreendendo a fome como um problema estrutural, compreende-se também que a única forma de conseguir superá- la é com políticas públicas e estratégias também estruturais.

Por fim, é necessário fazer uma avaliação importante para a construção deste trabalho sobre este histórico das políticas de combate à fome e transferência de renda apresentadas nesta seção, com todo esse levantamento ficou evidente que nenhuma dessas políticas foram pensadas ou produzidas pensando o impacto da fome para a população negra e muito menos pensando os territórios negros, evidentemente foi produzido pensando as classes sociais mas não se faz

uma leitura racial da população pobre brasileira e isso escancara o apagamento que se faz dessa parcela importante da população. Pois, para além de evidenciar o que se escancara nos dados em pesquisas sobre a fome, não foi pensado como as populações negras se organizam em estratégias de enfrentamento ao fenômeno da fome.

3.3.1 Programa Ceará sem Fome e as Unidades Sociais Produtoras de Refeição

Para que se possa contextualizar os dados referente ao programa e as unidades, é necessário esclarecer como surgem no contexto das políticas de enfrentamento à fome esses atores. O Programa Ceará sem Fome é um programa de governo do atual governador do Estado, Elmano de Freitas. O programa age em duas frentes distribuindo cartões do Ceará sem Fome para famílias que estejam dentro dos critérios do programa e com as Unidades Sociais Produtoras de Refeição/Cozinhas Comunitárias.

Sobre a primeira frente de ação do programa, o cartão do Ceará sem Fome, faz parte de uma compreensão da relação entre pobreza-desigualdade-fome, o combate a fome se insere no hall das políticas públicas sociais de controle à pobreza que são desenvolvidas por políticas federais, estaduais e municipais. Desse modo, o CadÚnico representa uma fonte confiável para identificação dos beneficiários potenciais e estimação dos quantitativos correspondentes. É importante destacar que o cartão tem uma ação exclusiva, que é a compra de alimentos, o Governo do Estado, inclusive faz parcerias com pequenos comerciantes para receber o cartão.

Como critérios para o recebimento do cartão são considerados os seguintes pontos: 1. Sejam beneficiárias do Bolsa Família, com renda per capita de até R$ 168,00 (cento e sessenta e oito reais), já incluídos nesse cálculo, além da renda declarada no Cadastro Único, os valores recebidos do Bolsa Família; 2. Tenham como responsável familiar no CadÚnico, preferencialmente, pessoa do sexo feminino; 3. Tenham como responsável familiar no CadÚnico pessoa com baixa escolaridade (sem ensino fundamental completo); 4. Tenham em sua composição, pelo menos, uma criança ou adolescente de até 14 (quatorze) anos de idade; 5. Não estejam com o benefício do Bolsa Família bloqueado ou suspenso.

Dando um foco para as cozinhas comunitárias como estratégia de enfrentamento da fome é importantíssimo destacar que as USPRs incorporam todas as entidades que sociais que de alguma maneira realizam ou têm potencial para realizar a oferta de alimentos prontos (refeições) para segmentos populacionais vulneráveis. Ou seja, algumas dessas cozinhas comunitárias já existiam anterior ao Programa Ceará sem Fome. Em um relatório do IPECE, evidenciam que a existência prévia dessa rede de solidariedade fortalece o

objetivo de otimizar a política pública de combate à fome, apoiando a participação cidadã através de entidades da sociedade civil, ou de doações em eventos culturais, como por exemplo os eventos culturais que ocorrem em equipamentos de cultura do Estado do Ceará, como a Estação das Artes e o Centro Cultural Dragão do Mar, por vezes em shows e festas que ocorrem nos espaço o programa recebe doações de alimentos.

Como um dos objetivos do Programa das Cozinhas Ceará sem fome, que se difere do auxílio financeiro do Cartão Ceará sem Fome é o foco na entrega de alimentos preparados, visando atender diretamente as necessidades alimentares das populações mais vulneráveis. Ressalta-se a importância do cadastramento das unidades, pois ele permite uma identificação precisa das pessoas que realmente necessitam do apoio, especialmente aquelas em situação de extrema pobreza que não são atendidas pelo cartão. Outro ponto importante de destacar é a espacialização geográfica das cozinhas, pois elas obedecem ao critério de priorizar as áreas mais vulneráveis da cidade, permitindo assim que se possa compreender a espacialização do fenômeno da fome na cidade de Fortaleza.

Para tratar do Programa Ceará sem Fome e as Cozinhas Comunitárias, acredito ser primordial compreender como o fenômeno da fome se apresenta no estado. De acordo com Oliveira e Neto (2024), analisando os resultados recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-Contínua (PNAD-C) e com foco no Ceará, observou-se que o percentual de domicílios cearenses em situação de segurança alimentar (64,9%) foi superior à média da região nordestina (61,2%), mas inferior à média brasileira (72,4%). Deriva daí, que a prevalência de qualquer grau de insegurança alimentar no estado é maior do que a média do país. Entretanto, na comparação regional, percebe-se que os percentuais de domicílios em insegurança alimentar leve e moderada são menores no Ceará do que no Nordeste.

Para os autores, os percentuais sobre a fome no Ceará permaneceram significativos, embora inferior àqueles revelados pela pesquisa da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - Rede Penssan, em 2023 para 6,2% dos domicílios, tanto cearenses quanto nordestinos conviveram com a fome em algum momento no ano anterior.

A pesquisa da Rede Pessan (2022), reproduz o que foi apresentado por Josué de Castro em Geografia da fome, ao demonstrar as regiões Norte e Nordeste como aquelas com maior persistência do fenômeno da fome. É importante observar as características físicas da região nordeste onde se estabelece o clima semiárido e grandes temporadas de secas, falar sobre o enfrentamento à fome no sertão nordestino, e por consequência no sertão cearense, é falar também a escassez de água. De acordo com Oliveira e Neto (2024),

importantes programas no âmbito estadual que foram implementados para amenizar os efeitos da pandemia, nesse contexto podemos citar o Auxílio Catador foi instituído pela Lei 17.377/2021,
repassado aos catadores cadastrados e aliando meios de subsistência com redução de danos ambientais. O Mais Infância, instituído pela Lei 17.380/2021, consiste num programa de transferência de renda para as famílias do Cadastro Único que tenham crianças de 0-6 anos e que tenham renda per capita familiar de até R$ 89,00 mensais. Um desembolso financeiro de R$ 100,00 é destinado a 150 mil famílias em condições de vulnerabilidade extrema em todo o estado. O Programa Mais Nutrição, inserido dentro da Lei 15.002/2011, que instituiu a Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará beneficia mais de 30 mil pessoas através de um banco de alimentos "in natura" com produtos em via de descarte, mas com propriedades nutricionais. O Programa Vale Gás, instituído pela Lei 17.428/2021, garante 03 entregas anuais de recarga de botijão de gás, beneficiando além de famílias vulneráveis, entidades que executam projetos sociais, totalizando mais de 600 mil concessões ao ano.

Neste contexto apresenta-se o Programa Ceará sem Fome, esse programa foi implementado pela Lei n.18.312, de 17 de fevereiro de 2023, como uma política pública estadual permanente. Essa lei cria o Programa Ceará sem Fome e as Redes de Unidades Sociais Produtoras de Refeições (USPR). As ações do Programa são realizadas de forma conjunta pela Secretaria da Proteção Social (SPS) e pela Secretária de Desenvolvimento Agrário (SDA), com o apoio de órgãos estaduais e municipais, sociedade e setor privado. Tem uma preocupação direta com a fome e política de segurança alimentar. Duas frentes de atuação estão no cerne desse programa como o cartão Ceará sem Fome no valor de R$ 300,00, valor minimamente necessário para que uma família se alimente pelo menos uma vez ao dia, e as Unidades Sociais Produtoras de Refeição-USPR, na prática, cozinhas populares pulverizadas em todas as regiões com a meta de produzir e entregar 100 mil refeições por dia, reforçando uma ação de solidariedade que se destacou na pandemia. O resultado dessa política beneficia quase 50 mil famílias com o cartão e oferta mais de 1.200 refeições/dia.

Além disso, é válido destacar o que foi apurado em campo, durante o desenvolvimento da pesquisa participei das reuniões de organização da Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim, no período de abril a julho de 2025, além da realização das visitas em algumas cozinhas específicas da rede. Durante esse período foi possível observar como de fato se deu o desenvolvimento da política do "Ceará sem Fome", é

importantíssimo destacar que as Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim, são anteriores à implantação do programa em 2023. As cozinhas vinculadas ao programa produzem diariamente 100 refeições, que são distribuídas para famílias que estão cadastradas nas cozinhas e no programa como beneficiários, essas refeições seguem um cardápio específico pré-estabelecido pelos nutricionistas do programa, todo início de mês, as cozinhas recebem os alimentos para a produção. É importante destacar também que essas cozinhas funcionam apenas no horário do almoço e apenas nos dias de semana, infelizmente não podem produzir nos fins de semanas e feriados. É importante salientar que mesmo com a existência do Programa Ceará sem Fome, a grande frente de combate e enfrentamento do fenômeno no estado ainda é o Programa Bolsa Família, pois o transfere aos municípios cearenses quase um bilhão de reais por mês. Tendo em vista também o tempo de atuação do programa e seu histórico. Entretanto, com relação ao Programa Ceará sem Fome, mesmo com as informações disponíveis ainda não é possível avaliar os resultados de forma clara sobre o combate ao fenômeno da fome. De acordo com as informações disponíveis no site do Programa, o cartão Ceará Sem Fome atende mais de 43 mil famílias, com os dados de junho a dezembro de 2023. Sobre a Rede de Cozinhas Ceará sem Fome são cerca de 1.274 unidades em funcionamento, 924 em todo o Estado e 350 na Capital, distribuindo diariamente mais de 123 mil refeições.

> É necessário que ao analisar esses dados demonstrados até aqui tenha-se em mente que a sociedade brasileira é marcada por um percurso histórico de um sistema escravista que até hoje guarda resquícios e tira oportunidades reais de melhoria de vida para a população negra, o racismo enquanto uma faceta estrutural da sociedade é responsável por criar esses abismos entre brancos e negros. Além disso, as mulheres negras se encontram na base da pirâmide social das oportunidades, sendo sempre o outro do outro, e atingidas para além do racismo com o machismo que são bases estruturantes de nossa sociedade. Dito isso, compreendo que as questões de gênero e raça são uma condição social para Segurança Alimentar e para a pobreza.

É fundamental que o Estado brasileiro tenha sempre o desenvolvimento social como uma política de Estado, aquela que não muda de acordo com os governos que entram ano após ano. Pois é evidente que programas de transferência de renda, são fundamentais para transferir também dignidade para as pessoas, para que elas possam trabalhar, se alimentar, comprar e ter lazer. É de extrema importância que os programas como o Bolsa Família e o Ceará sem Fome continue tendo condicionalidades que visem a educação, a saúde, a renda pois isso possibilita que mais crianças estejam na escola e postos de saúde, tendo acesso a

vacinação adequada e cuidados necessários e educação adequada e longe de perigos sociais como o trabalho infantil. Enfatizando o que já foi dito anteriormente, problemas estruturais como a fome e a pobreza precisam de enfrentamentos também estruturais.

4 A RELAÇÃO DO RACISMO E A FOME: RACISMO ALIMENTAR

Nos capítulos anteriores desta pesquisa, foi apresentado e discutido o conceito de territórios negros e para além disso foi discutido a relação entre fome, pobreza e desigualdade compreendendo assim a complexa relação entre esses conceitos que moldam o acesso à alimentação no Brasil, especificamente em Fortaleza no Ceará. Tendo isso em vista, algumas seções deste capítulo se dedicam a compreender teoricamente o conceito de racismo alimentar, apresentando o que já se tem estudado e falado sobre o conceito e como ele se aplica nessa pesquisa em específico.

Ao conectar os territórios negros com a experiência de fome, evidencia-se uma conjuntura onde o racismo se manifesta de maneira material, limitando o acesso a alimentos saudáveis e nutritivos. Expondo as raízes raciais da fome, busquei compreender como as desigualdades históricas e as práticas discriminatórias moldam os sistemas alimentares e perpetuam a fome em territórios negros. É fundamental destacar que infelizmente o acesso à alimentação não é igual para todos, ao contrário é marcado por profundas desigualdades, que se apresentam de forma interseccional, correlacionando raça, gênero, classe e outras dimensões sociais.

Neste capítulo a pesquisa se debruça sobre o conceito de racismo alimentar, explorando como o direito de comer é negado à população negra, especialmente às mulheres e pobres. Ao analisar a cor e o sexo da fome, evidencia-se um contexto em que a interseccionalidade racial e de gênero intensifica as desigualdades, o que torna as mulheres negras as mais vulneráveis à fome. Busquei compreender como o racismo alimentar se manifesta na vida cotidiana desse território, investigando quais as experiências com a alimentação e como resistem a esse fenômeno.

Evidenciando como uma das formas de resistência dentro do território ao fenômeno, apresentasse a Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim, destacando como essa iniciativa popular, pois apesar de ser composta por muitas cozinhas que fazem parte do projeto

do Ceará sem Fome, essa organização em rede é uma organização popular, tem sido primordial para garantir o acesso à alimentação saudável de muitas famílias presentes nesse território. A investigação dessa experiência permite discutir as estratégias de resistência desenvolvidas pela população em territórios negros e suas implicações para a construção de um sistema alimentar mais equitativo e justo.

4.1 Comida e Identidade: o Racismo Alimentar em perspectiva

Enquanto conceito o racismo alimentar se apresenta segundo Santos (2024), como uma discriminação que dificulta o acesso da população negra e de outros grupos étnicos vulnerabilizados a alimentação e/ou a alimentação saudável. Podendo se manifestar também através da dificuldade do acesso a terra e de diversas outras formas. É importante compreender que esse conceito faz parte de uma estrutura maior que inclui diversas práticas racistas e, infelizmente, são uma realidade na sociedade. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), o Brasil é o maior país do mundo com população afrodescendente fora do continente africano, sendo 46,8% se autodeclaram pardos e 9,4% pretas, dessa maneira 56,2% é a população negra brasileira.

Estabelecendo e compreendendo a relação entre racismo e o acesso à alimentação, ao iniciar os estudos sobre o conceito de racismo alimentar, é conveniente introduzir o conceito de "nutricídio", pois os termos são recorrentemente associados. O conceito de nutricídio foi cunhado por Llaia O. Afrika (2013), onde o autor debate o genocídio provocado contra a população negra ao distanciá-la da produção e do consumo de alimentos saudáveis. Segundo o autor, trata-se de um processo sistêmico de destruição das práticas alimentares ancestrais e de imposição de dietas que provocam doenças e dependência médica.

Neste momento das pesquisas e das leituras é fundamental fazer uma leitura teórica e analítica entre os dois conceitos, o racismo alimentar diz respeito a um conjunto de práticas estruturais e cotidianas que, de acordo com Cabral *et al*. (2024), envolvem a alimentação precária, a fome e a negação no direito de escolha do que comer que atinge de maneira desproporcional territórios negros urbanos/rurais e periféricos. Desse modo, podemos compreender que o racismo alimentar se manifesta na precarização da oferta, na mercantilização do alimento, no apagamento de saberes ancestrais sobre a alimentação e tem como alicerce a manutenção da desigualdade racial no acesso à alimentação adequada e de qualidade.

Enquanto o conceito de nutricídio, como compreendo a partir da obra de Afrika e de outras leituras como Cabral *et al* (2024) e Silva e Oliveira (2022), se configura como um

nível extremo e letal dessa violência alimentar. Está relacionado com contextos de guerra, colonização agressiva e imperialismo, deslocamentos forçados, destruição dos sistemas agrícolas locais e a imposição de políticas alimentares que são responsáveis por produzir a morte em massa. Um exemplo atual e concreto de uma situação que pode ser compreendida dentro da lógica do nutricídio ocorre no Sudão, que enfrenta uma crise humanitária em razão da guerra civil entre forças armadas e grupos paramilitares desde abril de 2023. De acordo com relatório recente da ONU (2024), cerca de 18 milhões de pessoas estão em situação de insegurança alimentar aguda (fome), e 5 milhões estão em risco de fome catastrófica. A guerra é responsável por destruir rotas de abastecimento, isolar regiões agrícolas e causar deslocamentos forçados.

Desse modo, ao refletir sobre o conceito de nutricídio como um instrumento genocida alimentar, como parte da necropolítica, podemos entendê-lo como uma etapa extrema de algo que é iniciado pelo racismo alimentar estrutural. É necessário compreender que ambos os conceitos são associativos pois partem de uma estratégia sistêmica de extermínio da população negra.

Após essa breve discussão conceitual, evidencia-se o racismo alimentar quando observasse os dados do 2° Inquérito Nacional Sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (Vigisan) de 2022, que revela que entre os anos de 2021 e 2022, quase 20% dos lares brasileiros chefiados por pessoas pretas e pardas sofriam com a fome. Enquanto, por outro lado, a taxa foi cerca de 10% nos lares chefiados por pessoas brancas, ou seja, metade do que se apresenta entre negros. O estudo Vigisan ainda aponta que 65% dos lares comandados por pessoas pretas ou pardas conviviam com restrições de alimentos em algum nível, pois como apresentamos anteriormente isso é medido através da EBIA e a fome se apresenta em níveis de insegurança alimentar. E fazendo um comparativo com os lares chefiados por pessoas brancas, essa taxa foi inferior a 50%.

Os dados apresentados no inquérito demonstram e reforçam a existência do racismo alimentar. Esses dados reforçam a compreensão da intersecção entre racismo, desigualdades sociais e a crise social/sanitária da fome que assola as populações em um contexto posterior a pandemia, no entanto, é crucial reafirmar que para compreender esse aumento na fome e na insegurança alimentar em diversos níveis é preciso fazer uma leitura política e social para além do evento extremo que foi o contexto pandêmico, mesmo que esse contexto tenha intensificado o fenômeno.

Para Cabral *et al.* (2024), ao utilizar os conceitos de racismo alimentar e nutricídio, aproximando-os das concepções de necropolítica e genocídio da população negra, há o

entendimento de que o Estado deixa de fornecer condições de segurança alimentar às populações marginalizadas. Ocorrendo, primordialmente, em regiões periféricas das grandes cidades, cujas populações, em sua maioria, são negras, o que as torna vítimas de uma lógica de "deixar morrer" e gerar morte desses segmentos com políticas públicas excludentes e/ou potencialmente danosas à alimentação e à nutrição humana.

Os autores ainda destacam que a fome da população negra é um desafio a ser enfrentado em relação à saúde coletiva, dando o destaque que o trabalho desenvolvido por Cabral *et al* (2024) é um trabalho da área da saúde. Destacam como essa questão é frequentemente negligenciada e não obtém a devida atenção e intervenção quando não há uma doença física específica que a justifique. Crucial destacar que há dificuldade em compreender a fome como um problema de saúde, especialmente quando ela não se manifesta através de doenças facilmente identificáveis. É notável que a base científica que investiga a influência das desigualdades raciais em diversas faces do Brasil ainda é escassa, como no caso da saúde e da fome.

Para a compreensão do racismo alimentar, se faz necessário que se possa compreender que o racismo é uma construção social e um debate que se mantém de modo estrutural a partir de um sistema de opressões e negações de direitos (Ribeiro, 2019). Por isso, quando pensado em relação aos territórios negros, o racismo age como uma relação de poder estruturante para a formação socioterritorial. Consequentemente interfere diretamente na resolução de políticas públicas sociais, pois a ideologia racista, baseada na hierarquia de raças, coloca a população negra em desvantagem, perpetuando a exclusão e marginalização. Pois, modela a sociedade brasileira conforme uma matriz de poder branca, colonial, capitalista neoliberal e heteropatriarcal, que define as relações sociais e econômicas. Analisar a condição da população negra, marcada pelas relações de poder, raça, gênero e classe, revela as dificuldades específicas que essa população enfrenta, incluindo a fome (Gonzalez, 1987; Almeida,2019; Silva *et al.*, 2022).

Dessa forma, é correto afirmar que o contexto evidencia que a fome carrega aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e jurídicos, além de ser também um caso de saúde coletiva. É importante levar em consideração os estudos de Ribeiro Júnior (2021) e Castro (2022), quando propõe compreender a fome como um fenômeno complexo e multifacetado, é simultaneamente um problema biológico e social. Não é interessante para alcançar soluções permanentes que a fome seja reduzida apenas um problema de saúde ou apenas um problema social, a fome atinge diversos âmbitos da vida e deve ser abordada dessa forma.

Com tudo que foi discutido ao decorrer dessa pesquisa, é importante frisar que a crise

alimentar é apresentada quando a comida passa a ser uma mercadoria. É necessário refletir minuciosamente sobre o sistema de mercadoria, uma consequência da crise estrutural do capitalismo neoliberal. Quando se insere na dinâmica de um sistema econômico que trata os alimentos apenas como meras mercadorias, o valor simbólico que esses produtos possuem se perde. As tradições que anteriormente eram estabelecidas através de uma conexão profunda entre os alimentos e a terra, promovendo a valorização das relações sociais são gradualmente desvalorizadas. O que também evidencia o racismo alimentar, pois uma de suas facetas é a negação ao sagrado que o alimento tem nas tradições e religiões de matrizes africanas.

Nesta perspectiva, a escolha dos alimentos que são mais consumidos não se fundamenta apenas no valor nutricional do alimento, mas sim se aquele alimento se adequa às exigências do mercado industrial. Essa lógica mercadológica prioriza a produção em massa e a maximização do lucro, produzindo assim implicações na qualidade dos alimentos disponíveis no mercado. Essa abordagem de produção frequentemente resulta em uma oferta de alimentos mais baratos, mais simples de produzir e consequentemente inferiores em qualidade, o que ocorre é que esses alimentos não necessariamente atendem às necessidades nutricionais da população (Cabral *et al.*, 2024; Ribeiro, 2019).

Como pontuado por Castro (2022), quando o autor aborda a questão da fome parcial ou oculta, que ele descreve como sendo quando ocorre a falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, mesmo comendo todos os dias. É importante destacar que essas populações muitas vezes não se “deixam” morrer de fome, mas são “deixadas”, por não possuírem acesso à alimentação adequada e não ter políticas públicas eficazes de enfrentamento da fome.

Como pontuado anteriormente, a alimentação, embora desempenhe um papel essencial na manutenção e bom funcionamento do organismo, transcende a função nutricional, pois exerce um papel crucial na construção de laços comunitários e na expressão da identidade cultural. A prática alimentar fortalece e promove conexões entre pessoas, refletindo a importância do ato de comer como um ritual social. As tradições advindas dos povos da África, que são muitas vezes perpetuadas por povos de terreiro, o alimento dentro dessas tradições é compreendido de maneira holística. Há uma relação bonita em que o alimento é para além do corpo, é para a alma, para o espírito, o que simboliza o ciclo da vida e o respeito à natureza.

Entretanto, as tradições alimentares afro-diaspóricas enfrentam um processo de

apagamento, sendo corriqueiramente ultrapassadas pela lógica mercadológica que favorece a comensalidade europeia e a industrialização alimentar norte-americana. De acordo com Afrika (2013), essa dinâmica interfere diretamente na relação que a população negra em diáspora estabelece com os alimentos e os utensílios domésticos, configurando-se como um fato social. Essa discussão produzida neste trabalho levou a refletir sobre aspectos importantes da construção da identidade negra brasileira, primeiro, a maneira como essa população se percebe e se posiciona socialmente através da alimentação; e segundo, como suas escolhas alimentares estão intrinsecamente ligadas à sua história identitária.

Para contextualizar a discussão sobre o racismo alimentar dentro do território cearense, apresenta-se os dados do IPECE e do IBGE sobre a extrema pobreza na capital. É válido reafirmar a relação intrínseca entre fome e pobreza, os territórios mais afetados pela pobreza, são consequentemente os territórios em que possuem uma situação alimentar também preocupante. Segundo esses dados, entre os anos de 2012 e 2023, a extrema pobreza caiu 5,1 pontos percentuais no Ceará. No mesmo relatório o IPECE indica que a extrema pobreza caiu significativamente mais em zonas rurais, no período pós-pandemia, e que isso foi resultado do aumento no valor das transferências dos programas sociais.

No entanto, em comparação com a Região Metropolitana de Fortaleza, entre 2021 e 2023, o número de pessoas na extrema pobreza cresceu 14,6%. Somente em 2023, o número de extremamente pobres na RMF cresceu 23,4%, significando um aumento de quase 60 mil pessoas. A RMF concentrava 14,8% do total da população cearense em extrema pobreza em 2012. Esse percentual aumentou para 35,9% em 2023.

De acordo com o Perfil Municipal de Fortaleza, O Mapa da Extrema Pobreza, desenvolvido pelo IPECE em 2012, apresenta que 4 bairros que compõem o Grande Bom Jardim são bairros com maior intensidade de pessoas na extrema pobreza, sendo eles Granja Lisboa, Canindezinho, Granja Portugal e Siqueira. Um ponto interessante que o perfil levanta é que os bairros com piores índices de pobreza na capital se localizam nas extremidades do território de Fortaleza. O Grande Bom Jardim, como citado anteriormente, surgiu do crescimento urbano da cidade de Fortaleza na década de 1930, os bairros se localizam nas extremidades do território da capital, o que provocou um crescimento sem planejamento em direção a essas regiões periféricas, o que intensifica o surgimento das favelas e dos aglomerados urbanos.

Ainda trazendo esse contexto atual sobre os dados referentes a pobreza extrema no Ceará, segundo o IPECE (2024), o Ceará apresentou uma redução de 30,7% no número de pessoas em extrema pobreza entre os anos de 2012 e 2023, com destaque para o momento

pós- pandemia (2021-2023), no qual essa redução foi ainda maior de 40,6%. No entanto, é importantíssimo ressaltar que essa redução não se repetiu na capital. Fortaleza seguiu na contramão dessa tendência estadual, registrando um aumento contínuo da extrema pobreza, sobretudo nos últimos dois anos. O documento destaca que, em 2023 a cidade atingiu o maior número absoluto de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza internacional (U$2,15 por dia ou R$ 211,06), apresentando um dado assustador de que coloca aproximadamente 172 mil fortalezenses em situação de extrema pobreza, destacando a relação da pobreza e a fome para apresentação desses dados.

Segundo o IPECE (2024), essa concentração da pobreza na capital se dá por conta de um deslocamento geográfico importante. Como o informe é construído a partir de uma série histórica, apresenta que enquanto em 2012 Fortaleza concentrava 8,7% de toda a população em extrema pobreza do estado, esse número saltou para 19,6% em 2023, o que evidencia a cidade como o principal polo de pobreza do estado. Sobre a espacialização geográfica da pobreza na capital, o relatório não apresenta dados desagregados por regionais, é possível identificar as áreas mais afetadas com base em estudos anteriores e na distribuição histórica da vulnerabilidade socioeconômica em Fortaleza, bairros que compõem o Grande Bom Jardim estão inseridos em contextos de precariedade habitacional, insegurança alimentar e exclusão de políticas públicas.

Neste ponto, trazendo uma relação do relatório com o trabalho de Oliveira (2019), esses territórios coincidem com as áreas de maior concentração da população negra, compondo assim os territórios negros urbanos de Fortaleza, nestes territórios, a pobreza se caracteriza não apenas como uma condição material, mas como uma expressão da estrutura racista que nega o direito a cidade, ao alimento e a dignidade. Portanto, é importante destacar que esses dados apresentados nesta etapa são necessários para compreender como a fome urbana se espacializa na capital cearense, tendo em vista que não há dados produzidos sobre a fome em si na cidade, por isso é importante entender que a fome não é um fenômeno isolado, mas que está diretamente vinculado à distribuição desigual da extrema pobreza, com a distribuição desigual ao acesso a terra, ao saneamento básico, ao acesso a água e outros fatores.

Ao investigar sobre a distribuição geográfica das Unidades Produtoras de Refeição (USPR), ou cozinhas comunitárias, tentando compreender os critérios adotados para a distribuição espacial das unidades, observa-se a grande desigualdade social característica do território da capital. Tendo os bairros como unidades de planejamento, esse recorte espacial demonstra significativas desigualdades sociais no seu interior, Silva (2012) cita que a elevada

desigualdade espacial de renda na cidade de Fortaleza está diretamente associada com tensões sociais interbairros, bem como entre bairros, em virtude da necessidade de uma maior oferta de serviços públicos, geração de empregos e melhoria da infraestrutura urbana nas áreas periféricas do município. Com essa demonstração de dados, começa-se a traçar uma relação entre alimento-território.

O que se observa, trazendo a luz às discussões estabelecidas no estudo sobre territorialidades e nutricídio de Almeida (2023), é que os mecanismos de expulsão de comunidades negras e indígenas para a produção do agronegócio e para a expansão dos grandes centros urbanos, não são casos isolados. Ribeiro e Lima (2024), fazem um estudo sobre raça e terra: as implicações do racismo fundiário na segregação urbana de Fortaleza, é importante contextualizar que o racismo alimentar está vinculado à falta de acesso à terra. Segundo as autoras, a configuração do uso da terra, como mercadoria, tanto rural quanto urbana, no contexto brasileiro é influenciada por dois eventos ocorridos em 1850. Primeiro a Lei Eusébio de Queiroz, que delimitou o fim oficialmente do tráfico de escravizados no país, isso teve um impacto significativo na economia, tendo em vista que era uma atividade fundamental.

O segundo evento, descrito no estudo, é a concretização da Lei de Terras, que transfere o caráter de mercadoria que era atribuído ao escravizado africano para a terra (Garcia, 2006). Ainda segundo o estudo, iniciou-se um momento de intensos conflitos territoriais, relacionados à posse e a propriedade das terras, um processo que persiste até os dias atuais. É correto afirmar que esses eventos não apenas transformaram a dinâmica da propriedade da terra, como também refletem e fortalecem as desigualdades sociais e raciais, que ainda persistem do período escravocrata na sociedade brasileira.

Corroborando com o mito da democracia racial, a Lei de Terras não proibia efetivamente o acesso dos negros à terra, no entanto o governo brasileiro evitava mencionar a raça. Ou seja, a discriminação ocorre no silêncio da estrutura jurídica, pois atribui o direito de propriedade privada àqueles somente aos que poderiam pagar. É crucial destacar que após o fim da escravidão, a legislação não garantiu condições de cidadania e de direitos sobre o acesso à terra para a população negra. Esse contexto histórico, fortalece o atual cenário da concentração de terras (Gomes, 2019; Ribeiro e Lima, 2024).

Trazendo essa discussão para o contexto cearense, a escravidão no Ceará, como a ocupação do estado, ocorreu de forma tardia, como afirma Sobrinho (2011). Inicialmente no período do Brasil Colônia a mão de obra escravizada era a indígena, posteriormente passou a ser proibido por lei, dando início ao tráfico de escravizados africanos. Sobrinho (2011),

destaca que a primeira diáspora ocorre advinda da esperança do ouro no Cariri cearense, com uma maioria de angolanos e congoleses. Com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, deu-se início a uma nova prática comercial entre os estados e os municípios.

Na conjuntura das grandes secas, o Ceará se tornou o segundo maior exportador de pessoas escravizadas para as regiões do Sul e do Sudeste. Conrad (1978 *apud* Ribeiro e Lima, 2024), afirma que temendo implodir o sistema escravagista com a migração massiva, em 1880, o Governo de São Paulo decidiu taxar a exportação de escravizados. No entanto, a ação teve um efeito inverso ao pretendido, segundo o autor o valor dos escravizados nas províncias exportadoras iria diminuir e, então, essas províncias ficariam fortemente em favor da abolição. E nesse ponto é importante pontuar que abolição se deu no Ceará em 1884, não por um movimento humanitário de liberdade, mas sim como um movimento econômico, pois não se mostrava mais lucrativo manter o sistema, mesmo com as inúmeras revoluções contra o sistema escravagista no estado.

O momento pós-abolição é favorável ao apagamento da população negra na história do Ceará, pois torna-se uma incógnita, tendo em vista que são quase nulos os registros do que aconteceu com essa população nesse período. Entende-se que houve um apagamento frente para onde foram e como atuaram politicamente na história, tanto que fomenta a ideia da invisibilização do negro no Ceará, questionando a existência da população negra e a importância da escravidão no estado até os dias atuais. Em uma seção anterior desta pesquisa, apresentei o processo de modernização de Fortaleza, esse processo corrobora com o apagamento efetivo dos traços e marcadores culturais da população negra no centro de Fortaleza.

Quando os escravizados deixaram de ser "úteis" no centro da cidade e passaram a ser compreendidos como trabalhadores, agregados, criados, mas sempre na posição de subalterno, são expulsos do centro da cidade. Isso se torna evidente quando o espaço que a população negra pode ocupar são as periferias, a saída é "aquilombar-se nas favelas." Todo esse histórico se torna necessário para que se possa compreender que a formação dos territórios periféricos de Fortaleza tem relação direta com racismo como uma força estruturante na formação dos espaços urbanos. Cabral., *et al* (2024), destaca:

> Do quilombo às favelas, símbolo estético e político da exclusão, temos a imagem que não deixa esquecer que o capitalismo, grosso modo, gera fome e insegurança alimentar. Para ele, é lucrativo obliterar qualquer indicativo que ateste a existência de periferias, e esse processo parece ser constantemente ratificado a partir de práticas predatórias como a destruição criativa e identitária, o nutricídio e o racismo alimentar, o genocídio da população negra, entre outras (Cabral *et al.*,

2024).

No âmbito espacial, o que se destaca é as dificuldades encontradas pelos moradores das favelas, comunidades e bairros periféricos no acesso a alimentos, primordialmente alimentos saudáveis e nutritivos. Essa população, tanto em áreas urbanas quanto em rurais, muitas vezes não possuem capital para produzir seus próprios alimentos, o que os mantém reféns de consumir opções alimentares disponíveis que, em geral, são de baixa qualidade nutricional. Outro ponto importante que o estudo de Cabral *et al*., (2024), é como a população negra e periférica é afetada por doenças como hipertensão e diabetes, por conta dos alimentos disponíveis muitas vezes serem ricos em gorduras saturadas, sódio e açúcar.

Por esse motivo, Afrika (2013), conceitua o nutricídio estabelecendo uma relação com os conceitos de genocídio da população negra, necropolítica e racismo estrutural, pois enfatiza a ameaça de morte em grande escala da população negra, pobre e periférica. Esse contexto apresentado pelo autor, é resultado da inserção dessa população em um sistema alimentar que é, primordialmente, colonialista, eurocêntrico e norte-americano. Ou seja, o conceito de nutricídio/racismo alimentar expõe esse genocídio alimentar que afeta a população negra, em África ou em diáspora. Novamente, é interessante destacar que esse processo se manifesta através da fome, mas não se restringe a ela, o surgimento de doenças relacionadas à falta de alimentação adequada, também é uma característica desse genocídio.

Como o racismo é um fator estruturante para o capitalismo, o genocídio da população negra está presente em diversas faces dessa estrutura. A alimentação inadequada não compromete apenas a saúde da população negra, mas evidencia um histórico de opressão e marginalização. Um exemplo dessa opressão e desse apagamento é o apagamento da cultura alimentar africana, que inclui alimentos tradicionais e práticas coletivas de produção. Reconhecer e valorizar essas tradições é uma maneira de resistência e de luta contra essas desigualdades (Afrika, 2013).

Por fim, é crucial destacar a necessidade de reconhecer como as questões raciais influenciam os sistemas alimentares, o acesso e a qualidade da alimentação. Ainda em seu estudo, Afrika (2013) argumenta que o sistema alimentar influenciado apenas por perspectivas europeias e norte-americanas, têm ocasionado danos significativos à população negra. Além disso, destaca que essas agressões não se limitam apenas à falta de acesso aos alimentos, sobretudo saudáveis, mas estão presentes em formas sutis do racismo que permeiam as relações entre saúde, território e alimentação. Em consequência disto, ressalta-se a urgência de abordar essas questões para que se possa promover uma compreensão mais

clara das desigualdades alimentares que afetam a população negra.

4.2 A cor e o sexo da Fome: a interseccionalidade no Racismo Alimentar

Ao iniciarmos esta seção é primordial destacar que a interseccionalidade foi usada neste trabalho como perspectiva teórica metodológica, isso quer dizer que entende-se que esse conceito não é apenas um tema de estudo, mas uma abordagem que norteia tanto a interpretação da realidade quanto a forma de conduzir a pesquisa. Teoricamente, a interseccionalidade permite compreender como as categorias sociais como raça, gênero, classe, sexualidade e entre outras não operam de forma isolada, mas cruzadas e produzem experiências de opressão e privilégio. Ao pensar metodologicamente, ela provoca uma investigação que leva em consideração essas múltiplas camadas das desigualdades em todas as etapas da pesquisa. Ao fazer uso desta perspectiva é necessário reconhecer que não há sujeitos universais, exigindo práticas analíticas e investigativas sensíveis à complexidade dessas intersecções (Crenshaw, 1991; Collins e Bilge, 2021)

No entanto, é primordial destacar que apesar de ser uma forte possibilidade analítica, a perspectiva interseccional apresenta dificuldades significativas nesta pesquisa, mas nas pesquisas como um todo. Uma das principais preocupações está na complexidade de instrumentalizar as múltiplas categorias de análise simultaneamente, sem reduzir as experiências a uma simples soma de opressões. Outro ponto importante para destacar é a dificuldade na obtenção de dados específicos sobre cada categoria, essa na verdade é uma dificuldade muito séria nas pesquisas sobre fome, há inexistência de dados concretos e as maneiras que precisamos fazer para compreender o fenômeno, ainda mais levando em consideração as categorias de análise interseccionais.

E por fim , há a dificuldade política e epistemológica, é válido destacar que quando se adota uma perspectiva interseccional se questiona saberes hegemônicos e é necessário enfrentar resistências institucionais que privilegiam abordagens universalistas e “neutras”, Kilomba (2019) evidencia que quando acadêmicos brancos reivindicam um discurso neutro e objetivo, eles não reconhecem o fato de que eles também escrevem de um lugar específico que, certamente não é neutro, nem objetivo, nem universal, mas dominante. É um lugar de poder. É necessário destacar que apesar de questionar esses saberes, eles não são desvalorizados, apenas amplificados. Essas abordagens, neutras e universais, invisibilizam sujeitos historicamente marginalizados. Nesta seção farei uma breve discussão sobre o conceito de interseccionalidade e apresentarei os dados sobre a cor e o sexo da fome.

Segundo Crenshaw (1991), no artigo "*Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color*", a interseccionalidade pode ser compreendida com uma ferramenta analítica crítica que busca tornar visíveis as formas sobrepostas de opressão vivida por mulheres de cor, se faz necessário destacar que esta é a forma como falam sobre mulheres racializadas no contexto norte-americano, especialmente no contexto da violência de gênero. Nesse texto, a autora analisa como a experiência de mulheres negras e de outras mulheres racializadas são marginalizadas tanto nos discursos feministas quanto nos antirracistas, por não serem apenas mulheres e não serem apenas negras, não se enquadram em nenhuma dessas categorias quando tratadas isoladamente.

Aprofundando as discussões sobre o termo, Collins e Bilge (2021), aprofundam as discussões sobre o conceito constituindo a interseccionalidade como uma ferramenta analítica e uma prática crítica que permite compreender como diferentes sistemas de opressões como racismo, sexismo e o classicismo e outras formas de dominação operam de forma entrelaçada na produção das desigualdades. É interessante observar como ambas as obras apresentadas aqui têm essa preocupação de que a interseccionalidade não seja compreendida como apenas uma simples soma das opressões, mas como modo de entender como essas categorias se constrói mutuamente e estruturam desigualdades complexas e persistentes.

Ao abordar a interseccionalidade na investigação feita nesta pesquisa sobre a fome nos territórios negros e as estratégias de enfrentamento ao fenômeno da fome, é possível compreender que a fome não pode ser explicada isoladamente por questões econômicas ou nutricionais, mas que deve ser investigada a partir das relações de raça, gênero, classe e território. Pensando os espaços urbanos e rurais marcados por uma exclusão histórica da população negra sobretudo as mulheres negras, a interseccionalidade se apresenta de maneira essencial para elucidar como o racismo estrutural, a distribuição de terras desigual, a negligência das políticas públicas e a desvalorização dos saberes tradicionais e ancestrais produzem experiências distintas de fome e de resistência.

Para além disso, evidencia-se que ao utilizar a interseccionalidade para investigar a fome em territórios negros e as estratégias de enfrentamento ao fenômeno, significa reconhecer que a fome não é apenas uma questão econômica ou nutricional, mas que na verdade é um fenômeno atravessado por relações raciais, de gênero, classe e território. Considera-se como o racismo atua na desigualdade do acesso à terra e aos alimentos saudáveis, reconhecendo como mulheres negras, mas sobretudo mulheres racializadas, enfrentam a fome com saberes e redes comunitárias. Durante os meses de observação nas reuniões de articulação da Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim, foi possível observar que em sua maioria a liderança das

cozinhas eram mulheres negras, grande parte dos líderes das cozinhas são pessoas negras.
No entanto é necessário destacar que a questão racial não é uma pauta que seja debatida com frequência em reuniões de articulação da rede, minha percepção enquanto observadora é que a rede tem consciência da importância da questão racial no debate sobre o acesso a alimentação, mas que esse não é o foco principal das discussões tendo em vista os debates mais urgentes, como a manutenção e os meios para continuar se articulando para o enfrentamento ao fenômeno. Neste ponto, destaco os escritos de Hooks (2018) em "O feminismo é para todo mundo", pois a autora constrói uma visão acessível, inclusiva e interseccional do feminismo voltado para a justiça social. Para além disso, a autora propõe que o feminismo não pode ser compreendido apenas como um discurso acadêmico ou elitista, mas sim como um movimento político capaz de transformar vidas concretas.

Desse modo, a compreensão que obtive através da observação articulada com as leituras que fiz para o desenvolvimento da pesquisa é que as estratégias de enfrentamento ao fenômeno da fome precisam ser pensadas de forma interseccional e coletiva, sobretudo com base nos saberes locais e no fortalecimento das lutas comunitárias. E que por vezes certos debates não precisam ser acadêmicos para serem responsáveis por criar possibilidades para a transformação das estruturas sociais.

Para finalizarmos esse breve debate sobre o conceito de interseccionalidade é necessário pensar como o termo chega nas pesquisas e práticas na América Latina, mas sobretudo no Brasil. A antropóloga Lélia Gonzalez propõe, ao criticar a forma como o feminismo branco e o marxismo ortodoxo invisibilizam as experiências das mulheres negras, o conceito de "amefricanidade", um categoria política-cultural que reconhece a existência de uma experiência comum entre povos afrodescendentes da América Latina e o Caribe. Este conceito criado pela autora por si só apresenta uma forma interseccional, pois pensa a partir da vivência das mulheres negras (Gonzalez, 2020).

Outras muitas intelectuais negras como Sueli Carneiro e Carla Akotirene se inspiram nos escritos de Gonzalez para pensar como a interseccionalidade se apresenta enquanto uma perspectiva teórica-metodológica. Akotirene (2020) chama a atenção para que a interseccionalidade não seja tratada apenas como moda acadêmica, mas sim com compromisso, pois é um importante instrumento de diagnóstico das estruturas de poder, muito necessário para formular políticas públicas justas e inclusivas. A autora coloca que a interseccionalidade é uma metodologia forjada nos aquilombamentos, experiência de análise, denúncia e enfrentamento do colonialismo em sua extensão moderna: o racismo (Akotirene, 2020.)

Por fim, considero importante destacar que quando a Geografia enquanto ciência,

reconhece que o espaço não é neutro, passa a considerar que as relações sociais são racializadas e atravessadas por múltiplas opressões, o que torna possível aproximar a interseccionalidade dentro das pesquisas. E com isso rompe com paradigmas eurocêntricos e racistas, o que permite a construção de uma ciência mais comprometida com a justiça social. Além disso, através essa perspectiva teórica amplia as possibilidades para compreender que o que está sendo debatido nesta pesquisa, a fome, os territórios negros e as estrátegias de enfrentamento, articulando a teoria com práticas populares (Cirqueira e Santos, 2023; Silva e Ornat, 2023).

Neste ponto, concluindo a discussão estabelecida sobre o conceito, apresentarei os dados recentes sobre a fome, pensando os recortes interseccionais. É importante destacar que não há dados específicos sobre a fome no território do Grande Bom Jardim, para compreender o fenômeno em Fortaleza é necessário fazer uma leitura dos dados nacionais, regionais, estaduais e dos dados municipais, dados esses relacionados a moradia, a renda, e empregos formais e informais, a situação alimentar dos domicílios, para conseguir fazer uma compreensão do fenômeno, isso foi encarado como uma dificuldade da pesquisa, mas sobretudo uma falta das políticas públicas em produzir dados importantes e necessários para a compreensão do fenômeno da fome e da desigualdade racial no Brasil.

Como construído durante ao longo desta pesquisa, a fome é um fenômeno que se relaciona com a pobreza, o acesso ao mercado de trabalho é um indicador importante para compreender que a falta de renda prejudica o acesso a alimentação. Segundo dados do IBGE (2022), os índices de desocupação em 2021 evidenciam um cenário de vulnerabilidade mais acentuada entre pessoas pretas e pardas, enquanto a taxa de desocupação de pessoas brancas foi de 11,3%, esse número foi de 16,5% entre pretas e de 16,2% entre pardas. A informalidade também se apresenta com maior intensidade sobre essas populações, segundo o estudo. Em 2021, enquanto a taxa média nacional de informalidade era de 40,1%, ela era de 32,7% entre brancos,
$3,4% entre pretos e 47,0% entre pardos.

Desse modo se faz necessário destacar o que o mesmo estudo apresenta sobre os índices da pobreza, os dados apresentados no estudo demonstram profundas disparidades, eles utilizam as linhas da pobreza do Banco Mundial, em 2021, a taxa da pobreza, o que identificam como renda inferior a U$5,5o diários ou R$ 485 mensais per capita, foi de 18,6% para brancos, mas alcançou 34,5% dos pretos e 38,4% dos pardos. Na extrema pobreza, o que identificam como sendo a renda inferior a U$1,90 diários ou R$168 mensais per capita, os índices indicaram que 5,0% entre branco, 9,0% entre pretos e 11,4% entre pardos se encontram em extrema pobreza. Para além disso, é válido destacar outros pontos importantes que escancaram essa

disparidade da desigualdade social por raça no Brasil, outro ponto destacado no estudo que é importante destacar é a questão da moradia digna, pretos e pardos apresentam os maiores índices de insegurança na posse e informalidade da propriedade. Entre moradores de domicílios próprios 20,8% dos pardos e 19,7% dos pretos residem em imóveis sem documentação legal. Além disso o estudo destaca dados sobre a violência, levando em consideração a Pesquisa Nacional da Saúde (2019), o estudo apontou que 20,6% das pessoas pretas e 19,3% das pardas sofreram violência física, psicológica ou sexual no ano de 2020, Entre os índices as mulheres negras, 21,3%, sofreram algum dessas formas de violência.

Neste ponto evidenciando os dados disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua (2023), destaca-se a participação das mulheres como responsáveis pelo domicílio é maior que a participação dos homens, as mulheres são responsáveis em 51,7% dos domicílios, enquanto os homens são responsáveis por 48,3%. No entanto, quando se observa a situação alimentar, se o domicílio estiver em segurança alimentar essa situação se inverte. A participação dos domicílios em insegurança alimentar quando a responsável era mulher foi de 59,4%, valor maior que o de domicílios cujo o responsável era homem (40,6%).

Ao considerar o recorte racial, mais uma vez se mostra um fator importante para a avaliação de um indicador socioeconômico brasileiro. No Brasil, 42,0% dos responsáveis pelos domicílios são da cor ou raça branca, 12,0% são da cor ou raça preta e 44,7% são da cor ou raça parda. No entanto, considerando apenas os domicílios em condição de segurança alimentar, a maior parcela é encontrada nos domicílios cujo responsável foi de cor ou raça branca, 46,9%. Ao passo que para os domicílios com responsáveis de cor ou raça preta e parda, a participação foi de 10,7% e 41,0%, respectivamente. No contexto da insegurança alimentar, os domicílios com responsáveis de cor ou raça branca eram 29,0% e os de cor ou raça preta 15,2%, e parda, 54,4%. Para casos de insegurança alimentar grave a participação de domicílios com pessoa responsável de cor ou raça parda passa para 58,1%, mais que o dobro da parcela que representa os domicílios cujo responsável é de cor ou raça branca, 23,4%.

Ao direcionar as investigações para um contexto mais estadual, tendo em vista que esse é o caminho necessário para que se possa traçar uma compreensão do fenômeno com mais clareza, compreendendo as dificuldades em relação aos dados de forma mais específica, obtive com base na pesquisa sobre Desigualdades Sociais por Cor e Raça no Brasil, segundo o IBGE 2022 dados que apresento na tabela a seguir para melhor visualização **(Tabela 1)**.

Tabela 1- Dados sobre renda per capita no Nordeste

Tabela 1 - Total e proporção de pessoas, por classes de rendimento mensal real domiciliar per capita selecionadas, e cor ou raça, segundo as Unidades da Federação (Nordeste) - Brasil - 2021												
UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Total (1 000 pessoas)			Proporção de pessoas por classes de rendimento mensal real domiciliar *per capita* (%)								
				Até US$ 1,9 PPC 2011 (1)			Até US$ 3,2 PPC 2011 (1)			Até US$ 5,5 PPC 2011 (1)		
	Total	Cor ou raça		Total	Cor ou raça		Total	Cor ou raça		Total	Cor ou raça	
		Branca	Preta ou parda		Branca	Preta ou parda		Branca	Preta ou parda		Branca	Preta ou parda
Ceará	9 231	2 359	6 801	15,1	12,4	16,1	27,3	23,5	28,7	46,8	38,8	49,7
Rio Grande do Norte	3 561	1 394	2 157	13,7	9,9	16,0	24,0	18,4	27,5	43,2	35,6	48,0
Paraíba	4 037	1 305	2 708	15,6	14,4	16,2	27,8	24,6	29,4	47,4	42,6	49,9
Pernambuco	9 615	2 999	6 526	18,7	16,1	19,7	30,4	25,9	32,4	51,0	44,0	54,2
Alagoas	3 358	949	2 377	15,6	15,5	15,7	28,0	26,5	28,7	51,7	47,1	53,6
Sergipe	2 337	514	1 815	13,6	10,6	14,5	26,2	22,3	27,3	47,7	40,0	49,9
Bahia	14 952	2 802	12 011	15,8	14,0	16,2	26,3	23,3	27,0	46,5	42,4	47,5

Dados referente a distribuição de renda, levando em consideração a Cor e a Raça, segundo a pesquisa sobre Desigualdades Sociais por Cor e Raça.
Fonte: IBGE, 2022. **Elaboração:** Autora.

A partir do que foi apresentado nesta tabela, se pode compreender como há uma disparidade entre pessoas brancas e pessoas negras em relação à renda no Ceará. A maior parte da população em situação de pobreza ou extrema pobreza é negra, o que reforça a vulnerabilidade dessa população. Os dados mostram que a pobreza no Ceará tem cor, mesmo em territórios marcados pela vulnerabilidade econômica generalizada, como é o caso do Nordeste, a pobreza permanece racialmente desigual.

Relacionando esses dados com os dados da PNAD sobre a segurança alimentar, 60,6% dos domicílios brasileiros em que se apresenta Insegurança Alimentar grave tinham mulheres como responsáveis, enquanto os dados sobre trabalho informal apresentam as mulheres negras como extremamente representadas no trabalho informal ou sub-remunerado, como o trabalho doméstico, relacionando esses dados, compreendendo que a comida é uma mercadoria e é preciso ter renda para ter acesso, é correto compreender que o racismo alimentar atinge de maneira desproporcional mulheres negras.

De acordo com o IPECE (2024), em uma pesquisa de monitoramento do Programa Ceará Sem Fome, Fortaleza concentra 32,8% das famílias beneficiárias das cozinhas comunitárias do programa, sendo o município com maior número de atendidos no estado. A maioria dessas famílias vivem em áreas urbanas (97,7%) e em domicílios considerados particulares permanentes. No entanto, o relatório destaca que apesar da localização urbana, muitos desses domicílios apresentam condições de infraestrutura precária, apenas 44,6% têm esgoto sanitário por rede coletora e 33,5% ainda utilizam fossa rudimentar.

Sobre o perfil social dos beneficiários do programa, é crucial destacar a intersecção entre

fome, raça e gênero, pois 62,2% são mulheres e 89,1% se autodeclaram pretas ou pardas. A maior parte da população atendida se encontra em idade ativa (15 a 59 anos), com uma presença significativa de jovens adultos (20 e 29 anos), mas com baixo nível de escolaridade formal, a pesquisa destaca que apenas 21,5% possuem ensino médio completo.

Ao se deparar com esses dados fica evidente um perfil majoritariamente urbano, feminino, negro, jovem-adulto e com baixo nível de escolaridade. Algo que já vinha sendo desenhado na pesquisa da Rede Penssan em 2022, o que reforça a importância das políticas de enfrentamento a fome, mas sobretudo das estratégias e organizações sociais, como a Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim, além disso indicam a necessidade de ações estruturais de acesso à moradia digna, saneamento, oportunidades de trabalho e renda. Esses dados mostram como o fenômeno da fome não é apenas um problema socioeconômico, mas perpassado pela questão racial e gênero. Compreender que historicamente a população racializada é empurrada para territórios onde faltam políticas de abastecimento alimentar, acesso à terra, condições de moradia e saneamento básico.

Assim, uma organização social como a Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim atua como uma estratégia de enfrentamento emergencial a fome, compreendendo que as marcas do racismo alimentar impedem o pleno acesso à alimentação adequada a populações racializadas.

4.3 Evidenciando as estratégias de enfrentamento a fome da população negra em Fortaleza

Nesta seção busco articular as reflexões construídas ao longo da pesquisa, relacionando os aprendizados adquiridos na revisão bibliográfica, das discussões teóricas, mas sobretudo com o que foi aprendido e desenvolvido no campo com as entrevistas e as observações nas reuniões da Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim. Esse trabalho se debruçou em investigar as estratégias da população negra ao enfrentamento ao racismo alimentar, compreendendo como a fome se expressa nos territórios negros urbanos e como as políticas públicas de enfrentamento têm se estruturado, mas sobretudo o quanto têm deixado de se estruturar diante das desigualdades históricas marcadas pela raça, o gênero e classe.

Essa etapa da pesquisa propõe um resumo crítico do que foi aprendido nas

leituras com o que foi vivenciado e sistematizado em campo com a Rede de Cozinhas Comunitárias e principalmente com as cozinhas que foram entrevistadas durante a pesquisa. Mas do que apresentar o que foi coletado como dados científicos, essa seção visa evidenciar como essa rede constitui uma importante estratégia coletiva de enfrentamento à fome em Fortaleza , que se sustenta na ancestralidade e na organização comunitária.

Na subseção a seguir, será apresentado o histórico a Rede de Cozinha Comunitárias do Grande Bom Jardim com o histórico, como se organizam, que cozinhas fazem parte da rede e onde se localizam, além de apresentar de forma mais específica as cozinhas que foram visitadas e entrevistadas, é válido destacar que as cozinhas escolhidas para serem visitadas, foram cozinhas que são vinculadas a terreiros de religiões de matrizes africanas, essa escolha surgiu da necessidade de entender como o racismo se infiltra nesses espaços, tendo em vista que uma das facetas do racismo alimentar é o apagamento das tradições alimentares ancestrais. Mais do que um compilado de dados, essa parte apresenta as experiências, as escutas e os registros que evidenciam a estratégia coletiva de enfrentamento ao racismo alimentar, destacando os saberes populares e ampliando as vozes do território.

4.3.1 Rede de cozinhas comunitárias do Grande Bom Jardim

A Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim se apresenta como uma rede periférica e territorializada composta por 24 cozinhas comunitárias, que foi criada no dia 20 de maio de 2022, é importante ressaltar que a existência da Rede de Cozinhas é anterior ao Programa Ceará Sem Fome que foi instaurado em 2023, a rede atua na captação de insumos para produção e distribuição de comida para população em situações de fome, resultado de um crise nacional do desmanche de políticas públicas e os impactos da pandemia da Covid-19 **(Figura 3).**

Figura 3- Slogan da rede de cozinhas comunitárias do Grande Bom Jardim

Fonte: Cozinhas Comunitárias GBJ (2022).

Essa organização da Rede de Cozinhas Comunitárias surge a partir do "Mapeamento Participativo de Enfrentamento à fome do Grande Bom Jardim", a pesquisa sistematizou o crescimento orgânico das cozinhas comunitárias, destacando o papel histórico do movimento popular e comunitário do território do Grande bom Jardim no enfrentamento à fome, sendo assim apresentando a Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim como uma estratégia de enfrentamento à fome, tendo como base o que foi discutido ao longo deste trabalho, compreendendo que a fome atinge de maneira desproporcional populações racializadas, a Rede se apresenta como uma importante estratégia de enfrentamento ao racismo alimentar em Fortaleza (Machado *et al.,* 2022).

O Mapeamento Participativo de Enfrentamento à Fome do GBJ foi realizado de maneira colaborativa pelo Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDHS), Grupo Diálogos de Extensão e Pesquisa Interdisciplinares (DIÁLOGOS), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Universidade Federal do Ceará por meio do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Geografia da alimentação (NUPEGA), além de contar com a participação direta de lideranças das cozinhas comunitárias e entidades locais (Machado et al., 2022).

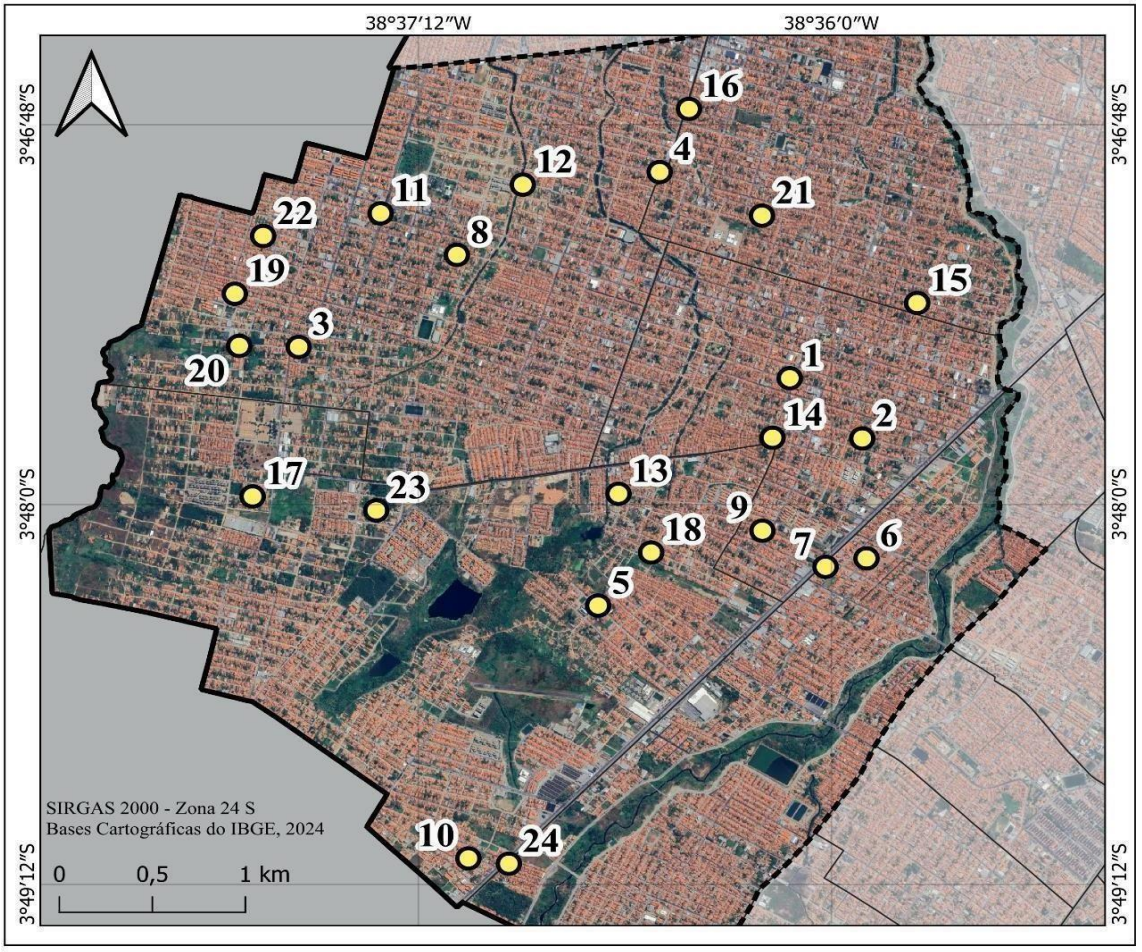
Sobre a metodologia de organização do diagnóstico é importante destacar que foram

realizadas visitas de campo e imersões em 19 cozinhas comunitárias, além de oficinas de cartografia social e rodas de diálogo, mapas participativos foram produzidos com a identificação das áreas de maior impacto da fome no território. Esse diagnóstico produzido pelo mapa destacou que o GBJ é um dos territórios com maior vulnerabilidade social e situações de fome em Fortaleza. Destacando que as cozinhas atendem diretamente comunidades em situações de fome grave, em regiões com quase nenhum suporte do Estado, além de ser composta e liderada por mulheres negras, lideranças religiosas diversas (católicas, evangélicas e religiões de matrizes africanas), juventude periférica, pessoas LGBTQIAPN+, entre outros sujeitos que compõem populações marginalizadas (Machado *et al.,* 2022).

As observações realizadas a partir da participação direta nas reuniões mensais de articulação da Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim, entre abril e julho de 2025, permitiu observar a materialização das informações apresentadas no Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do GBJ. As reuniões são realizadas regularmente no segundo sábado de cada mês e tende a ter um número significativo de participação, das 24 cozinhas, 16 a 14 são regulares nas reuniões, o que demonstra a solidez da organização territorial das cozinhas e a capacidade de funcionar em rede de modo colaborativo.

A seguir, apresenta-se o mapa com a distribuição territorial das Cozinhas Comunitárias que compõem a Rede no território do Grande Bom Jardim, que foi produzido com base no Mapeamento de Enfrentamento a Fome, realizado pelo próprio território. Essa espacialização permite aprofundar a compreensão de como elas se articulam com as dinâmicas urbanas e sociais do território. Para além disso, ao evidenciar a localização destas cozinhas, o mapa auxilia na análise sobre o alcance e o impacto dessas cozinhas como estratégia de enfrentamento à fome, pois destaca que estás cozinhas estão constantemente criando relações com esses territórios que são marcados pela vulnerabilidade socioeconômica **(Figura 4).**

Figura 4-Distribuição territorial das cozinhas comunitárias da rede no Grande Bom Jardim - Fortaleza



Distribuição territorial das cozinhas comunitárias que compõem a Rede no Grande Bom Jardim, segundo dados do site da Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim.

Fonte: IBGE, 2024. **Elaboração:** Luna e Santos, 2025.

Durante esse período, foi possível observar o interesse acadêmico em pesquisar a Rede, destacando inclusive a interdisciplinaridade das áreas como a Geografia, Gastronomia, Sociologia, vinculadas a universidades como a UNILAB e a UFC. O que evidencia a importância da Rede como um objeto de estudo e uma estratégia popular de enfrentamento à fome. Muitas dessas pesquisas estão dando retorno com publicações acadêmicas, mas também com produções que impactam sobretudo o território do Grande Bom Jardim, um desses trabalhos vai ser revertido em uma exposição de arte que vai compor o espaço do Centro Cultural do Grande Bom Jardim e essa organização foi coletiva.

Importante destacar que além das observações realizadas durante as reuniões mensais da Rede, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com o articulador da Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim e com lideranças das cozinhas vinculadas a terreiros de religiões de matriz africana. Essas entrevistas foram cruciais para compreender o funcionamento da rede, para aprofundar a compreensão sobre os desafios enfrentados no contexto do enfrentamento à fome, compreendendo a presença do racismo alimentar como uma expressão da desigualdade racial vivida nos territórios negros e periféricos.

As falas foram fundamentais para evidenciar que as cozinhas ligadas a terreiros não enfrentam apenas as dificuldades relacionadas à captação de insumos e manutenção cotidiana das atividades, mas também lidam com racismo e preconceitos históricos que atravessam as práticas alimentares e religiosas dessas comunidades. Com isso, neste ponto da pesquisa serão evidenciadas as discussões estabelecidas a partir da entrevista com o articulador da Rede de Cozinhas, cuja trajetória tem sido fundamental para o funcionamento e a consolidação da Rede como uma estratégia coletiva de enfrentamento à fome.

Iniciamos nossa entrevista conversando como o articulador chegou ao território do Grande Bom Jardim e como acabou por se tornar o articulador da Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim, sua chegada ao território tem relação com um diagnóstico que subsidiou a criação de uma rede através de uma ONG, a CDVHS, o processo da pesquisa aconteceu entre 2002 e 2004 e quando encerrou foi necessário que alguém ficasse para formar lideranças a partir de comitês populares sobre o diagnóstico, se apropriando dele para desenvolver uma política de desenvolvimento participativo. Essa rede que foi criada é a Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (DLIS), foram pouco mais de 20 anos de articulação, mobilização e imersão no território do Grande Bom Jardim, e com isso se criando uma relação de confiança com as lideranças.

O entrevistado evidencia que durante a pandemia começou a trilhar um caminho que

buscava trazer à luz as necessidades das periferias, isso ainda vinculado ao CDVHS, pois percebeu que a política pública sanitária estava se mantendo homogênea para toda a cidade e a realidade apresentada nos territórios não era essa, tendo em vista que em territórios periféricos o vírus teve um impacto muito maior pela facilidade de contágio. Nesta experiência a própria comunidade definiu que a fome seria ainda mais grave no pós-pandemia, com isso o comitê priorizou o enfrentamento à fome, com isso surgiu em 2022 o mapeamento participativo de enfrentamento à fome que foi o que iniciou a rede de cozinhas comunitárias. Além disso, é importante salientar que a criação da Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim não contou com nenhum incentivo governamental, o mapa foi uma organização social com o apoio da ong e das universidades e a Rede é uma organização popular.

Outro ponto destacado na entrevista foi a existência de cozinhas comunitárias anteriores à organização em rede. Pois, o que foi destacado é que a maior parte dessas cozinhas são vinculadas a associações de moradores, vinculadas a ongs ou a instituições religiosas, sejam católicas, evangélicas, espíritas ou a terreiros de religiões de matrizes africanas. Isso destaca a diversidade religiosa presente no território do Grande Bom Jardim. Além disso, em todas as entrevistas feitas evidenciou-se que a existência das Cozinhas Comunitárias é anterior ao programa Ceará sem fome e que antes do lançamento do Ceará sem fome muitos políticos visitaram e conversaram com a Rede, o que evidencia o papel crucial que a Rede tem no enfrentamento à fome.

Conversamos também sobre a forma de organização, todos os meses as lideranças das cozinhas se reúnem em um local escolhido na reunião anterior, no segundo sábado do mês e são debatidas as pautas importantes e necessárias para todos. Além disso, quando se tem demandas urgentes a Rede organiza reuniões extraordinárias de forma online. É importante salientar a compreensão que a Rede trabalha além do enfrentamento à fome, pauta políticas públicas para fortalecimento das cozinhas comunitárias e políticas de soberania e segurança alimentar. Nesses três anos, a única vez que não aconteceu a reunião no segundo sábado foi em 2024 por conta das eleições, segundo o articulador, reforçando o compromisso das lideranças com a organização da Rede.

Durante a conversa com o articulado e as observações nas reuniões mensais algo que foi interessante observar a evidente consciência crítica das lideranças sobre o lugar que ocupam nas disputas por visibilidade e legitimidade, tanto por parte de pesquisadores quanto de representantes do poder público. Demonstrando que compreendem que o interesse em torno da Rede não se dá apenas pela ação concreta de combate à fome, mas também na força de articulação, mobilização política e territorial. Além disso, outro ponto importante destacado na

entrevista é a respeito de como os políticos tratam políticas públicas de enfrentamento à fome como ações vinculadas aos seus mandatos, como políticas de governo e não políticas de Estado. É fundamental salientar que em contrapartida a isso, a Rede se reconhece como um movimento que funciona e persiste independente do mandato em vigor, o que fortalece a compreensão da Rede como uma organização popular e social.

Na entrevista questionei se a Rede tinha dados sobre a população beneficiada e quantitativos, os dados apresentados são a partir do Mapeamento Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim em 2022, que destaca que das 24 cozinhas, 15 alimentam 13.950 pessoas de 5.328 famílias e garantem uma produção anual de 187,6 mil refeições, na entrevista foi levantado que a Rede está trabalhando para atualizar esses dados, fazendo um levantamento de campo mesmo em visitas às cozinhas. Além disso, foi conversado sobre as dificuldades da articulação das cozinhas em Rede, foi apontado que há momentos em que a articulação é mais forte e em outros é mediana e mais fracas, foi apontado que uma das principais dificuldades é as relações já enraizadas com determinados políticos que vivem de mandatos porque criam relações de dependência com essas cozinhas e compreende que a resolução desse problema não é fácil, mas precisa de paciência, precisa manter as reuniões e manter as lideranças e as cozinhas informadas do seu poder social e político.

Durante essa entrevista foi discutido sobre o Ponto de Memória do Grande Bom Jardim e acreditei ser importante e relevante para essa pesquisa, tendo em vista toda a discussão que estabeleci sobre o território e os marcadores culturais. Segundo o entrevistado, atualmente o Ponto de Memória não possui um espaço físico, mas se mantém atuante nas redes sociais como um movimento comunitário territorial que lança mão da memória social, museologia comunitária, linguagem como instrumento político decolonial de afirmação territorial e de direitos. Esse movimento se organiza desde 2010. Se utilizam das memórias sociais para criar narrativas positivas e centrar as vozes das lideranças comunitárias do território nas tomadas de decisão. Uma das conquistas foi a eleição de Pai Neto Tranca Rua como Mestre da Cultura Cearense.

Por fim, quando questionado se a Rede poderia ser compreendida como uma estratégia de enfrentamento à fome, mesmo diante da ausência ou descontinuidade de apoio governamental, o entrevistado destacou que a atuação das cozinhas comunitárias é anterior à criação do Programa Ceará sem Fome, o que destaca que não é uma ação que depende exclusivamente de políticas públicas estaduais. Atualmente, 16 das 24 cozinhas da Rede estão vinculadas ao programa, a maior parte delas já desempenhavam esse papel muito antes de haver o apoio institucional e seguirá atuando mesmo que o programa venha a ser encerrado,

tendo em vista que é uma política de governo, e não de Estado.

Essa compreensão demonstra uma consciência importante sobre a resiliência e história das cozinhas como um instrumento de luta e sobrevivência em territórios periféricos. O entrevistado ainda destaca, que muitas lideranças das cozinhas talvez não possuam a clareza conceitual sobre os impactos estruturais da fome, ou mesmo sobre conceitos como racismo alimentar, territórios negros, no entanto suas práticas expressam saberes populares profundamente enraizados, que compreendem, nas vivências as razões pelas quais a fome atinge de maneira desigual territórios periféricos e racializados.

Essa compreensão reforça a ideia de que o enfrentamento à fome, feito pelas cozinhas comunitárias, não se reduz à distribuição de alimentos, mas envolve a mobilização de afetos, redes de solidariedade e resistência cotidiana, mesmo em meio a escassez. Trata-se de um saber insurgente que se estabelece fora da institucionalidade formal, mas que constrói respostas concretas ao fenômeno da fome. O entrevistado também destacou a importância de pesquisas como está aqui desenvolvida, e ainda mais a presença de pesquisadores nos espaços da Rede, não apenas como observadores, mas como sujeitos na escuta e na valorização do protagonismo comunitário. Reforça que é fundamental que a academia se aproxime desses territórios com uma escuta ativa, buscando reconhecer e legitimar as formas de organização popular como práticas políticas transformadoras que são capazes de pressionar o Estado e de propor outras formas de desenvolvimento territorial.

Por fim, esta seção da pesquisa buscou discutir o que é a Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim, como ela se organiza e onde se localizam espacialmente as cozinhas que a compõem. No que se refere à metodologia de campo, o processo iniciou com a aproximação com a Rede através da participação nas reuniões mensais de articulação, o que possibilitou uma inserção mais fluida e respeitosa junto às lideranças comunitárias. Desse modo, a partir deste vínculo inicial foram definidas as cozinhas a serem visitadas, com base em um critério específico que era cozinhas que fossem vinculadas a terreiros de matriz africana.

É importante destacar que essa escolha teve como fundamento a discussão teórica sobre o racismo alimentar, sobretudo o impacto sobre os povos de terreiro, marcados historicamente por processos de apagamento, criminalização e deslegitimação de suas tradições e práticas alimentares. Além disso, busquei compreender a interconexão entre a dimensão material da alimentação, como a distribuição, o acesso e a escassez, e a dimensão simbólica do alimento, tomando as cozinhas de terreiro como espaços potentes de análise.

Foram realizadas visitas a três cozinhas comunitárias: duas delas integram o Programa Ceará Sem Fome e uma delas não integra o programa, o que implica em uma dinâmica de

funcionamento diferente entre elas, que será detalhada nas subseções seguintes. Nessas visitas, além das entrevistas com as lideranças religiosas e comunitárias, também foi possível conversar brevemente com algumas cozinheiras, responsáveis pelo preparo cotidiano dos alimentos.

E na última visita foi possível acompanhar e participar de uma ação direta. A partir desse ponto, o trabalho será organizado da seguinte forma, em três subseções específicas que apresentarão de forma aprofundada as experiências vivenciadas em cada uma dessas cozinhas.

4.3.1.1 Cozinha Cultura Solidária- Associação Cultural Afoxé Omõrisà Odè

Nesta subseção será apresentada a primeira visita de campo realizada em uma das cozinhas comunitárias que fazem parte da Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim. Essa cozinha é coordenada pela Associação Cultural Afoxé Omõrisá Odé e funciona no espaço do Centro Espírita de Umbanda Reis Tupinambá, o que evidencia desde sua base, a intersecção entre cultura, religiosidade afro- brasileira e ação comunitária no enfrentamento à fome. Esta cozinha se localiza no bairro, Granja Lisboa, que faz parte do território do Grande Bom Jardim.

Durante a visita foi realizada uma entrevista semiestruturada com o líder religioso, Pai de Santo, que é o coordenador responsável pela cozinha comunitária, conversei brevemente com uma das cozinheiras envolvidas diretamente na produção dos alimentos. Uma das cozinheiras é uma filha da casa e a auxiliar é uma pessoa que mora na proximidade da cozinha e vivencia o território. A escuta dessas vozes permitiu compreender o funcionamento logístico da cozinha, além de destacar o sentido simbólico e político que orienta a sua atuação cotidiana. A visita ocorreu em um dia regular de atividade da cozinha, o que foi benéfico para a pesquisa pois pude observar o funcionamento diário. É importante destacar que essa é uma cozinha vinculada ao Programa Ceará sem Fome, ou seja, realiza a distribuição diária de 100 marmitas de segunda a sexta-feira, o momento da visita foi marcado para o turno da manhã, possibilitou observar o preparo das refeições, a organização das marmitas e a dinâmica de estruturação para a entrega dos alimentos aos beneficiários. Nessa etapa da pesquisa, serão sistematizadas as principais impressões e discussões que surgiram durante a visita, destacando principalmente os diálogos estabelecidos e a observação dos espaços físicos e simbólicos que compõem a experiência dessa cozinha comunitária.

Início todas as conversas conhecendo o entrevistado para criar uma relação mais fluida durante a conversa e isso permite conhecer mais dos caminhos que trouxe o líder religioso ao lugar de coordenador desta cozinha comunitária. O entrevistado conta que é Pai de Santo há 42

anos e que a Casa de Reis Tupinambá tem 31 anos, o que evidencia uma história reconhecida na região do território do Grande Bom Jardim. Em relação a cozinha comunitária, ele conta que a Casa de Caboclo não é apenas para receber Caboclo, mas para receber pessoas, dar o apoio e o suporte às pessoas que os procuram, tendo essa visão que foi passada a ele por sua mãe que também foi Mãe de Santo e sempre sonhou com um espaço como aquele, ele compreende que a função é apoiar, receber dar suporte e ajudar para depois transformar.

Todas as festas da Casa eram feitas com os filhos da casa se juntando, arrecadando mantimentos para a festa, o entrevistado conta que durante a pandemia com o isolamento social, as festas feitas para as entidades não estavam acontecendo por conta do medo e do perigo do contágio do vírus da covid e lhe ocorreu através do espiritual de que na festa de Pretos Velhos, dia 13 de maio, o que seria arrecadado para fazer os alimentos da festa, fossem arrecadados e levados para distribuição na praça do Ferreira no Centro da cidade de Fortaleza. É válido destacar que durante a pandemia o Centro de Fortaleza foi tomado por um contingente muito grande de pessoas em situação de rua e um dos lugares que essa população mais ficava era na praça do Ferreira por conta dos bancos da praça, por ser ventilado, ter acesso a água na fonte do relógio da hora, infelizmente o número não diminui com o fim da pandemia.

O entrevistado destaca esse aumento da população em situação de rua, destacou também que após essa distribuição que foi em referência a festa de Pretos Velhos em maio, em conjunto com outros terreiros, eles continuaram indo duas vezes ao mês fazer uma distribuição de refeições. Na entrevista ele destacou o que foi apresentado anteriormente, que após o mapeamento participativo, evidenciou que tinha muitas cozinhas no território do Grande Bom Jardim, agindo de maneira isolada construindo um enfrentamento a fome e que com o mapeamento essas cozinhas foram identificadas e o articulador da rede convidou essas cozinhas para compor a Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim **(Figura 5)**.

Destacou-se durante a conversa a relação que as cozinhas comunitárias tentam construir em conjunto de se apoiar, se incentivar e que apesar dos percalços, das diferenças, porque é importante citar a diversidade dentro da Rede de Cozinhas Comunitárias, isso inclusive se tornou tema de pesquisa de conclusão de curso de uma das pesquisadoras que também desempenhava pesquisa na Rede no mesmo período que estive presente nos encontros. É fundamental destacar esse ponto, pois isso demonstra a relação de articulação, de manutenção, de resistência de um movimento social como esse. Além disso, o entrevistado destacou que durante o início da organização em Rede em 2022, muitos políticos buscaram se integrar nas reuniões, participar, conhecer mais de perto o movimento que estava sendo construído.

Figura 5-Cozinha Cultural Solidária - Associação Cultural Afoxé Omõrisà Odè

Fonte: Acervo da autora.

No decorrer da entrevista, ao ser questionado sobre o funcionamento do cotidiano da cozinha, o entrevistado detalhou a rotina, destacando que o vínculo que esta cozinha tem com o Programa Ceará sem Fome, as atividades ocorrem de segunda a sexta-feira, produzindo cem refeições diárias durante o horário do almoço. Ainda destaca que todos os insumos de alimentos e as embalagens vem do Programa, além de uma ajuda de custo para duas pessoas, a cozinheira e a auxiliar. O entrevistado destaca que no dia a dia da cozinha mesmo não ocorre essa diferenciação, pois ambas desempenham a função de produzir as refeições.

Outro ponto relevante que foi destacado pelo entrevistado diz respeito à relação entre

quantidade de refeições produzidas e a demanda da comunidade. Segundo ele, embora a cozinha produza cem refeições diárias, conforme descrito pelo Programa Ceará Sem Fome, se colocassem duzentas refeições teria pessoas para receber, o que evidencia que se fosse possível aumentar o número de beneficiários, a demanda existiria. O que evidencia a necessidade alimentar do território.

Entretanto, o que se evidencia de forma ainda mais significativa é a postura dos próprios beneficiários diante do contexto de escassez. O entrevistado relatou que, em diversas situações, pessoas que conseguiram um emprego e melhoraram minimamente suas condições de vida procuraram ele para informar que poderiam ser retirados da lista de beneficiários, dessa forma o alimento poderia ser direcionado a outras pessoas em situações de maior vulnerabilidade. Esse movimento revela pontos muito importantes de políticas públicas de assistência social, primeiro deles que parte com o estereótipo comumente atribuído à territórios periféricos e populações racializadas que são tratados como passivos, dependentes e como se o fato de existir aquela assistência social os acomodasse. E outro ponto é o forte senso de coletividade, solidariedade e consciência social, além de destacar que se uma pessoa não está o tempo todo preocupada se vai ter o que comer, o que vestir, como pagar as contas, ela pode procurar formas de melhorar suas condições de vida.

Durante a entrevista, o coordenador destaca que há a existência de uma lista de espera permanente para acesso às refeições fornecidas pela cozinha, contando com faltas de beneficiados que não foram buscar a refeição naquele dia. Há sempre uma demanda excedente de pessoas que buscam o alimento, mas que não estão formalmente incluídas como beneficiárias. A cozinha, desenvolveu estratégias internas para garantir que nenhuma refeição seja desperdiçada. Em casos de ausência de algum beneficiário, a marmita é direcionada para alguém da lista de espera, o que garante assim a distribuição integral das 100 refeições diárias. Destaca-se que as pessoas nessa lista de espera não se enquadram no perfil exigido pelo programa estadual, pois demanda a apresentação de documentos, como RG, CPF, comprovante de residência e inscrição atualizada do CadÚnico. Esse critério, embora normativo, padronizado e necessário de fato para a organização dos beneficiários, exclui justamente aqueles em maior situação de vulnerabilidade social, como pessoas em situação de rua e sem documentação regularizada. O entrevistado verbaliza uma crítica concisa à lógica burocrática dos programas assistenciais, ao perguntar “Quem vai comer, é a pessoa ou documento?” Destaco que há sim a necessidade de regulamentação de dados dos beneficiários,mas a pergunta escancara a contradição entre o direito à alimentação, enquanto um direito humano fundamental, e os filtros institucionais que muitas vezes, o impedem de realizar plenamente.

O coordenador relatou que, em determinado momento, houve um movimento para regularização documental dessas pessoas em vulnerabilidade com o objetivo de que essas pessoas tivessem acesso formal às políticas públicas, como o Programa Ceará sem Fome. Entretanto, esse movimento enfrentou duas grandes barreiras, a primeira a necessidade de recursos financeiros e a exigência de trabalho intenso e articulado para garantir a regularização documento dessas pessoas. E a conquista realmente das pessoas para convencê-las de que perante a lei para existir eles precisam de documento.

É importante salientar que todas as entrevistas nas cozinhas foram divididas em duas etapas, a primeira em que foi conversado sobre o funcionamento das Cozinhas, sobre os beneficiários, sobre a Rede e a segunda etapa em que conversamos sobre a relação da cozinha com o terreiro. Isso foi planejado para abarcar um fator importante levantado pelo conceito de racismo alimentar que é o apagamento das tradições e práticas alimentares de povos de terreiro, no entanto para além disso, observou-se como o racismo está cravado no imaginário social, o entrevistado destacou que havia sim por parte de alguns beneficiados preconceito em receber a comida que fosse feita e distribuída por um terreiro de Umbanda, "(...) uma vez por outra aparecem pessoas dizendo que vai deixar de receber o alimento aqui porque é evangélica e o pastor da igreja disse que é uma comida amaldiçoada".

A relação entre o terreiro e a distribuição de refeições e um ponto importante destacado na entrevista, o coordenador coloca que há as atividades que são desenvolvidas para além das atividades da Cozinha do Ceará Sem Fome, como a distribuição mensal de refeições na praça do Ferreira e no próprio território e que o cardápio seguido nessas atividades seguem o que é disponível para eles nas doações e se aquela atividade está sendo feita em oferenda a alguma entidade em específica, por exemplo as distribuições feitas no dia 23 de abril, dia de São Jorge é a feijoada, porque é a comida oferecia à Ogum.

Nas Cozinhas do Ceará Sem Fome é seguido o cardápio designado pelas nutricionistas do programa, mas que teve que ser conversado algumas coisas em relação a restrições religiosas alimentares e de preparo, o coordenador trás o exemplo da pimenta do reino, que era enviada pelo Programa, mas teve que ser conversado porque dentro da religião não se pode usar. Outro exemplo destacado que foi conversado com o Programa é que naquela casa em específico não poderia ter mel de abelha, pois o Pai de Santo da Casa é de Oxóssi e existe um trato que não se pode usar o mel de abelha. Ele coloca que isso foi colocado para o Programa como algo que tinha que ser respeitado **(Figura 6).**

Figura 6-Centro espírita de umbanda Reis Tupinambá

Fonte: Acervo da autora.

Um ponto muito marcante da visita à essa cozinha comunitária foi a reflexão compartilhada pelo entrevistado sobre a centralidade da alimentação no universo do sagrado. Segundo ele, toda atividade realizada dentro do terreiro exige que o filho da casa esteja alimentado, tanto fisicamente, quanto espiritualmente. A comida, nesse contexto, não pode ser compreendida apenas como um recurso de subsistência, ela é uma oferta, uma forma de respeito e de honra às entidades espirituais. A alimentação assume assim um duplo papel: é, ao mesmo tempo, elemento material de sustento a vida e elemento simbólico, uma ponte entre planos,

entre o humano e o divino.

Além disso, essa perspectiva espiritual reverbera diretamente no modo como a cozinha comunitária funciona, pois o espaço onde as refeições são produzidas e distribuídas é um espaço sagrado que acolhe práticas religiosas, mas que também distribui cuidado e alimento em sua forma mais concreta.

E por fim, é fundamental destacar que além de um terreiro de Umbanda, a cozinha funciona no espaço físico da Associação Cultural de Afoxé Omõrisa Odé, esse grupo de Afoxé é reconhecido por sua presença marcante no carnaval de Fortaleza, desfilando anualmente na Avenida Domingos Olímpio, e é considerado um dos grandes campeões da festividade. É importante destacar que o afoxé, enquanto expressão cultural e espiritual de matriz africana, carrega consigo uma história de criminalização e marginalização, sendo durante muito tempo alvo de preconceito, repressão e apagamento. A resistência da Cozinha Comunitária em um espaço como esse revela uma confluência forte entre espiritualidade, cultura negra e ação social em uma cidade que é marcada por múltiplas formas de negação e exclusão da população negra.

4.3.1.2 Associação Espírita de Umbanda São Miguel

Dando continuidade às discussões e observações realizadas em campo, esta subseção apresenta a segunda visita de pesquisa, realizada na cozinha comunitária da associação de Espírita de Umbanda São Miguel, vinculada ao terreiro de Umbanda São Miguel. Localizada no bairro Granja Lisboa, parte do território do Grande Bom Jardim. Assim como a cozinha apresentada anteriormente, esta cozinha também está vinculada ao Programa Ceará Sem Fome, ou seja, atua diariamente na distribuição de refeições para a população em situação alimentar de vulnerabilidade.

Reafirmo que a escolha por visitar cozinhas comunitárias localizadas em terreiros de religiões de matriz africana está diretamente relacionada à discussão sobre o racismo alimentar, compreendendo como a questão racial se insere em situações alimentares. Essas cozinhas, para além de espaços de produção e entrega de alimentos, também funcionam como territórios simbólicos e políticos onde se expressam saberes, práticas e resistências de uma população que é historicamente invisibilizadas. Durante esta entrevista conversei com o líder religioso, o Pai de Santo, que também é o coordenador desta cozinha. Um ponto interessante a destacar é que as pessoas que trabalham na cozinha como cozinheiras e auxiliares são pessoas que frequentam o terreiro, neste em específico a ideia de distribuição surgiu da companheira do Pai de Santo,

observando a situação de fome que muitos se encontravam nas atividades do terreiro e iniciou distribuindo um sopão.

Um ponto importante há destacar sobre esse espaço é que o líder religioso, coordenador desta cozinha, recebeu o título de Mestre da Cultura Cearense e essa foi inclusive uma conquista da Rede, pois foi uma mobilização em conjunta para que esse título fosse concebido há ele. Além disso, desde 2005 essa casa é uma das principais organizadoras da festa de Iemanjá, que é comemorada em Fortaleza no dia 15 de agosto, por conta do sincretismo religioso e da luta por resistir mesmo em períodos de perseguição, em Fortaleza nessa mesma data é comemorada o dia de Nossa Senhora da Assunção, padroeira de Fortaleza, a cidade fica repleta de festas religiosas importantíssimas, a romaria sai do Santuário da Santa no bairro Vila Velha até a Catedral no Centro. Enquanto, a Festa de Iemanjá inicia-se na madrugado do dia 14 para o dia 15 de agosto e acontece na Praia de Iracema.

Este terreiro iniciou suas atividades 1983, algo importante há destacar é a presença de terreiros muito antigos em Fortaleza no território do Grande Bom Jardim. Durante a conversa, o entrevistado destaque que em 2008 iniciou-se uma distribuição de sopões após as atividades do terreiro, essa distribuição como citado anteriormente, iniciou da observação que muitas pessoas saiam das atividades e retornavam as suas casas e não tinham o que comer, muitos porque que não tinham tempo, mas a grande maioria era pela falta de alimento, essa é uma atividade que o terreiro mantém até os dias atuais. Ele destaca que esse não é um alimento de ritual, é um alimento que é oferecido para servir as necessidades do corpo e destaca que a gastronomia dos povos de terreiro é riquíssima e cita as comidas que são oferecidas nas festas, como o vatapá para os Pretos Velhos e a Feijoada para Ogum.

Outro ponto importante a ser destacado é a existência de outra iniciativa vinculada à Associação Espírita de Umbanda São Miguel, que atua em paralelo à cozinha comunitária, trata-se do Protejo Vivendo com amor. Diferentemente das cozinhas comunitárias, que distribui refeições prontas, o projeto realiza a distribuição de alimentos não perecíveis, funcionando com uma dinâmica própria, a cada quinze dias, a associação recebe doações de alimentos por meio da parceria com o SESC. Esses insumos são organizados e distribuídos para famílias que possuam o cadastro no Projeto (**Figura 7**).

Figura 7-Associação Espírita de Umbanda São Miguel

Fonte: Acervo da autora.

Um aspecto importante para compreender a estrutura dessa cozinha comunitária é o modo como se fortaleceu em resposta à crise provocada pela pandemia da Covid-19. Durante a conversa, o coordenador destacou que, no início da pandemia, houve um forte impacto emocional no território. O medo da morte, a suspensão das atividades do terreiro, sobretudo as giras, e a falta da ocupação das pessoas no espaço interrompeu inclusive a partilha da sopa, que era algo importante na dinâmica do terreiro.

A comunidade vivenciou um aumento nas situações de fome, que foram agravadas

pela ausência de políticas públicas eficazes que adentrasse os territórios. Com esse avanço, a associação de forma autônoma e solidária, começou a organizar a preparação dos sopões de forma semanal, realizado às sextas-feiras e definido em um litro de sopa por família. Tudo isso ocorrendo antes de ser formalmente uma cozinha comunitária vinculada ao Programa Ceará Sem Fome, a cozinha atuava como um espaço de acolhimento e resposta emergencial à fome. Uma fala marcante do entrevistado resume a motivação inicial da associação: "(...) é melhor comer pouco do que dormi com fome".

Dando continuidade a conversa, o entrevistado detalhou todo o processo de inserção da cozinha na Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim, ressaltando o que já foi explicitado aqui neste trabalho da importância do Mapeamento Participativo de Enfrentamento à Fome. Ele reforça que a criação da Rede antecede a implantação do Programa Ceará sem Fome, o que foi destacado por todos os entrevistados até aqui e isso evidencia o pioneirismo da Rede como estratégia de enfrentamento à fome, anterior à institucionalização da política pública. Ou seja, a Rede não apenas precede o programa, como também serviu de base para sua execução, tendo como base todas as visitas de políticas as reuniões e espaços da Rede.

Um ponto crítico que foi apontado na entrevista refere-se à ausência de apoio governamental às cozinhas no momento de suas inserções no programa estadual. Quando a cozinha passou a integrar oficialmente o Ceará sem fome, não houve doação de nenhum equipamento como fogão, geladeira ou freezer, nem qualquer tipo de investimento na melhoria do espaço físico da cozinha comunitária. O apoio fornecido pelo programa restringiu-se ao que ainda é feito a distribuição dos alimentos para produção das refeições, padronização dos cardápios e a disponibilização de apoio financeiro para a cozinheira e auxiliar.

Apenas posterior ao momento da implementação é que houve uma preocupação em melhorar o espaço físico das cozinhas. É fundamental destacar neste ponto que embora o Programa Ceará Sem Fome atue como uma política pública de extrema necessidade, sua manutenção ainda depende, fundamentalmente, da força e da estrutura que já existe nos territórios, algo que foi construído a partir da solidariedade, da ancestralidade e da resistência popular.

Ao perguntar sobre o funcionamento cotidiano da cozinha, o coordenador relatou que uma das cozinheiras, a que é registrada oficialmente pelo Programa Ceará sem Fome como cozinheira, reside no próprio espaço onde se localiza a cozinha, que também é o terreiro, por ser esposa dele. Como abordado anteriormente, o Ceará Sem Fome, estabelece uma

diferenciação entre “cozinheira” e “auxiliar de cozinha” que na prática não ocorre pois ambas exercem a função de preparo das refeições. Detalhando o cotidiano na cozinha, segundo o entrevistado, a jornada de trabalho da cozinheira inicia por volta das 5 horas da manhã. Às 6 horas, ela e a auxiliar já estão envolvidas no preparo das refeições, e por volta das 9 horas ou 10 horas da manhã, a comida já está pronta e estão se ocupando em montar as marmitas.

No dia em que estive presente na cozinha, o almoço era baião de dois, o que implicava que o feijão precisou ser preparado com antecedência, deixado de molho no dia anterior, esse ponto que destaco revela como o trabalho vai além da jornada de 6 horas que é oficial considerada pelo programa, pois o preparo das refeições envolve planejamento e preparativos prévios, como o caso do feijão, mas também como o descongelamento das carnes e limpeza do espaço e dos equipamentos da cozinha. Em termos de remuneração, esse é outro ponto que considero ser importante ser destacado, segundo o entrevistado, as trabalhadoras recebem cerca de R$0,60 por marmita produzida, o que totaliza aproximadamente R$1.320 por mês, valor que deve ser dividido entre as duas.

O programa considera que essas trabalhadoras atuam apenas durante as seis horas, em dias úteis, sem considerar que a rotina real é muito mais extensa, pois desconsidera o tempo dedicado à organização e preparação, mas essas atividades compõem uma carga de trabalho significativa e que é invisibilizada. Destaco que essa disparidade entre a jornada oficial e a realidade reforça a necessidade de reconhecimento do trabalho das cozinheiras e auxiliares como força de trabalho essencial para o funcionamento do programa, pois é o que sustenta a política pública na ponta.

Durante a conversa, alguns outros pontos foram levantados, como as dificuldades que eram enfrentadas pela cozinha, mesmo estando vinculada ao Ceará Sem Fome, ele relatou que houve um momento bem complicado onde o repasse dos insumos atrasava e isso comprometia a entrega das refeições e impactava negativamente a comunidade atendida, essa foi uma dificuldade superada com o esforço e organização de denúncia da Rede. Destacou o aumento da demanda, impulsionado pelo fechamento de uma cozinha próxima, o que levou a uma sobrecarga de pedidos de auxílio, especialmente de pessoas em situação de pobreza, que ele descreve como “média complexidade social”. Para tentar atender um número maior de pessoas a cozinha organiza atividades extra as produções do Ceará Sem Fome, atividades ligadas mais a Associação e conta com o auxílio e doação de outras instituições.

Figura 8-Espaço físico da Cozinha Comunitária da Associação Espírita de Umbanda São Miguel

Fonte: Acervo da autora.

Neste ponto da conversa, as reflexões começaram a se aprofundar nas relações entre a alimentação e o espaço sagrado do terreiro. Ao ser questionado sobre esse vínculo, o coordenador explicou que, no terreiro, cada pessoa, de acordo com a entidade de que é filho, possui restrições alimentares específicas, que devem ser respeitadas. Entretanto, ele enfatiza que, independente dessas especificidades, toda comida é compreendida como sagrada, seja

para alimentar o corpo físico, seja para nutrir o corpo espiritual. Essa compreensão confere à alimentação seu valor simbólico e ancestral. Além disso, ele acrescenta que alimentos ultraprocessados não fazem parte da prática alimentar no terreiro, apenas em preparos específicos e precisa ver que nem todos podem realmente ser utilizados.

Ao ser questionado sobre como os saberes ancestrais das religiões de matriz africana influenciam a produção da cozinha comunitária, o coordenador explicou que esses conhecimentos têm um impacto significativo na forma como os alimentos são preparados e temperados. Ele destaca que, embora muitas pessoas talvez não percebam conscientemente, o fato de a cozinha ser inserida em um espaço sagrado isso influencia, de certa forma, cada etapa da produção. Ele cita como exemplo falando sobre algumas restrições alimentares que algumas combinações não podem ser feitas, mas que de outra maneira pode e ele destaca como exemplo o uso da pimenta de cheiro em preparos como o baião de dois, sendo incorporada de maneira sutil. Isso que é destacado evidencia como saberes tradicionais e religiosos se conectam com a culinária popular.

Outro ponto que chama atenção na fala do entrevistado é a compreensão dos momentos de jejum e das restrições alimentares como práticas sagradas nos terreiros, ele explica que essas práticas elas não seguem as mesmas normas das religiões cristãs, como o catolicismo, onde o jejum está associado a datas específicas do calendário litúrgico. Ele fala que todas essas restrições e esse jejum é sim para chegar a Deus, mas que nos terreiros essas restrições acompanham a pessoa ao longo da vida dela, como os momentos de jejum ligados às fases específicas dessa trajetória espiritual como o exemplo, os rituais de feitura. Além disso, ele destaca que essas restrições elas vão além do que se comem, há momentos em que não se pode ingerir carne e compreende-se que esse não ingerir carne, restringe também não poder beijar, namorar e abraçar, pois essas são ações que também alimentam a alma. Essa compreensão, que nos é dada a partir da fala do entrevistado, amplia radicalmente o entendimento sobre a alimentação, porque incorporando dimensões corporais, espirituais e emocionais e revela a profundidade com que os povos de terreiro compreendem o alimento como vínculo entre o sagrado.

Sobre as dificuldades de acesso a determinados alimentos e ingredientes utilizados nos rituais do terreiro, o entrevistado relatou que, diante de algumas limitações, tendo em vista a escassez ou a dificuldade de acesso, ele, enquanto líder religioso, precisou adotar estratégias de adaptação que respeitam o sentido sagrado dos alimentos, mas ajustam sua produção à realidade local. Um exemplo que foi dado é o aluá, que é uma bebida ritualística, que tradicionalmente exige um processo de fermentação específico aí; que para facilitar o

acesso ele passou a utilizar o pão como base dessa fermentação. O mesmo ocorre com vatapá, cuja massa originalmente é feita com ingredientes mais complexos, pode ser adaptada com pão ou farinha dependendo do que estiver disponível. Outra estratégia de enfrentamento a essas dificuldades, é a plantação de ervas e ingredientes mais difíceis de encontrar, isso garante o acesso a alimentos fundamentais para os rituais e reforça a autonomia do terreiro frente às dificuldades estruturais.

É interessante quando o entrevistado cita essa estratégia de plantar e cultivar ervas e ingredientes para os rituais, porque pensando no espaço físico do terreiro e da cozinha, trata-se de uma casa grande, com um quintal espaçoso. Essa cozinha, por fazer parte da Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim, será beneficiado por um programa vinculado à universidade, voltado para a implementação de quintais produtivos. E isso é importante, pois dialoga com estratégias que já vinham sendo construídas de forma autônoma no terreiro, como o plantio de vinagreira, que foi citado pelo entrevistado como algo que era mais difícil de encontrar e que estimulou com que fizessem a própria produção. Essa possibilidade de ampliação dessa prática por meio de projetos, como os quintais produtivos, representa uma articulação entre saberes tradicionais, práticas de resistência alimentar e parcerias institucionais **(Figura 9)**.

Figura 9-Espaço físico do Terreiro de Umbamda São Miguel

Fonte: Acervo da autora.

Encerrando a entrevista, ao ser questionado se houve momentos em que o racismo relacionado ao fato de as refeições serem preparadas em um terreiro, ele afirmou que nunca houve uma recusa explícita por parte de beneficiários da cozinha, mas que, de maneira vela, esse preconceito se faz presente em comportamentos e silêncios. O líder religioso compreende que há uma construção social, alimentada por imaginários racistas e coloniais, de que a comida feita em um terreiro seria “amaldiçoada” ou associada ao “demônio”. É interessante que ao comentar essa percepção, o entrevistado traz uma reflexão profunda de que nas religiões de matriz africana, não existe a figura do demônio ou do inferno como nas tradições cristãs europeias. Ele destaca, que o mal não está personificado em uma entidade, mas que existe nas próprias ações humanas. Essa compreensão revela uma outra forma de compreender o mundo, o sagrado e as relações humanas.

Por fim, destacar que a visita e a entrevista foi um momento riquíssimo da pesquisa, conhecendo o espaço físico das cozinhas e dos terreiros aprendendo mais sobre a cultura afro- brasileira em um contexto cearense, esse momento também possibilitou compreensões

que antes eram muito teóricas, nas vivências foi possível enxergar ainda mais o território do Grande Bom Jardim, enquanto o território negro, mas sobretudo como um território de resistência. É importante destacar que as duas primeiras visitas foram realizadas em cozinhas que são vinculadas ao Programa Ceará Sem Fome e a intenção com essas duas últimas subseções é explanar a forma como essas cozinhas funcionam e os movimentos que são feitos individualmente enquanto terreiro.

4.3.1.3 Cozinha da Vovó – Associação Cultural e Beneficente Aldeide ViraMundo

Nesta subseção apresentarei sobre a última visita de campo desta pesquisa que foi realizada na Cozinha Comunitária da ACBAV, "Cozinha da Vovó", que é vinculada ao Centro Espírita de Umbanda Pai Jacob e Viramundo, localizada no bairro Granja Portugal, que pertence ao território do Grande Bom Jardim, em Fortaleza. É importante salientar que diferentemente das duas cozinhas anteriores, está não está vinculada ao Programa Ceará Sem Fome, o que significa dizer que exige formas específicas de organização e manutenção, adaptadas à realidade e as possibilidades autônomas do terreiro. Sobre as visitas de campo às cozinhas comunitárias, é importante destacar que ocorreram entre o final de abril e o meio de maio, o que permitiu observar diferentes dinâmicas de funcionamento, como a transição de um mês para o outro, especialmente nas cozinhas vinculadas ao Ceará Sem Fome. No caso da Cozinha da Vovó, a lógica de funcionamento é distinta.

A líder religiosa, Mãe de Santo responsável pelo terreiro e pela associação, explicou que a manutenção da cozinha ocorre por meio de um sistema de apadrinhamento, com doações financeiras feitas por pessoas que apoiam a causa e o território, como também por doações de insumos. Essas doações são o que viabilizam a realização de ações e projetos com impacto social no território do bairro. Justamente por não ser uma cozinha vinculada com programa estadual, a cozinha não tem como funcionar diariamente, mas todos os meses se organiza para realizar um sopão, quando recebe doações maiores tentasse fazer quentinhas, mas por conta do orçamento mesmo é produzido mais sopão.

A visita aconteceu no dia 13 de maio, data simbólica para os povos de terreiro, por ser comemorado o dia de pretos velhos. Nesse dia, foi realizado uma ação coletiva solidária, com o preparo de refeições ligadas à celebração e a distribuição das marmitas na Praça do Ferreira, como já discutido anteriormente, tornou-se símbolo da presença expressiva de pessoas em situação de rua, especialmente após o agravamento da fome na pandemia. A ação que ocorre

no dia 13 de maio, possui um caráter tradicional, pois segundo a liderança, foi também origem da criação da associação, em 2020, marcando o início das atividades da Cozinha da Vovó. No entanto, é importante salientar que o terreiro ao qual a cozinha está vinculada é um dos terreiros mais antigos de Fortaleza.

Como essa visita aconteceu em um dia de atividade, foi possível acompanhar todas as etapas da preparação e da execução do evento, desde a entrevista com a liderança, passando pela conversa com pessoas envolvidas na produção do alimento, a montagem das marmitas e a distribuição das refeições na Praça do Ferreira. Essa experiência foi riquíssima pois permitiu observar não apenas a dinâmica de funcionamento da cozinha, mas também a maneira como o ritual, solidariedade e resistência se conectam nas práticas alimentares e espirituais deste território.

Figura 10-Espaço físico e projetos organizados pela Associação Cultural e Beneficente Aldeide Viramundo

Fonte: Acervo da autora.

Durante a entrevista, a entrevistada também apresentou algumas ações e projetos que são desenvolvidos ao longo do ano, em parceria com o terreiro em que a cozinha está situada. Um exemplo é o Carnaval da ACBAV, com atividades voltadas especialmente para crianças da comunidade, com serpentinas, espumas, marchinhas e concurso de melhor fantasia, Rei Momo e princesa do Carnaval. Outro evento que ela destaca que costuma acontecer neste primeiro semestre do ano, mas não foi realizado esse ano porque não teve condições com a falta do apoio financeiro foi a Páscoa. Já a Festa de Ogum, que este ano chegou a sua segunda edição, tornou-se uma das maiores celebrações do terreiro, a festa que é chamada de Clarins de Aruanda,

mobiliza o território com o apoio de outros terreiros e equipamentos públicos, e envolve uma programação extensão com missa, apresentações culturais, a feijoada e as atividades ocorrem das 10h às 18h. Isso destaca a resistência em permanecer mesmo durante as dificuldades e reforça o papel como um espaço de celebração cultural, memória e resistência.

Ainda durante a conversa, a liderança destacou elementos que considero fundamentais para compreender a importância da organização em rede das cozinhas comunitárias, apontando que essa articulação fortalece coletivamente a estratégia de enfrentamento a fome. Ela mencionou que algumas cozinhas da Rede têm projetos mais antigos e estruturados e cita o projeto Irmão Sol e Irmão Lua e o Projeto Saúde Mental que por serem mais antigos recebem doações mais regulares e mais volumosas de instituições parceiras. Parte dessas doações, como caixas de biscoito, é organizada e distribuída para outras cozinhas que compõe a Rede. Um exemplo que ela citou foi na Semana Santa, que houve uma doação muito grande de peixe, e cada cozinha recebeu uma quantidade para atender suas ações. Esse modelo de redistribuição demonstra como a lógica de rede funciona na prática, compartilhando recursos de forma colaborativa e sustentando cozinhas com menos apoio externo.

Outro ponto que ela trouxe e que considero importante destacar, é o papel do Ceará Sem Fome na arrecadação e distribuição de alimentos para cozinhas que não estão formalmente vinculadas ao programa. Em eventos culturais que ocorrem em equipamentos do Estado, como a Estação das Artes, localizada no Centro de Fortaleza, grandes shows e festividades tem a iniciativa de colocar como “ingresso” a doação de um quilo de alimento, que posteriormente é destinado a cozinhas comunitárias.

Nem todas as atividades da estação fazem essa coleta, tendo em vista que ocorrem atividades todos os fins de semana, mas em shows maiores como por exemplo o show da cantora Luedji Luna que ocorreu em 2024, a arrecadação foi significativa. Ela ressaltou também que, essa distribuição feita pelo programa estadual demorou um pouco para se estruturar, o projeto mesmo recebeu a primeira vez no fim do ano passado e tinha se cadastrado no ano anterior, mas que mesmo assim essas ações são fundamentais para sustentar as ações do projeto. Um ponto importante sobre o funcionamento da Associação Cultural e Beneficente Adelaide ViraMundo diz respeito à forma de atendimento e ao acompanhamento das pessoas beneficiadas, destacasse isto pois como não está vinculada ao Programa Ceará Sem Fome. Ao ser questionada sobre se tinha estimativa de quantas pessoas erram atendidas, a liderança explicou algumas diferenças estruturais, algumas perguntas da entrevista precisaram ser adaptadas para a realidade da cozinha. Segundo ela, embora a cozinha não funcione diariamente, há 100 famílias cadastradas no projeto, esse cadastro é principalmente para

doações de cestas básicas. Ela destaca que nas atividades, como a distribuição de sopão ou de marmitas, a lógica é aberta, quem passar e quiser receber, recebe, sem exigência de cadastro, por isso é mais difícil ter um controle de números (**Figura 11)**.

Fonte: Arcervo da autora.

Figura 11-Centro espírita de Umbanda Pai Jacob e Vira Mundo

Quando questionada sobre as principais dificuldades enfrentadas pela associação, a liderança destacou, a falta de um apoio financeiro fixo, uma vez que não é vincula ao programa estadual. Nas falas ficou evidente que essa falta de recurso constante torna muito difícil a distribuição de alimentos e de outras atividades culturais. Entretanto, ela destaca que talvez a

maior dificuldade esteja relacionada a falta de trabalhadores voluntários ao projeto, pois isso sobrecarrega a gestão e limita a continuidade de ações. Outra questão levantada é a baixa adesão da comunidade as atividades formativas que são promovidas pela associação, ela contou que às vezes consegue algumas parcerias com organizações externas que fornece cursos como de massas e molhos italianos que aconteceu recentemente. Ela relata que, apesar do esforço em fornecer essas oportunidades de capacitação profissional e renda, muitas vezes os moradores do território não se engajou e isso acaba desestimulando os parceiros e prejudicando a continuidade dessas ações.

Neste ponto da entrevista, as reflexões passaram a se aprofundar sobre a relação entre a comida e a espiritualidade nos terreiros. Ao ser questionada sobre qual o sentido da alimenta nesses espaços, a liderança explicou que a comida é compreendida como um elo de comunicação entre o ser humano e sua entidade. Segundo ela, as oferendas são feitas com pratos que agradam a entidade, como uma maneira de fortalezar essa conexão. Como exemplo, ela citou as comidas oferecidas aos Pretos Velhos, que são alimentos como vatapá, baião, canjica e entre outras. Ela ainda explicou um pouco sobre as oferendas deixadas em encruzilhadas, contando que em tempos ancestrais essa era uma forma de comunicação entre grupos e entidades, isso é muito interessante porque reforça a ideia de que o alimento, nesse contexto, é mais do que nutrição, é mensagem, é gesto de respeito e um vínculo entre os dois mundos. A comida, para os povos de terreiro, carrega um poder simbólico sendo uma linguagem sagrada que mantêm viva a relação entre os seus praticantes e suas ancestralidades.

Um aspecto que foi abordado de maneira mais expressiva nesta entrevista, diz respeito ás dificuldades para adquirir determinados alimentos para os rituais, especialmente os de origem animal. A liderança explicou que alguns ingredientes são naturalmente mais difíceis de encontrar, por conta da safra, demanda e entre outros motivos, o que exige estratégias para superar isso e uma das maneiras encontradas é ter muitos contatos com pessoas que possam fornecer esses ingredientes. Entretanto, ela destacou um aspecto que perpassa a escassez e revela uma presença explicita do racismo religioso nas relações comerciais. Segundo ela, há casos em que ao perceberem que a compra é destinada ao terreiro de umbanda os comerciantes aumentam consideravelmente o preço. Ela trouxe como exemplo, o bode que geralmente é vendido por duzentos reais, passa a custar quatrocentos reais.

Quando se descobre que são para fins religiosos, outro animal que normalmente quando se percebe que é para fins religiosos o preço aumenta são as pombas brancas. Esses exemplos destacam duas camadas de violência importantes de serem destacadas, a primeira é uma lógica de mercado exploratória, que parte do pressuposto de que a pessoa “não tem escolha” e tem que

pagar o preço que eles determinaram e a outra e a discriminação religiosa, que penaliza e marginaliza práticas afro-brasileira.

Ao final da entrevista, que foi um dos momentos da visita, ao ser abordada se ela acreditava que por parte das instituições ainda havia dificuldade em reconhecer um terreiro como um espaço de legítimo de enfrentamento à fome. A resposta foi afirmativa. A liderança destaca que isso ocorre sobretudo pelo preconceito associado ao desconhecimento. E levantou uma provocação, "(...) se a Umbanda é tão ruim quanto dizem porque estamos aqui fazendo um projeto social que visa o bem do outro?", e questiona o valor simbólico atribuído as ações solidárias a depender de quem as realiza. É interessante essa reflexão que ela traz, pois demonstra como o racismo atravessa mesmo espaços de práticas de cuidado e solidariedade. Após o fim da entrevista, se deu outro momento da visita que foi a montagem das marmitas e a ida para a distribuição das refeições na praça do Ferreira.

Nesta atividade, foram montadas cento e vinte marmitas que foram distribuídas na praça, essa atividade também contou com o apoio de outra cozinha da Rede, que também desempenham outras atividades, como artesanato e que levou para doações lençóis. As marmitas foram montadas com baião de dois, farofa, batata doce cozida e vatapá, além disso também foi distribuído mungunzá, comidas que fazem referência a entidade que está sendo celebrada. Todos os que participaram como voluntários na organização das marmitas são filhos da casa. Participei de forma ativa de toda a atividade, na montagem e na distribuição dos alimentos.

Ao chegar na Praça do Ferreira, primeiro foi organizado o espaço onde iria ocorrer a distribuição. É importante destacar que por ser um dia com muitas festividades religiosas, pois também é o dia de Nossa Senhora de Fatima, estava ocorrendo várias ações de distribuição de refeições na Praça, algumas com caixas de som e falas expressivas referente as religiões. Assim que se começou a organizar o espaço da distribuição com os instrumentos que seriam tocados e o defumador, ocorreu uma situação com a polícia na praça que foram falar com a Líder Religiosa, sobre o barulho atrapalhar a comunicação na guarita onde ficavam os policiais. Por isso, destaquei anteriormente que havia outros grupos de religiões diferentes com caixas de som, pois a ação apesar de não ter sido ofensiva, foi uma forma sútil de discriminação. Ao começar a atividade da distribuição, foi feita uma fala para as pessoas explicando o porquê aquela atividade estava acontecendo e foi feita a defumação. As pessoas em situação de rua que receberam a refeição logo se organizaram em fila para o recebimento da refeição, do lençol e do mungunzá. É importante dizer que tinha muito mais pessoas do que o número de marmitas que foi produzido e que logo a quantidade acabou. No entanto, é importante destacar como essa

foi uma ação significativa (**Figura 12**).

Figura 12- Ação na Praça do Ferreira

Fonte: Acervo da autora.

Por fim, chegando ao final destas subseções, é fundamental destacar que foi significativo realizar os campos em três cozinhas comunitárias vinculadas a terreiros, todas inseridas na Rede de Cozinhas Comunitárias do Bom Jardim. Esse recorte, permitiu aprofundar a compreensão sobre o racismo alimentar, não apenas como um conceito, mas como uma prática que atravessa

situações alimentares concretas, além de evidenciar o papel que os terreiros possuem como estratégias vivas de resistência e enfrentamento. Os campos realizados em duas cozinhas comunitárias vinculadas ao Programa Ceará Sem Fome, revela que mesmo com o apoio institucional e seguindo as normas estabelecidas pelo programa, cada uma se insere e atua no território de maneira distinta, com desafios e potências. O campo realizado nesta última cozinha, que não é vinculada ao programa estadual, ampliou a compreensão sobre como a Rede funciona. Essas três experiências juntas proporcionaram um enriquecimento profundo ao trabalho, permitindo que os conceitos que foram discutidos ganhassem densidade territorial e sentido prático.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar nas considerações finais deste trabalho, é importante salientar que essa dissertação nasceu de inquietações pessoais, políticas e acadêmicas em torno de compreender como o racismo estrutura e aprofunda desigualdades alimentares na cidade de Fortaleza, sobretudo em territórios negros que são marcados por um longo processo de marginalização e exclusão social. Essas inquietações surgiram na pandemia, muito motivadas pela maneira como se escancarou e agravou as desigualdades sociais e raciais, o que tornou ainda mais evidente que a fome não é uma questão de escassez de comida, mas de negação de direitos, de territórios e de dignidade, sobretudo para população racializadas.

Se faz importante refletir sobre o percurso construído até aqui neste trabalho, pois esse foi um processo de transformação e amadurecimento político, teórico e metodológico. Quando essa pesquisa foi submetida ao processo de seleção do mestrado, a proposta inicial era completamente diferente, por isso foi tão importante passar por atividades formativas como os colóquios e a qualificação, é preciso aceitar que as pesquisas mudam ao longo do processo, pois foi nesse percurso de escuta, troca e reformulação que se consolidaram os objetivos da pesquisa, os recortes que eram necessários serem feitos e os caminhos teórico-metodológicos que deveriam ser explorados.

Ao propor investigar as estratégias da população negra ao enfrentamento ao racismo alimentar, tomando como recorte o território do Grande Bom Jardim, em Fortaleza, foi necessário evidenciar que estratégias eram essas, e dessa forma se apresentou a Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim. Se fez necessária aprofundar a compreensão de territórios negros e refletir criticamente sobre o que é a fome, como se manifesta e porque impacta desproporcionalmente a população negra e periférica. A pesquisa buscou analisar as políticas públicas de enfrentamento à fome, com o objetivo de compreender o que tem sido

feito, o que evoluiu e principalmente se essas políticas reconhecem e dialogam com os territórios negros. E por fim, foi preciso traçar uma relação entre fome e racismo, para compreender o conceito de racismo alimentar, ainda muito recente em pesquisas acadêmicas, no entanto profundamente necessário para refletir as formas pelas quais a população negra e periférica tem sido historicamente silenciada e tendo seus direitos alimentares negados.

Ao observar a partir dos capítulos é possível compreender os caminhos que levaram às principais reflexão e conclusões. Durante o primeiro capítulo, destacou-se as compreensões estabelecidas sobre a construção dos territórios negros em Fortaleza, a partir da cartografia por setor censitário e do diálogo com a teoria, foi possível confirmar que Fortaleza é uma cidade expressivamente negra, no entanto a população negra se encontra majoritariamente nas bordas da cidade, territórios periféricos que são historicamente marginalizados, no entanto apresentam uma densidade significativa de vida, cultura e resistência. Essa constatação explicita a urgência de compreender a raça como uma categoria analítica da Geografia, que desestabiliza essa narrativa oficial de apagamento da população negra no Ceará. Esse é um ponto de destaque do trabalho, ao trazer a interseccionalidade enquanto uma perspectiva teórica-metodologia da pesquisa, destaquei a raça como uma categoria analítica e isso foi de encontro a pensamentos muito conservadores das escolas do pensamento geográfico e a geografia enquanto ciência precisa está disposta a renovações.

Outro ponto importante debatido durante o primeiro capítulo, que considero uma reflexão importante é a discussão sobre a negação da identidade racial, que se expressa, por exemplo na autodeclaração majoritária como “parda”, essa discussão levanta uma dimensão crucial para compreender os modos como a raça interfere na formação dos territórios. Se fez necessário, discutir o conceito de território, o compreendendo a partir de Souza (2013), como formado por e a partir das relações de poder e considerando, como destaca Nogueira (2018), o racismo como uma dessas relações de poder estruturantes para compreender o território. Ao longo da construção do trabalho se tornou evidente que os territórios negros não são definidos apenas pela presença física da população negra, mas por marcadores culturais e simbólicos de identidade.

Ao pensar o contexto de Fortaleza, a reflexão sobre esses marcadores exige um olhar mais específico sobre expressões culturais regionais e negras, todas as cidades brasileiras passaram por um processo de urbanização parecido, mas a maneira como as populações nas regiões brasileiras de manifestam são diversas, ou seja, os marcadores culturais e simbólicos expressivos para cidades sudestinas não são universais e foi preciso compreender quais

marcadores faziam sentido para a realidade de Fortaleza, assim se apresenta o reggae, que se configura como um forte elemento de identidade negra em Fortaleza. A partir desse processo se deu a compreensão do território do Grande Bom Jardim, como um território negro e se consolidou como território estudado, não apenas pelas conexões, mas sobretudo por sua força política, histórica e cultural que se expressa através da presença de terreiros, coletivos, movimentos culturais e especialmente, na existência de uma organização em rede potente, como a Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim. Este é um território negro vivo, onde observasse uma potente resistência ao racismo alimentar.

O capítulo seguinte deste trabalho buscou refletir sobre a intersecção entre fome, pobreza e desigualdade, onde aprofundou-se as compreensões sobre o fenômeno da fome. Um ponto de destaque é a referência aos setenta e oito anos de "Geografia da Fome", livro de Josué de Castro, essa leitura foi central nesse processo, principalmente para compreender a fome como um fenômeno muito além de clínico ou nutricional, mas como um fenômeno histórico, social e político que se apresenta de diversas formas e temporalidades. Essa reflexão permitiu uma visão mais critica ao analisar as medidas de fome, especialmente a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, é necessário destacar a importância metodológica em fornecer dados cruciais para a compreensão da fome no Brasil, no entanto é importante reconhecer que há limitações principalmente diante da diversidade de práticas e tradições alimentares de povos racializados.

Ao investigar as políticas de enfrentamento a fome, foi primordial compreender a relação entre fome e pobreza, para compreender que políticas de enfrentamento a fome passam por políticas de transferência de renda, pois a fome não é pautada apenas pela escassez de alimentos, mas principalmente pela falta de poder aquisitivo para comprar, principalmente porque a comida é tratada como mercadoria, nesta lógica do capital. Essa investigação extensa revelou uma ausência específico para a população negra e os territórios negros, sejam urbanos ou rurais, dessa forma seguem sendo invisibilizados nestas políticas públicas.

Ao aproximar as discussões sobre políticas públicas de enfrentamento à fome pesando o contexto cearense, se apresenta o Programa Ceará Sem Fome, não foi o intuito desta pesquisa analisar o programa por completo, apenas compreendê-lo e como funciona, principalmente pensando as cozinhas comunitárias. É de extrema necessidade reconhecer a importância do programa e sua contribuição significativa no combate à fome no Ceará, no entanto, sobretudo através das observações em campo, se pode identificar algumas limitações, primeiro que essa é uma política de governo, o que significa que muda entre um mandato e outro a tornando frágil frente a mudanças de partidos políticos a frente do estado. Outros pontos do funcionamento

cotidiano apresentam fragilidades, como a não regulamentação de um salário para as trabalhadoras das cozinhas comunitárias, atividades que visem a retirada de documentos de pessoas em situação de rua, coisas que, enquanto política pública poderiam ser reavaliadas.

E por fim, um ponto que foi muito destacado nos campos, é que o Programa Ceará Sem Fome, surge após a Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim, muitas das cozinhas que compõem a rede tem anos de existência, isso reforça a compreensão que o programa estadual surge de iniciativas como as desenvolvidas pela Rede. Além disso, destaca a força que estratégias de enfrentamento a fome de iniciativas comunitárias são sementes concretas para políticas públicas.

No último capítulo teórico, buscou-se estabelecer uma relação entre racismo e fome, tendo como objetivo cunhar o conceito de racismo alimentar. Acredito que essa seja uma contribuição importante desta pesquisa. Ao discutir os territórios negros, a relação entre fome, desigualdade e pobreza, o racismo alimentar se apresenta como uma realidade concreta que é vivida cotidianamente por populações negras em territórios periféricos urbanos e rurais. O conceito de racismo alimentar se apresenta como o acesso limitado a alimentos e/ou alimentos saudáveis, o apagamento de saberes alimentares ancestrais, a precarização da oferta e a negação do direito de escolha alimentar. Foi a partir de uma leitura crítica das desigualdades histórias que se pode compreender como práticas discriminatórias moldam os sistemas alimentares e perpetuam a fome nesses territórios. Toda a construção conceitual do racismo alimentar, a partir de autores como Afrika (2013) e Cabral et al. (2024), pode-se compreender o racismo alimentar como algo que se manifesta em diversas esferas. Ao trazer a interseccionalidade enquanto perspectiva teórica-metodologia, foi possível compreender que a fome como um fenômeno que é tem uma cor, um gênero, uma classe social e que a superação de um fenômeno como esse exigem políticas comprometidas com justiça racial e alimentar.

Dando ênfase as estratégias de enfrentamento ao racismo alimentar, a partir da Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim, neste ponto do trabalho busquei apresentar de forma mais concreta a rede, principalmente através da entrevista semiestruturada com o articulador da Rede, compreendendo como uma articulação política e solidária diante do agravamento a fome. É importante dizer que a vivência no campo, fosse na observação das reuniões mensais de articulação da Rede ou nas visitas as cozinhas, permitiu uma aproximação com o território, suas lideranças e suas práticas, evidenciando que as cozinhas comunitárias vinculadas aos terreiros que foram visitas, desempenham um papel fundamental não só na oferta de alimentos, mas na preservação de saberes ancestrais. As entrevistas e as visitas, revelaram que racismo alimentar se manifesta de maneira multifacetada, material e simbólica. Com o

aprofundamento feito durante a pesquisa se tornou evidente que o combate à fome, precisa de maneira honesta, escutar e fortalezar experiências que já existem nos territórios e preciso estudar o fenômeno de maneira interseccional.

Ao finalizar esta pesquisa, reflito sobre as contribuições que considero importantes que foram traçadas ao longo do trabalho, as discussões sobre territórios negros, sobre o próprio conceito de território, a compreensão da raça como uma categoria analítica fundamental para o fazer geográfico. Da mesma maneira, que a defesa do conceito de racismo alimentar surge como uma contribuição importante para os estudos sobre fome. No início, este trabalho tinha como objetivo uma denúncia de que as populações negras e periféricas eram desproporcionalmente atingidas pela fome, ao longo do percurso e com o amadurecimento acadêmico necessário, compreendi que denunciar sem reconhecer as estratégias de enfrentamento corroborariam com uma narrativa de passividade que não corresponde com a realidade. Muito pelo contrário, as investigações teóricas e em campo, apresentaram que a população negra e periférica se organiza, resiste e cria formas próprias de enfrentar o racismo alimentar. Resistir á fome, para esses territórios negros e periféricos, é uma maneira de resistir ao apagamento histórico, cultural e político. Tenho muita consciência das perguntas que consegui abarcar com essa pesquisa e ainda mais daquelas que permanecem em aberto. É preciso ter humildade para assumir que a pesquisa é um local de escolhas, limitações e possibilidades. Gostaria de dizer que, não encero uma investigação, mas abro caminhos, compreender o racismo alimentar e suas formas de manifestação e potências de enfrentamento é um processo. E ele continua.

REFERÊNCIAS

AFRIKA, L. O**. Nutricide:** the nutritional destruction of the Black race. Eword: New York, 2013.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** São Paulo: Letramento; Belo Horizonte: Pólen, 2020.

ALMEIDA, Silvio**. Racismo estrutural.** São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaia, 2020.

ALMEIDA, I. H. A. **Territorialidades do nutricídio**: decolonizando o direito à alimentação adequada. 2023. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2023.

ALMEIDA, Adriano Paulino de; FREITAS, Ana Maria de; MACHADO, Eduardo Gomes (org.). **Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim**: lutas e conquistas populares. Fortaleza: Rdlis, 2021.

ARAÚJO, Marta; MENESES, Maria Paula; MAESO, Sílvia Rodríguez. Racismo e cidadania. **Janus:** Meio século de independências africanas, Lisboa, v. 31, n. 14, p.116-117, jan. 2010. Anual. Disponível em: http://janusonline.pt/arquivo/2010/2010.html Acesso em: 25 nov. 2024.

ARRUTI, José Maurício Andion. **Territórios negros.** 2007. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/1s 2011/Territorios_Negros.PDF. Acesso em: 25 nov. 2024.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço branco:** estudo antropológico de Vila Bela. São Paulo: Brasiliense; Brasília, DF: CNPq, 1988.

BBC NEWS. **Lula eleito presidente**: relembre a trajetória política do petista da Palácio do Planalto. BBC News Brasil [Brasil], 30 out. 2022 Disponível https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63065528. Acesso em: 16 out. 2023.

BENEDITO, Vera Lúcia. Cor e territórios na cartografia das desigualdades urbanas**.** In: OLIVEIRA, Reinaldo José de (Org.). **A cidade e o negro no Brasi**l: Cidadania e território. São Paulo: Ed. Alameda, 2013. p. 95-127.

BRASIL. "**Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências". Brasília, 2006.

CABRAL, Mariana Pompílio Gomes; MOREIRA, Daiana de Jesus; ALVES, Erinaldo Domingos; LIMA, Raquel Cerdeira de; BOSI, Maria Lúcia Magalhães. Nutricídio e racismo alimentar na crise neoliberal e sociossanitária da pandemia de covid-19 no Brasil. **Saúde e Sociedade**, [s./.], v. 33, n. 2, p. 1-13, mar. 2024.

CAMARGO, Camila Fracaro; CURRALERO, Claudia Regina Baddini; LICIO, Elaine

Cristina; MOSTAFA, Joana. Perfil socioeconômico dos beneficiários do programa Bolsa Família: o que o cadastro único revela? In: CAMPELLO, Tereza; NERI., Marcelo Côrtes (org.). **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania**.** Brasília: Ipea, 2013. Cap. 9. p. 158-177.

CAMPELLO, Tereza; NERI, M. C. (org.) **Programa Bolsa Família:** uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2014.

CAMPELO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula. (Org**.). Da fome à fome:** diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Editora Elefante, 2022. 216 p.

CASTRO, Anna Maria de (Org.). **Fome:** um tema proibido– últimos escritos de Josué de Castro. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Anna Maria de. **Josué de Castro e a descoberta da fome**. 2021. Disponível em: https://geografiadafome.fsp.usp.br/josue-de-castro/. Acesso em: 10 dez. 2024.

CASTRO, Josué de. **A alimentação brasileira à luz da geografia humana.** Rio de Janeiro: Globo, 1937.

CASTRO, Josué**. Geografia da fome:** o dilema brasileiro. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome:** o dilema brasileiro: pão ou aço. 1a ed. São Paulo: Todavia, 2022.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome.** 8a ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal; SANTOS, Mariza Fernandes dos. Teorias Raciais na Geografia. Abordagens e perspectivas da raça e relações raciais na Geografia brasileira. In: SPOSITO, Eliseu Savério; CLAUDINO, Guilherme dos Santos (org.). **Teorias na Geografia III Mundos possíve**is. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2023. Cap. 16. p. 515-551.

CENTRO CULTURAL BOM JARDIM (org.). **Grande Bom Jardim – território e contexto social**. 2023. Disponível em: https://ccbj.redelivre.org.br/grande-bom- jardim-territorio-e-contexto-social/. Acesso em: 10 dez. 2024.

COLLINS, Patrícia Hill. **Interseccionalidade** - 1. ed.- São Paulo: Boitempo, 2020.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE LA VÍA CAMPESINA, 2., 1996, Tlaxcala. **Declaración de Tlaxcala.** Tlaxcala, México, 1996. Disponível em: https://www.cio.mx/archivos/pdf/inicio/Declaracion_de_Tlaxcala_17Jun2022.pdf. Acesso em: 25 out. 2023.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE ALIMENTAÇÃO, 1974, Roma. **Declaración Universal sobre la Erradicación del Hambre y la Malnutrición.** Roma: ONU, 1974. (RES 3348 (XXIX)). Disponível em: https://www.ohchr.org/es/instruments-mechanisms/instruments/universal-declaration-eradication-hunger-and-malnutrition. Acesso em: 20 out. 2023.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA VIA CAMPESINA, 5., 2008, Maputo. Carta de Maputo: **Agricultura Campesina y Soberania Alimentaria Frente a la Crisis Global.** Maputo, Moçambique, 2008. Disponível em: https://movimientos.org/es/cloc/5cviacampesina/show_text.php3%3Fkey%3D13343. Acesso em: 25 out. 2024

CONRAD, R. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORREA, R. L. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES; Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia:** conceitos e temas**.** 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 15-48.

COSTA, Clélia Lustosa da. Fortaleza, capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo CXXVIII, 2014. p. 81-111.

CUNHA JR, Henrique; SILVA, Joselina; NUNES, Cícera (Org.). **Artefatos da cultura negra no Ceará.** Fortaleza: editora da UFC, 2011.

COTTA, Rosângela Minardi Mitre; MACHADO, Juliana Costa. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. **Rev Panam Salud Publica**, v.33, n.1, p.54-60, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, jul. 1991.

DAMATTA, R. Digressão**:** a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In. DAMATTA, Roberto. **Relativizando:** uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1987, p. 58-85.

DAMIANI, A. **Espaço e Geografia**: observações de método- Elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia- Ensaio sobre a Geografia Urbana a partir da Metrópole de São Paulo. 2008. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DEVEREUX, S.; BERGE, K. **Famine in the twentieth century.** Brighton: Institute of Development Studies, 2000. (Working Paper 105).

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.**3. ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The State of Food Security and Nutrition in the World 2019.** Rome: FAO, 2019.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The State of Food Security and Nutrition in the World 2019.** Rome: FAO, 2020.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de. **Agonia da fome**. Salvador: EDUFBA; FIOCRUZ, 2003. 281 p. Disponível em: https://books.scielo.org/id/r9y7f. Acesso em: 10 out. 2024.

GARCIA, A. dos S. **Desigualdades raciais e segregação urbana em**

antigas capitais: Salvador, cidade D'Oxum, Rio de Janeiro, cidade de Ogum**.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

GOMES, A dos S. Uma análise histórica da afirmação da identidade negra e das cotas raciais no Ceará (1955–2021). **Revista Educação & Formação**, Fortaleza, v. 6, n. 3, p. 177–196, set./dez. 2021. DOI: https://doi.org/10.25053/redufor.v6i20.1349. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1349. Acesso em: 21 de maio de 2025.

GOMES, Arilson dos Santos. As relações raciais no Ceará e o raid dos jangadeiros negros em época de Lei Afonso Arinos (1951–1958). **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 79, p. 1–23, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/S2178-14942023000100002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reh/a/vhHVbsjX3Bg6BsrbJXGBYts. Acesso em: 21 de maio de 2025.

GOMES, T. E. D. Racismo fundiário: a elevadíssima concentração de terras no Brasil tem cor. **Comissão Pastoral da Terra.** 2019 Disponível em: https://cptba.org.br/racismo- fundiario-a elevadissima-concentracao-de-terras- no-brasil-tem-cor/. Acesso em: 15 de dezembro de 2024.

GONZALEZ, Lelia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Org. Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lelia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Ciências Sociais Hoje, São Paulo, p. 223-244, 1987.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização**.** In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha. (orgs.). **Territórios, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro, DP&A, 2002. p. 43-70.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz et al. (Org.). **A Emergência da multiterritorialidade:** a ressignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. p. 19-36.

HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. **Estrutura social, mobilidade e raça.** Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988. 200 p.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Territorialidades enredadas: formação das territorialidades nacionais e regionais, e problemas decorrentes da integração socioespacial global. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz et al. (Org.). **A Emergência da multiterritorialidade:** a ressignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. p. 241-256.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras**.** Tradução de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOYOS, Claudia Janet Cataño; D'AGOSTINI, Adriana. Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: convergências e divergências. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 35, p. 174-198, 2017.

IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). Extrema pobreza: indicadores recentes. **Informe IPECE**, Fortaleza, n. 250, 17 jul. 2024. Disponível em:

https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/2024/07/ipece_informe_250_17Jul2024.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Índice de Vulnerabilidade Social da Juventude (IVSJ) - 2020.** 77. ed. Fortaleza: Ipece, 2021. 30 p. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2022/10/NT_77.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DO CEARÁ (IPECE). **O desenvolvimento Humano no Ceará antes da COVID-19**. 203. ed. Fortaleza: Ipece, 2022. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/45/2022/01/ipece_informe_203_14_jan_2022.pdf Acesso em: 4 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). "**Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: segurança alimentar 2004", Rio de Janeiro, IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). "**Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: segurança alimentar 2013", Rio de Janeiro, IBEGE, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). "**Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018:** análise da segurança alimentar no Brasil", Rio de Janeiro, IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: segurança alimentar em 2023. Rio de Janeiro, IBGE, 2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento.** Agência de Notícias do IBGE, 11 nov. 2022. Disponivel em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas- continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento. Acesso em: 4 mai. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)**.** No Ceará, IBGE divulga resultados do Censo para cor ou raça com apoio do Banco Palmas. **Agência de Notícias IBGE**, 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de- noticias/noticias/38749-no-ceara-ibge-divulga-resultados-do-censo- para-cor-ou-raca-com-apoio-do-banco-palmas. Acesso em: 22 mar 2025.

JESUS, Carolina Maria de**. Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014. 199 p.

JONSSON, Urban. As Causas da Fome. In: VALENTE, Flávio Luiz Schieck (org.). **Fome e Desnutrição:** determinantes sociais. Campina Grande: Eduepb, 2021. Cap. 3. p. 69- 92.

KEPPLE, Anne Walleser ; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria**.** "Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional", **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 187- 199, 2011.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira e Susana Moreira Marques. São Paulo: Cobogó, 2019.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: LEITE, Ilka Boaventura. (Org**.). Negros no Sul do Brasil:** invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p. 33-53.

LIMA, Diego Costa. **"Quanto mais nego eu vejo, mais nego eu fico**": a formação socioespacial e os marcadores das africanidades em fortaleza, estado do Ceará. 2023. 77 f. TCC (Graduação) - Curso de Curso de Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2023.

MACHADO, E. G.; GOMES, I. R.; ALMEIDA, A. P.; SILVA, R. B.; SILVA, G. A. S. (Orgs.). **Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim.** Fortaleza: CDVHS, UNILAB, UFC – NUPEGA, Grupo Diálogos. 2022.

MACHADO, P. P.; OLIVEIRA, N. R.; MENDES, Á. N. F. O indigesto sistema do alimento mercadoria. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 505 515, 2016. DOI: 10.1590/S0104-12902016151741.

MBEMBE, A. **Necropolítica:** biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1, 2018.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Cien tífica.** 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2003.

MAUSS, Marcel. "Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas". In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

NASCIMENTO, R. Sete chaves para pensar o atual cenário da fome no Brasil: a contribuição de Josué de Castro. In: CAMPELO, Tereza;
BORTOLETTO, Ana Paula. (Orgs.). **Da fome à fome:** diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Editora Elefante, 2022. p. 24-33.

NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. A construção conceitual e espacial dos territórios negros no Brasil. **Revista de Geografia (Recife),** Recife, v. 35, n. 1, p. 204-218, jan. 2018.

OLIVEIRA, A. M. R. R. **Ser negra e negro em Fortaleza/Ceará:** uma análise interdisciplinar sobre desigualdade sociorracial e sociobiodiversidade. 2019. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Curso de Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, Redenção, 2019.

OLIVEIRA, Roberta Gondim de; CUNHA, Ana Paula da; GADELHA, Ana Giselle dos Santos; CARPIO, Christiane Goulart; OLIVEIRA, Rachel Barros de; CORRÊA, Roseane Maria. Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID- 19 e o racismo estrutural. 9. ed. Rio de Janeiro: **Cadernos de Saúde Pública**., 2020.

OSORIO, R. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. In: THEODORO, M(Org**.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília; IPEA, 2008. P 65-96.

ORIÁ, R. O Ceará de pedra e bronze: os monumentos históricos em praça pública. In: CHAVES, G. (Org.). **Ceará de corpo e alma:** um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Fortaleza, Instituto do Ceará, 2002, p.178-184.

ORTIZ, L. R. A.; CAMARGO, R. A. L. Breve histórico e dados para análise do programa bolsa família. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM POLÍTICAS PUBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2., 2016, Franca. **Anais Eletrônicos** – II SIPPEDES. [S.L.]: Livraria Unesp Móvel, 2016. v. 1, p. 2-10. Disponível em:https://www.franca.unesp.br/Home/Posgraduacao/planejamentoeanalisedepoliticaspublicas/iisippedes2016/artigo-sippedes-bolsa familia.pdf. Acesso em: 27 out. 2023.

PEREIRA, Carliana Isabel Nascimento. **"Eu já morri tantas vezes antes de você me encher de bala" -** o genocídio racial e social de jovens negros em Fortaleza**.** 2022. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

PETIT, S. H. ; SILVA, G. da C. (Org.). **Africanidades caucaienses:** saberes, conceitos e sentimentos. Fortaleza: Editora Universidade Federal do Ceará, 2013. 206p.

PETIT, S. H. **Práticas pedagógicas para a Lei nº 10.639/2003:** a criação de nova abordagem de formação na perspectiva das africanidades. Educ. Foco, Juiz de Fora, v. 21, 2016. (p. 657- 684).

PINHEIRO, F. J. **Notas sobre a Formação Social do Ceará (1680-1820).** Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

PHILLIPS, R. **FAO:** its origins, formation and evolution 1945-1981. Rome: FAO,1981.

PORTO-GONÇALVES, C. W. P. A Geografia do sistema mundo moderno colonial numa perspectiva subalterna. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais:** o negro na geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 07-12.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (Comp.). **El giro decolonial:** reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 93-126.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, v. 1, n. 45, p. 117–131, out. 2005.

RADIMER, K. L.; OLSON, Christine M.; GREENE, Jennifer C.; CAMPBELL, Cathy C.; HABICHT, J. P. Understanding hunger and developing indicators to assess it in women and children. **Journal Of Nutrition Education,** Illinois, v. 24, p. 36-44, maio 1992.

RADIMER, K., *et al*. Development of Indicators to Assess Hunger. **The Journal of Nutrition,** v. 120, n. suppl_11, p. 1544–1548, 1990.

RAFFESTIN, Claude**. Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RATTS, A.. Geografia, relações étnico-raciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino. **Revista Terra Livre**. 26, v. 1, n. 34, p. 125-140. 2010. Disponível em: http://www.agb.org.br/files/TL_N34.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

RATTS, A. Os lugares da gente negra: temas geográficos no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. In: SANTOS, R. E. (Org.). **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis: Dp Et Alii, 2012. p. 216-243. (Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates).

RATTS, A. J. P. As etnias e os outros: as espacialidades dos encontros/confrontos. **Revista espaço e cultura.** Rio de Janeiro, NEPEC/UERJ, N0 1728, 2004, p. 77-89.

RATTS, A. **Fronteiras invisíveis**: territórios negros e indígenas no Ceará. São Paulo: USP, 1996.

RATTS, A. A diferença negra e indígena no território: observações acerca de Fortaleza e do Ceará. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 7, n. 12, p. 3-16, jun. 2016.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil– II VigiSAN. **Relatório Final**. São Paulo, 2022.

RIBEIRO, Amanda de Sousa. **Centro cultural grande bom jardim**: memória, identidade e território. 2019. 80 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal de Ceará, Fortaleza, 2019.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. A fome como processo e a reprodução social capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**., São Paulo, v. 105, p. 15-39, jul. 2021.

RIBEIRO, M. C. R., ; COSTA, M. Q. Raça e terra: implicações do racismo fundiário na segregação urbana em Fortaleza-CE. urbe.2024 **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v.16, 2024 DOI: https://doi.org/10.1590/2175- 3369.016.e20230250.

RODRIGUES, D. Desafios políticos da retomada da fome e da insegurança alimentar no Brasil. In: CAMPELO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula. (Orgs.). **Da fome à fome:** diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

p. 114-118.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**: o negro na geografia do Brasil**.** Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007, p. 75-90.

ROLNIK, R.; SANTORO, P. F. **Zonas Especiales de interés Social (ZEIS) en ciudades bra sileñas:** trayectoria reciente de implementación de un instrumento de política de suelo. Instru mentos notables de políticas de suelo en América Latina. Tradução. Quito: Lincoln Institute o f Land Policy, 2014. Disponível em: https://www.lincolninst.edu/pubs/dl/2414_1758_Libro%20 BdE%20peq.pdf. Acesso em: 29 dez. 2024.

ROTBERG, R.; RABB, T. **El hambre en la historia.** Madrid: Siglo XXI de España, 1990.

SANTOS, Marlene Pereira dos; CUNHA JUNIOR, Henrique. População negra e sua cultura. **Revista África e Africanidades**, Fortaleza, v. 3, n. 11, p. 1-10, nov. 2010.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Renato Ermeson dos (Org.). **Diversidade, espeço e relações étnico-raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Renato Ermeson dos. Sobre especialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: SANTOS, Renato Emerson dos Santos. (Org.) **Questões Urbanas e Racismo**. Petrópolis: DP et Alii; Brasília: ABPN, 2012, p. 36-67. Edição bilíngue. (Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates).

SEGALL-CORRÊA, A.; MARIN-LEON, L. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional,** v. 2, n.º 16, 2009.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J. Teorias e Geografias Feministas no Brasil Uma narrativa possível. In: SPOSITO, E. S.; CLAUDINO, G. dos S. (org.). **Teorias na Geografia III Mundos possíveis**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2023. Cap. 17. p. 553-573.

SILVA, N. A. S.; OLIVEIRA, T. M. S. de. Nutricídio da população negra em tempos de COVID-19. **Revista Interdisciplinar de Promoção da Saúde**, Juiz de Fora, v. 5, n.2, p.1–18, 2022. Disponível em: https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/promocaosaude/article/view/17861. Acesso em: 15 ago. 2024.

SILVA, Silvana. Oliveira. et al. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. **Cadernos de Saúde Pública,** Rio de Janeiro, v. 38, n. 7, e00255621, 2022.

SOBRINHO, José Hilário Ferreira. **Catirina, minha nêga, tão querendo te vendê:** escravidão, tráfego e negócios no Ceará do século XIX (1850-1881). Fortaleza: SECULT/CE, 2011.

UNITED NATIONS. Amid Escalating Food Insecurity, Nearly 18 Million People in Sudan Face Acute Hunger, Including 5 Million at Emergency Levels, Humanitarian Affairs Chief Warns. **UN Press,** 15 mar. 2024. Disponível em: https://press.un.org/en/2024/sc15634.doc.htm. Acesso em: 20 ago. 2024.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970)**: geografia histórica da presença negra no espaço urbano. 2017. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

WALSH, Catherine. (org.). **Pedagogías decoloniales:** prácticas insurgentes de resistir**,** (re)existir y (re)vivir. Quito: Ediciones Abya Yala; Universidad Andina Simón Bolívar, 2013.

WEHLER Cheryl, Scott, Anderson J. **The Community Childhood Hunger Identification Project**: A model of domestic hunger - demonstration project in Seattle. J Nutr Educ 1992;24 Suppl:29-35.

APÊNDICE A – PERGUNTAS QUE NORTEARAM A ENTREVISTA SEMIABERTA COM ARTICULADOR DAS COZINHAS COMUNITÁRIAS

Coordenação da Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim

1. Como surgiu a Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim?
2. Quem eram as pessoas que estiveram envolvidas na criação da rede e qual foi a principal motivação para essa organização?
3. Houve apoio de instituições públicas ou privadas? Quais?
4. Quantas cozinhas estão fazendo parte da rede? Como ocorre a organização da rede?
5. Quais os principais desafios que você enfrenta na articulação da rede de cozinhas?
6. Você acha que as cozinhas comunitárias são uma solução eficiente para combater a fome na comunidade? Por quê?

APÊNDICE B – PERGUNTAS QUE NORTEARAM AS ENTREVISTAS COM A COORDENAÇÃO DAS COZINHAS COMUNITÁRIAS E LIDERES RELIGIOSOS

Coordenação da cozinha comunitária

1. Como é o funcionamento da cozinha no dia a dia?
2. Quantas refeições são preparadas diariamente?
3. Como é feita a aquisição dos alimentos? Há doações, parcerias ou compras diretas?
4. Existem critérios para receber a refeição? Se sim, quais?
5. Quais os desafios, sejam logísticos e estruturais, que dificultam o funcionamento da cozinha?
6. Quantas pessoas são atendidas pela cozinha regularmente?
7. Qual o perfil das pessoas atendidas em termos de idade, gênero e raça?
   *(procurar os dados sobre isso)
8. As pessoas atendidas residem a maioria no entorno da cozinha? Como é feita essa entrega das refeições?
9. Há um período em que ocorre um aumento na demanda da cozinha? Se sim, em quais momentos?
10. Quem são as pessoas que trabalham nas cozinhas? são voluntários, remunerados ou combinação?
11. Qual é o perfil racial e de gênero e socioeconômico desses trabalhadores?
12. As pessoas que trabalham na cozinha também são atendidas por ela?
13. Como avalia a situação alimentar das pessoas atendidas? elas relatam fome?
14. Existe uma diferença de acesso à alimentação entre diferentes grupos da comunidade? (ex: racial, de gênero, etário)?
15. Os alimentos ofertados na cozinha respeitam os hábitos alimentares da população atendida? Há alguma dificuldade nesse sentido?
16. Houve mudanças na relação da cozinha com a comunidade ao longo do tempo?
17. Há participação da comunidade na gestão ou tomada de decisões sobre a cozinha?
18. -Cozinheiras das cozinhas comunitárias
19. Há quanto tempo você trabalha na cozinha?
20. Como é o seu dia a dia trabalhando na cozinha comunitária?
21. Quantas refeições vocês preparam por dia em média?

22. Como vocês decidem o cardápio? Há uma preocupação em oferecer alimentos que respeitem os hábitos da comunidade?
23. Os ingredientes são sempre os mesmos ou variam conforme as doações e a disponibilidade?
24. Há momentos em que os insumos são insuficientes e como vocês lidam com isso?
25. Você se sente valorizada no seu trabalho como a comunidade e a rede reconhece o trabalho das cozinheiras?
26. Você recebeu apoio para continuar nesse trabalho, seja financeira, emocional ou em termos de estrutura?
27. Relação da cozinha comunitária com o terreiro
28. Qual é o significado da alimentação dentro da tradição do seu terreiro?
29. Como a comida se relaciona com a espiritualidade e os rituais das religiões de matriz africana?
30. Há diferenças entre a comida do dia a dia e a comida ritualística? Como essas distinções são feitas?
31. Como a comunidade do terreiro vivencia a alimentação como um ato sagrado?
32. Como os alimentos são escolhidos e preparados no terreiro? Existem regras específicas?
33. Quais são os principais alimentos consumidos no terreiro, tanto no cotidiano quanto nos rituais?
34. Há restrições alimentares dentro da tradição? Como elas são respeitadas?
35. Os alimentos utilizados nos rituais são sempre acessíveis, ou há dificuldades para obtê-los?
36. Você percebe que o racismo afeta o acesso da comunidade de terreiro a determinados alimentos? Como?
37. Já houve momentos em que o racismo ou intolerância religiosa dificultaram a prática dos rituais alimentares?
38. Você percebe mudanças no acesso a alimentos tradicionais devido ao aumento da industrialização ou mudanças socioeconômicas?
39. A alimentação da população negra e de terreiro é respeitada nas políticas públicas de segurança alimentar?